

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	18
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	160
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	162
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	163
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	65.156
Preferenciais	39.676
Total	104.832
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	349
Total	349

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	14.400.075	12.455.378
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.934.393	1.186.832
1.01.01	Caixa	1.035.921	984.730
1.01.02	Aplicações de Liquidez	898.472	202.102
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	806.905	196.046
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	91.567	6.056
1.02	Ativos Financeiros	10.599.050	9.401.412
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	96.834	109.410
1.02.01.01	Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	96.834	109.410
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	684.532	947.826
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	684.532	947.826
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	9.817.684	8.344.176
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	174.602	200.805
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	73.095	131.958
1.02.04.04	Operações de Crédito	9.839.593	8.277.944
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-459.445	-383.120
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	189.839	116.589
1.03	Tributos	669.380	661.760
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	116.407	55.765
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	542.634	592.996
1.03.03	Outros	10.339	12.999
1.04	Outros Ativos	331.309	408.090
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	53.064	32.409
1.04.03	Outros	278.245	375.681
1.04.03.01	Material em Estoque	3.824	5.097
1.04.03.02	Despesas Antecipadas	43.528	44.618
1.04.03.03	Outros Créditos	230.893	325.966
1.05	Investimentos	638.496	564.407
1.05.03	Participações em Controladas	634.485	561.838
1.05.03.01	No País	681.837	609.190
1.05.03.02	(Provisão para Perdas)	-47.352	-47.352
1.05.05	Outros Investimentos	4.011	2.569
1.05.05.01	Outros Investimentos	4.693	3.251
1.05.05.02	(Provisão para Perdas)	-682	-682
1.06	Imobilizado	134.804	151.157
1.06.01	Imobilizado de Uso	344.236	347.877
1.06.01.01	Imóveis de Uso	18.261	18.261
1.06.01.02	Outras Imobilizações de Uso	325.975	329.616
1.06.03	Depreciação Acumulada	-209.432	-196.720
1.07	Intangível	92.643	81.720
1.07.01	Intangíveis	218.743	196.129
1.07.03	Amortização Acumulada	-126.100	-114.409

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	14.400.075	12.455.378
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	12.222.288	10.384.195
2.02.01	Depósitos	10.520.280	9.377.875
2.02.01.01	Depósitos à Vista	546.493	484.431
2.02.01.02	Depósitos de Poupança	202.442	226.084
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	139.047	245.504
2.02.01.04	Depósitos a Prazo	9.632.298	8.421.856
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	73.095	131.958
2.02.02.01	Carteira de Terceiros	73.095	131.958
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	114.799	139.895
2.02.03.01	Relações Interfinanceiras	111.938	124.225
2.02.03.02	Relações Interdependências	2.861	15.670
2.02.04	Outras Captações	1.514.114	734.467
2.02.04.01	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	113.664	70.004
2.02.04.02	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	2.248	2.778
2.02.04.03	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	822.843	226.402
2.02.04.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	575.359	435.283
2.03	Provisões	224.988	238.249
2.03.01	Provisões para Outros Passivos	224.988	238.249
2.04	Passivos Fiscais	48.295	37.274
2.04.01	Correntes	40.189	33.430
2.04.02	Diferidos	8.106	3.844
2.05	Outros Passivos	677.052	671.169
2.05.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	29.677	9.064
2.05.02	Câmbio Vendido a Liquidar	2.381	0
2.05.03	Obrigações por Compra de Câmbio	0	55.752
2.05.04	(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	0	-55.583
2.05.05	Sociais e Estatutárias	46.010	44.342
2.05.06	Negociação e Intermediação de Valores	2.822	736
2.05.07	Obrigações por Convênios Oficiais	175.925	191.242
2.05.08	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.212	8.962
2.05.09	Provisão para Pagamentos a Efetuar	172.039	175.503
2.05.10	Credores Diversos - País	242.809	239.805
2.05.11	Outros	1.177	1.346
2.07	Patrimônio Líquido	1.227.452	1.124.491
2.07.01	Capital Social Realizado	597.540	597.540
2.07.02	Reservas de Capital	39.545	37.761
2.07.02.01	Ágio na Emissão de Ações	43.375	43.375
2.07.02.05	Ações em Tesouraria	-3.830	-5.614
2.07.03	Reservas de Reavaliação	102	108
2.07.04	Reservas de Lucros	478.002	478.082
2.07.04.01	Reserva Legal	87.688	87.688
2.07.04.02	Reserva Estatutária	390.314	390.394
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	96.280	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	15.983	11.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	929.080	2.620.780	688.632	1.889.673
3.01.01	Operações de Crédito	834.551	2.292.000	604.024	1.631.764
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	84.901	197.530	26.105	50.437
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-31.439	34.286	17.820	47.637
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	68	-3.440	10.709	9.534
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	1.394	4.468	1.027	2.508
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	39.605	95.936	28.947	147.793
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-440.148	-1.094.204	-187.785	-433.579
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-317.707	-800.866	-106.592	-213.379
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-231	-646	-130	-232
3.02.03	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-29.641	-65.756	-2.084	-2.232
3.02.04	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-92.569	-226.936	-78.979	-217.736
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	488.932	1.526.576	500.847	1.456.094
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-462.713	-1.372.716	-430.697	-1.255.912
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	76.313	215.538	61.792	178.539
3.04.02.01	Receitas de Prestação de Serviços - Diversas	18.985	54.158	15.058	38.176
3.04.02.02	Rendas de Tarifas Bancárias	57.328	161.380	46.734	140.363
3.04.03	Despesas com Pessoal	-118.022	-331.883	-118.305	-329.706
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-214.525	-643.280	-202.169	-632.528
3.04.05	Despesas Tributárias	-34.358	-104.518	-33.539	-100.335
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	17.384	72.218	31.716	61.982
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-212.750	-638.245	-187.839	-483.575
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	23.245	57.454	17.647	49.711
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	26.219	153.860	70.150	200.182
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	13.881	-18.460	-30.022	-59.515
3.06.01	Corrente	2.102	40.580	-22.942	-44.616
3.06.02	Diferido	11.779	-59.040	-7.080	-14.899
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	40.100	135.400	40.128	140.667

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	40.100	135.400	40.128	140.667
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	40.100	135.400	40.128	140.667
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	1,536	5,184	3,064	10,734
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,768	2,592	1,532	5,367
3.99.01.01	ON	0,3838	1,2959	0,7658	2,6837
3.99.01.02	PN	0,3838	1,2959	0,7658	2,6837
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,768	2,592	1,532	5,367
3.99.02.01	ON	0,3838	1,2959	0,7658	2,6837
3.99.02.02	PN	0,3838	1,2959	0,7658	2,6837

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	40.100	135.400	40.128	140.667
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	320	3.964	5.456	6.634
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	320	1.600	5.456	5.233
4.02.01.01	Títulos Disponíveis para Venda	581	2.908	9.920	9.515
4.02.01.02	Efeito Fiscal	-261	-1.308	-4.464	-4.282
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	0	2.364	0	1.401
4.02.02.01	Ajustes de Avaliação Atuarial	0	2.364	0	2.547
4.02.02.02	Efeito Fiscal	0	0	0	-1.146
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	-32	1.019	-226	-404
4.03.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-32	1.019	-226	-404
4.03.01.01	Títulos Disponíveis para Venda - De Controladas	-32	1.019	-226	-404
4.04	Resultado Abrangente do Período	40.388	140.383	45.358	146.897
4.04.01	Lucro Atribuível ao Controlador	40.388	140.383	45.358	146.897

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	355.285	-217.750
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	415.359	493.389
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	153.860	200.182
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	261.499	293.207
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-60.074	-711.139
6.01.02.01	Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	85.066	33.563
6.01.02.02	(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-64.116	-24.459
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras	-14.748	23.109
6.01.02.04	(Aumento) em Relações Interdependências	-11.944	-12.187
6.01.02.05	(Aumento) em Operações de Crédito	-1.744.529	-1.853.485
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Créditos	-26.799	54.179
6.01.02.07	Redução em Outros Valores e Bens	2.362	8.278
6.01.02.08	Aumento em Depósitos	1.142.405	1.106.474
6.01.02.09	(Redução) em Captações no Mercado Aberto	-58.863	-130.032
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	43.660	-1.579
6.01.02.11	Aumento em Outras Obrigações	590.019	114.806
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-2.587	-29.806
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	300.353	104.923
6.02.01	Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	382.970	167.655
6.02.02	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	12.872	39.277
6.02.03	Alienação de Investimentos	0	175
6.02.04	Alienação de Imobilizado de Uso	90	30
6.02.05	Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	-53.962	-56.319
6.02.06	Integralização de Capital em Controlada	-15.000	-4.250
6.02.07	Aquisição de Investimentos	-1.443	-526
6.02.08	Aquisição de Imobilizado de Uso	-13.327	-24.380
6.02.09	Aplicações no Intangível	-32.035	-29.011
6.02.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	20.188	12.272
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	91.910	-54.371
6.03.01	Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	118.700	8.652
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-28.494	-63.023
6.03.03	Ações em Tesouraria Vendidas	1.704	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	13	538
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	747.561	-166.660
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.186.832	1.831.679
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.934.393	1.665.019

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	597.540	37.869	478.082	0	0	11.000	1.124.491
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	597.540	37.869	478.082	0	0	11.000	1.124.491
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.784	-80	0	-39.126	0	-37.422
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.784	-80	0	0	0	1.704
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-39.126	0	-39.126
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	135.400	4.983	140.383
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	135.400	0	135.400
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	4.983	4.983
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6	0	0	6	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-6	0	0	6	0	0
5.07	Saldos Finais	597.540	39.647	478.002	0	96.280	15.983	1.227.452

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	492.708	43.492	463.107	0	0	-11.339	987.968
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	492.708	43.492	463.107	0	0	-11.339	987.968
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-22.029	0	-22.029
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-22.029	0	-22.029
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	140.667	6.230	146.897
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	140.667	0	140.667
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	6.230	6.230
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-6	78.514	0	-78.508	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	78.514	0	-78.514	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	5.027	0	-5.027	0	0
5.06.01.02	Reservas Estatutárias	0	0	73.487	0	-73.487	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-6	0	0	6	0	0
5.07	Saldos Finais	492.708	43.486	541.621	0	40.130	-5.109	1.112.836

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.01	Receitas	2.049.113	1.431.577
7.01.01	Intermediação Financeira	2.620.780	1.889.673
7.01.02	Prestação de Serviços	215.538	178.539
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-226.936	-217.736
7.01.04	Outras	-560.269	-418.899
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-867.268	-215.843
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-520.887	-524.935
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-35.367	-35.133
7.03.02	Serviços de Terceiros	-276.668	-324.397
7.03.04	Outros	-208.852	-165.405
7.03.04.01	Comunicações	-7.447	-10.513
7.03.04.02	Processamento de Dados	-83.387	-63.534
7.03.04.03	Propaganda, Publicidade e Publicações	-31.952	-9.518
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	-9.348	-10.203
7.03.04.05	Transportes	-29.797	-25.974
7.03.04.06	Outros	-46.921	-45.663
7.04	Valor Adicionado Bruto	660.958	690.799
7.05	Retenções	-50.415	-45.980
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-50.415	-45.980
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	610.543	644.819
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	57.454	49.711
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	57.454	49.711
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	667.997	694.530
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	667.997	694.530
7.09.01	Pessoal	284.101	281.953
7.09.01.01	Remuneração Direta	208.210	206.065
7.09.01.02	Benefícios	57.867	59.168
7.09.01.03	F.G.T.S.	18.024	16.720
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	176.518	210.297
7.09.02.01	Federais	161.774	196.613
7.09.02.02	Estaduais	24	814
7.09.02.03	Municipais	14.720	12.870
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	71.978	61.613
7.09.03.01	Aluguéis	71.978	61.613
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	135.400	140.667
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	39.126	22.029
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	96.274	118.638

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	14.964.569	12.993.418
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.948.125	1.212.577
1.01.01	Caixa	1.035.929	984.733
1.01.02	Aplicações de Liquidez	912.196	227.844
1.02	Ativos Financeiros	11.192.716	10.006.716
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	96.834	109.410
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	901.924	1.165.455
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	901.924	1.165.455
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	10.193.958	8.731.851
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	81.006	75.819
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	59.371	106.216
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.131	1.925
1.02.04.04	Operações de Crédito	10.052.450	8.547.891
1.03	Tributos	727.027	710.491
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	142.981	75.703
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	572.094	620.435
1.03.03	Outros	11.952	14.353
1.04	Outros Ativos	328.810	384.968
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	53.064	32.409
1.04.03	Outros	275.746	352.559
1.05	Investimentos	12.799	11.571
1.05.03	Propriedades para Investimento	8.667	8.882
1.05.04	Outros Investimentos	4.132	2.689
1.06	Imobilizado	662.449	585.375
1.06.01	Imobilizado de Uso	358.052	361.080
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	1.277.803	1.163.195
1.06.03	Depreciação Acumulada	-973.406	-938.900
1.06.03.01	Depreciação acumulada de imobilizado de uso	-211.893	-198.190
1.06.03.02	Depreciação acumulada de bens de direito de uso	-761.513	-740.710
1.07	Intangível	92.643	81.720
1.07.01	Intangíveis	218.743	196.129
1.07.03	Amortização Acumulada	-126.100	-114.409

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	14.964.569	12.993.418
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	12.031.294	10.230.839
2.02.01	Depósitos	10.332.640	9.231.014
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	59.371	106.216
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	114.799	139.895
2.02.03.01	Relações Interfinanceiras	111.938	124.225
2.02.03.02	Relações Interdependências	2.861	15.670
2.02.04	Outras Captações	1.524.484	753.714
2.02.04.01	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	126.282	92.029
2.02.04.02	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	822.843	226.402
2.02.04.03	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	575.359	435.283
2.03	Provisões	267.707	280.339
2.03.01	Provisões para Outros Passivos	267.707	280.339
2.04	Passivos Fiscais	126.452	100.806
2.04.01	Correntes	113.807	93.329
2.04.02	Diferidos	12.645	7.477
2.05	Outros Passivos	1.207.858	1.166.197
2.05.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	29.683	9.091
2.05.02	Obrigações por Compra de Câmbio	2.381	55.752
2.05.03	Sociais e Estatutárias	49.496	49.438
2.05.04	Negociação e Intermediação de Valores	3.209	1.025
2.05.05	Obrigações por Convênios Oficiais	175.925	191.242
2.05.06	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	520.608	431.557
2.05.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	177.970	184.148
2.05.08	Credores Diversos	247.832	242.642
2.05.09	Outros	754	1.302
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	1.331.258	1.215.237
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	1.283.674	1.167.818
2.07.01.01	Capital Social Realizado	597.540	597.540
2.07.01.02	Reservas de Capital	39.545	37.761
2.07.01.02.01	Ágio na Emissão de Ações	43.375	43.375
2.07.01.02.05	Ações em Tesouraria	-3.830	-5.614
2.07.01.04	Reservas de Lucros	478.002	478.082
2.07.01.04.01	Reserva Legal	87.688	87.688
2.07.01.04.02	Reserva Estatutária	390.314	390.394
2.07.01.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	152.604	43.435
2.07.01.08	Outros Resultados Abrangentes	15.983	11.000
2.07.02	Patrimônio Líquido Atribuído aos Não Controladores	47.584	47.419

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	939.679	2.641.887	666.183	1.858.273
3.01.01	Operações de Crédito	841.826	2.305.362	579.459	1.594.460
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	88.186	205.236	28.221	56.341
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-31.439	34.286	17.820	47.637
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	68	-3.440	10.709	9.534
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	1.433	4.507	1.027	2.508
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	39.605	95.936	28.947	147.793
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-486.833	-1.226.421	-273.310	-659.077
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-312.493	-788.441	-105.245	-210.651
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-231	-646	-130	-232
3.02.03	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-29.666	-65.806	-2.181	-2.428
3.02.04	Descontos Concedidos	-12.334	-35.663	-26.296	-55.514
3.02.05	Comissão de Originação de Operações de Crédito	-17.800	-59.874	-30.952	-120.332
3.02.06	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-114.309	-275.991	-108.506	-269.920
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	452.846	1.415.466	392.873	1.199.196
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-440.728	-1.213.173	-320.780	-980.242
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	110.610	310.164	88.981	256.363
3.04.03	Despesas com Pessoal	-129.320	-363.381	-127.269	-354.687
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-192.438	-555.135	-156.025	-471.978
3.04.05	Despesas Tributárias	-40.245	-120.093	-36.206	-110.730
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	29.561	156.045	81.141	148.036
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-218.896	-640.773	-171.402	-447.246
3.04.07.01	Outras Despesas Operacionais	-201.434	-559.846	-134.552	-372.270
3.04.07.02	Reversões / (Despesas) de Provisões	-17.462	-80.927	-36.850	-74.976
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	12.118	202.293	72.093	218.954
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	16.198	-53.936	-35.442	-76.052
3.06.01	Corrente	-8.696	-2.641	-40.890	-81.089
3.06.02	Diferido	24.894	-51.295	5.448	5.037

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	28.316	148.357	36.651	142.902
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	28.316	148.357	36.651	142.902
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	28.316	148.357	36.651	142.902
3.11.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	28.949	148.775	36.561	142.357
3.11.02	Atribuído aos Sócios não Controladores	-633	-418	90	545
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	1,108	5,696	2,79	10,864
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,554	2,848	1,395	5,432
3.99.01.01	ON	0,2771	1,4239	0,6975	2,7159
3.99.01.02	PN	0,2771	1,4239	0,6975	2,7159
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,554	2,848	1,395	5,432
3.99.02.01	ON	0,2771	1,4239	0,6975	2,7159
3.99.02.02	PN	0,2771	1,4239	0,6975	2,7159

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	28.949	148.775	36.561	142.357
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	288	4.983	5.230	6.230
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	288	2.619	5.230	4.829
4.02.01.01	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	549	3.927	9.694	9.111
4.02.01.02	Efeito Fiscal	-261	-1.308	-4.464	-4.282
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	0	2.364	0	1.401
4.02.02.01	Ganhos Atuariais de Plano de Benefício Definido	0	2.364	0	2.547
4.02.02.02	Efeito Fiscal	0	0	0	-1.146
4.04	Resultado Abrangente do Período	29.237	153.758	41.791	148.587
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	29.870	154.176	41.701	148.042
4.04.02	Atribuído aos Sócios da Empresa não Controladora	-633	-418	90	545

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	334.679	-220.555
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	648.932	647.728
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	202.293	218.954
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	446.639	428.774
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-314.253	-868.283
6.01.02.01	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	-1.725.522	-1.819.195
6.01.02.02	Ativos Fiscais Correntes	-64.877	4.372
6.01.02.03	Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	-20.655	24.245
6.01.02.04	Ativos Fiscais Diferidos	-2.954	6.950
6.01.02.05	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-61.820	-45.886
6.01.02.06	Outros Ativos	-73.839	-25.165
6.01.02.07	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.800.455	976.459
6.01.02.08	Passivos Fiscais Correntes	46.598	-9.522
6.01.02.09	Provisões	-12.632	11.085
6.01.02.10	Passivos Fiscais Diferidos	3.860	-7.319
6.01.02.11	Outros Passivos	-174.106	54.405
6.01.02.12	Impostos Pagos	-28.761	-38.712
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	309.720	55.817
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-53.692	-56.319
6.02.02	Aquisição de Ativo Tangível	-14.203	-34.744
6.02.03	Aquisição de Ativo Intangível	-32.035	-29.011
6.02.04	Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	382.970	167.655
6.02.05	Alienação de Ativo Tangível	17.259	5.097
6.02.06	Alienação de Ativo Intangível	9.421	3.139
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	91.136	-57.055
6.03.01	Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	118.700	8.652
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-29.851	-64.922
6.03.03	Ações em Tesouraria Vendidas	1.704	0
6.03.04	Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	583	-785
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	13	538
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	735.548	-221.255
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.212.577	1.905.048
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.948.125	1.683.793

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	597.540	37.761	478.082	0	43.435	11.000	1.167.818	47.419	1.215.237
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	597.540	37.761	478.082	0	43.435	11.000	1.167.818	47.419	1.215.237
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.784	-80	0	-39.126	0	-37.422	0	-37.422
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.784	-80	0	0	0	1.704	0	1.704
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-39.126	0	-39.126	0	-39.126
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	148.775	4.983	153.758	-418	153.340
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	148.775	0	148.775	-418	148.357
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	4.983	4.983	0	4.983
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-480	0	-480	583	103
5.07	Saldos Finais	597.540	39.545	478.002	0	152.604	15.983	1.283.674	47.584	1.331.258

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	492.708	43.375	463.107	0	29.333	-11.339	1.017.184	46.280	1.063.464
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	492.708	43.375	463.107	0	29.333	-11.339	1.017.184	46.280	1.063.464
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-22.029	0	-22.029	0	-22.029
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-22.029	0	-22.029	0	-22.029
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	142.357	6.230	148.587	545	149.132
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	142.357	0	142.357	545	142.902
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	6.230	6.230	0	6.230
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	78.514	0	-78.500	0	14	-785	-771
5.07	Saldos Finais	492.708	43.375	541.621	0	71.161	-5.109	1.143.756	46.040	1.189.796

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.01	Receitas	2.197.247	1.548.277
7.01.01	Intermediação Financeira	2.641.887	1.858.273
7.01.02	Prestação de Serviços	310.164	256.363
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	-275.991	-269.920
7.01.04	Outras	-478.813	-296.439
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-950.430	-389.157
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-473.180	-399.070
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-36.669	-36.027
7.03.02	Serviços de Terceiros	-194.673	-164.225
7.03.04	Outros	-241.838	-198.818
7.03.04.01	Comunicações	-7.754	-10.762
7.03.04.02	Processamento de Dados	-80.980	-65.893
7.03.04.03	Propaganda, Publicidade e Publicações	-32.941	-11.189
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	-8.792	-9.974
7.03.04.05	Despesas de Transporte	-29.843	-26.137
7.03.04.06	Outros	-81.528	-74.863
7.04	Valor Adicionado Bruto	773.637	760.050
7.05	Retenções	-81.955	-72.908
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-81.955	-72.908
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	691.682	687.142
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	691.682	687.142
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	691.682	687.142
7.09.01	Pessoal	310.669	302.867
7.09.01.01	Remuneração Direta	231.305	224.561
7.09.01.02	Benefícios	60.491	61.011
7.09.01.03	F.G.T.S.	18.549	17.226
7.09.01.04	Outros	324	69
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	232.656	241.373
7.09.02.01	Federais	214.597	222.419
7.09.02.02	Estaduais	35	3.632
7.09.02.03	Municipais	18.024	15.322
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	148.357	142.902
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	39.126	22.029
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	109.649	120.328
7.09.04.04	Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	-418	545

Comentário do Desempenho



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – TERCEIRO TRIMESTRE DE 2022

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Na conjuntura global, conflitos geopolíticos, pressões inflacionárias e política monetária restritiva em diversos países são as principais causas do atual ciclo de retração da economia mundial. Neste contexto, projeções recentes indicam acentuado desaquecimento das economias americana, chinesa e da área do euro. A economia japonesa continua com desempenho moderado.

No Brasil, projeções recentes também apontam para desaceleração no ritmo da atividade econômica em 2022, com perspectivas de crescimento anual do PIB da ordem de 2,8%, ante expansão de 4,6% no ano anterior. O crescimento econômico tem sido puxado, sobretudo, pelo favorável desempenho do setor de serviços. De fato, o setor de serviços, que representa mais de dois terços do PIB, alcançou robusta expansão de 8,4% no acumulado até agosto (últimos dados de mercado), em relação a igual período do ano anterior. O bom desempenho tem sido bem disseminado pelos diversos segmentos desse setor, favorecido pelo arrefecimento da pandemia do coronavírus.

Por outro lado, o desempenho do comércio varejista ampliado e da indústria foi negativo no acumulado de janeiro a agosto (últimos dados de mercado). A performance do comércio varejista ampliado, que inclui veículos, partes, peças e material de construção, acumulou queda de 0,8%. A produção industrial também apresentou performance negativa até agosto, com queda de 1,3% no período.

Quanto ao comportamento dos preços na economia, o IPCA apresentou deflação nos últimos três meses e acumulou variação de 4,09% de janeiro a setembro (7,17% nos últimos doze meses). A deflação ocorreu principalmente em face da queda dos preços dos combustíveis e da energia. Contudo, a política monetária contracionista tem sido importante instrumento de combate à inflação. Nesse contexto, a taxa Selic subiu gradativamente de 2,0% em janeiro de 2021 para 9,25% ao ano em dezembro, alcançando 13,75% ao ano em agosto do ano em curso.

No Sistema Financeiro Nacional, projeções oficiais recentes apontam para crescimento nominal do saldo de crédito da ordem de 14,2% em 2022. As provisões para risco de crédito no Sistema Financeiro Nacional passaram de 5,8% em dezembro de 2021 para 6,0% em agosto de 2022.

Quanto às perspectivas, prognósticos recentes continuam apontando para perda do vigor da atividade econômica também em 2023, com acomodação das pressões inflacionárias e início do ciclo de queda da taxa Selic.

CONTEXTO CORPORATIVO E MERCADOLÓGICO

- Contexto Corporativo e Mercadológico

O Mercantil do Brasil é um banco de médio porte, com a tradição e experiência de quase oitenta anos de mercado. O MB tem trabalhado firme no seu propósito de ser o melhor ecossistema financeiro para o público 50+, com o objetivo de aumentar cada vez mais o alcance do Banco na colocação de produtos e serviços para essa faixa de cliente, que apresenta diferenciado potencial de crescimento nos próximos anos.

De fato, o Banco vem se preparando para atender cada vez melhor esses clientes, que também já apresentam demanda crescente por atendimento digital, notadamente via WhatsApp. Adicionalmente, o MB conta também com estratégica rede de pontos de atendimento físicos caracterizada por relacionamento humanizado, simples e próximo.

Comentário do Desempenho



É nesse contexto que o Banco tem avançado na utilização das inovações tecnológicas e em melhor conhecimento do cliente, com estruturas especialistas visando incrementar a geração de negócios e proporcionar a melhor experiência de relacionamento com o cliente.

No MB, a valorização do uso de dados tem sido fundamental, conferindo maior inteligência ao processo de atendimento e realização de negócios, contemplando todo o ciclo de vida do cliente, com foco na eficiência comercial e desenvolvimento do cliente. Desta forma, é possível testar hipóteses com agilidade e entender cada vez mais o que o cliente precisa e ofertar as melhores soluções, no momento certo e na medida certa.

Assim, como resultado do trabalho desenvolvido, o Mercantil tem alcançado saltos no número de clientes, com reflexos positivos na geração de negócios, notadamente originação de operações de crédito com garantia em FGTS.

Quanto ao desempenho, nos nove primeiros meses do ano, mesmo em cenário macroeconômico desafiador, o Mercantil do Brasil manteve a obtenção de importantes resultados, com crescimento vigoroso da carteira de crédito (16,2%), merecendo destaque a expansão estratégica da carteira de pessoas físicas (19,4%), a expansão da base de clientes (33,1%), que alcançou a expressiva marca de 5,7 milhões de clientes, o crescimento na receita de prestação de serviços (21,0%), destacando-se a receita pela distribuição de seguros (25,9%) e a ampliação da oferta de serviços. Tudo isso com o cliente no centro da estratégia empresarial e obtenção de resultados de forma sustentável. Ética sempre e em primeiro lugar.

- **Capital Humano**

>> Treinamentos e Apoio aos Colaboradores

No trimestre, foram registradas 35.892 participações em treinamentos, sendo 35.851 participações pela Academia Mercantil e 41 participações nos treinamentos presenciais/online internos, totalizando 22.913,61 horas de treinamento, com a participação média da ordem de 16,86 horas de treinamento por funcionário.

Nesses eventos, destacam-se os treinamentos dos "Combinados MB" realizados, inicialmente, em 10 Pontos de Atendimento no mês de agosto. Em setembro, o treinamento foi expandido para toda a rede de atendimento em turmas on-line, totalizando 37,30 horas de treinamento. Destaca-se ainda a realização do treinamento "RAROC", com o objetivo de capacitar a área atuante na mensuração da rentabilidade baseada em risco.

Adicionalmente, o MB vem apoiando seus colaboradores com publicações de boletins destinados a todos os colaboradores sobre cuidados com a saúde e riscos cibernéticos.

>> MB - Uma Empresa Cidadã

No Mercantil do Brasil, faz parte da cultura o cuidado com os colaboradores, quer seja no campo da saúde, com o prolongamento da licença-maternidade, nas oportunidades de crescimento profissional, com adequados programas de treinamento, plano de remuneração e no respeito com o jeito de ser de cada colaborador.

É nesse contexto que o time das áreas de Talentos e Cultura, Benefícios, Saúde e Marketing participaram do Workshop de Diversidade e Inclusão, com foco no ambiente organizacional. Esse evento integra uma série de ações que o Banco está promovendo em busca de um ambiente de trabalho mais diverso, respeitoso e inclusivo.

É assim que os Colaboradores dispõem de favorável clima organizacional, trabalham com elevada motivação e cultivam o sentimento de pertencimento, impulsionando a obtenção de resultados consistentes e sustentáveis.

Comentário do Desempenho



Limites Operacionais

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 14,99%, perante mínimo requerido de 10,0%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 22.

• Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

Em sintonia com os dispositivos legais vigentes, o Mercantil do Brasil coopera com os órgãos reguladores para a prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem assim para a prevenção da utilização do sistema financeiro para atos ilícitos previstos nas Leis nº 9.613/1998 e 13.260/2016.

Neste contexto, possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo, destinados à prevenção e combate a referidos ilícitos, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.978/2020. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

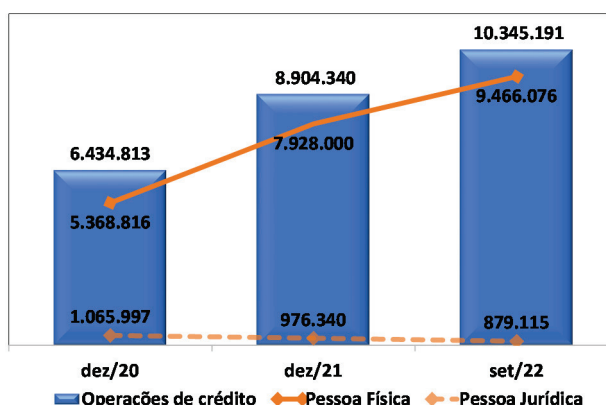
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

>> Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultado – Consolidados

O ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 14,3 bilhões, crescimento de 15,3% na comparação com dezembro de 2021. Os ativos circulantes atingiram R\$ 6,9 bilhões, crescimento de 19,3% em relação a dezembro de 2021. Os passivos de curto prazo somaram R\$ 4,9 bilhões.

As aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários alcançaram o montante de R\$ 1,9 bilhão, evolução de 24,0%. Os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento somam R\$ 1,1 milhão, para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento, nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001.

As operações de crédito alcançaram R\$ 10,3 bilhões, apresentando relevante crescimento de 16,2% comparativamente a dezembro de 2021; e de 27,8% nos últimos doze meses, apesar do cenário adverso no período. Em consonância com as diretrizes estratégicas, observa-se nítida concentração de crescimento no segmento de pessoas físicas, com expansão e destacada qualidade de R\$ 1,5 bilhão (19,4%) em 9 meses; R\$ 2,3 bilhões (31,7%) em 12 meses. O crédito com garantia em FGTS saltou de R\$ 219,4 milhões em dezembro de 2021 para R\$ 1,3 bilhão em setembro de 2022, crescimento da ordem de 490%.



As operações classificadas nas faixas de menor risco de crédito, de "AA" até "C", representam 93,2% do total da carteira de crédito, ante 92,0% de dezembro de 2021. A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 4,5% (5,3% em dezembro e setembro de 2021). Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 8.

Comentário do Desempenho



Captação de Recursos

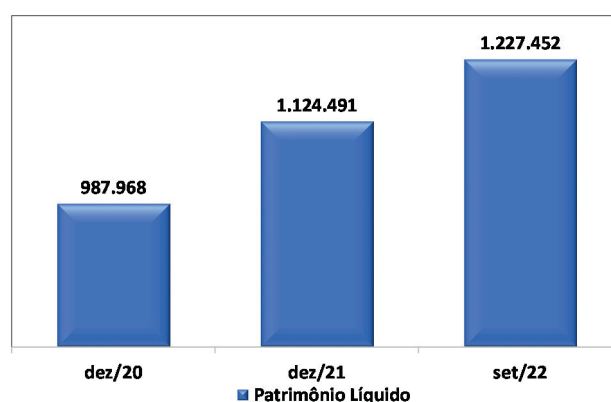
Os recursos existentes foram captados no mercado interno, perfazendo o montante de R\$ 11,9 bilhões, com crescimento de 18,1% nos nove primeiros meses de 2022. Os depósitos a prazo perfazem R\$ 9,4 bilhões, crescimento de 14,0%.

As captações através de Letras Financeiras posicionaram-se em R\$ 639,7 milhões. Desse total, R\$ 575,4 milhões estão contabilizadas na rubrica do Passivo "Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital" de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 528,5 milhões estão homologadas para composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 46,9 milhões são instrumentos de dívida perpétua, elegíveis a capital complementar (Nível I).

- **Patrimônio Líquido, Resultado e Dividendos**

O Patrimônio Líquido do MB Múltiplo alcançou crescimento de 9,16% no período de nove meses, posicionando-se em R\$ 1,2 bilhão.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 2,7 bilhões (crescimento de 38,6%). As Receitas de Operações de Crédito e Operações de Venda ou Transferência de Ativos financeiros (cessão de crédito) alcançaram expansão de 34,2% sobre igual período de 2021.



O Resultado Bruto da Intermediação Financeira, deduzidas as Despesas com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, posicionou-se em R\$ 1,6 bilhão, evolução de 6,6%.

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 310,2 milhões (R\$ 256,4 milhões em setembro de 2021), crescimento de 21,0%.

As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 363,4 milhões (R\$ 354,7 milhões em setembro de 2021), evolução de 2,4% nos períodos sob comparação. Os dois itens de maior relevância, proventos de funcionários e encargos sociais, somaram R\$ 248,3 milhões, crescimento de 3,3%, diante da inflação de 7,2% nos últimos doze meses e inferior ao índice de reajuste da categoria, denotando o efetivo ganho de produtividade obtido no período.

As Despesas Administrativas somaram R\$ 656,6 milhões (R\$ 647,5 milhões em setembro de 2021), evolução nominal de 1,4%. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 19.3.

O Resultado Operacional alcançou R\$ 173,8 milhões. O Lucro Líquido posicionou-se em R\$ 135,4 milhões, 11,5% sobre o Patrimônio Líquido médio de R\$ 1.175.972 milhões, equivalente a 15,6% de retorno médio anualizado, não obstante a relevante atipicidade do período.

Comentário do Desempenho



No período de nove meses, os juros sobre capital próprio, a título de dividendos, somam R\$ 39,1 milhões, sendo R\$ 23,5 milhões declarados até junho e complemento provisionado no terceiro trimestre de R\$ 15,6 milhões, totalizando R\$ 33,3 milhões líquidos do imposto de renda, correspondentes a R\$ 0,30675504 por ação ordinária e R\$ 0,33743029 por ação preferencial, também líquidos do imposto de renda retido na fonte.

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco, em cumprimento a determinações da Resolução CMN 4.818/2020, está divulgando as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao trimestre findo em 30/09/2022. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 24.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, novembro de 2022.

Administração

Comentário do Desempenho



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – IFRS - SETEMBRO DE 2022

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Na conjuntura global, conflitos geopolíticos, pressões inflacionárias e política monetária restritiva em diversos países são as principais causas do atual ciclo de retração da economia mundial. Neste contexto, projeções recentes indicam acentuado desaquecimento das economias americana, chinesa e da área do euro. A economia japonesa continua com desempenho moderado.

No Brasil, projeções recentes também apontam para desaceleração no ritmo da atividade econômica em 2022, com perspectivas de crescimento anual do PIB da ordem de 2,8%, ante expansão de 4,6% no ano anterior. O crescimento econômico tem sido puxado, sobretudo, pelo favorável desempenho do setor de serviços. De fato, o setor de serviços, que representa mais de dois terços do PIB, alcançou robusta expansão de 8,4% no acumulado até agosto (últimos dados de mercado), em relação a igual período do ano anterior. O bom desempenho tem sido bem disseminado pelos diversos segmentos desse setor, favorecido pelo arrefecimento da pandemia do coronavírus.

Por outro lado, o desempenho do comércio varejista ampliado e da indústria foi negativo no acumulado de janeiro a agosto (últimos dados de mercado). A performance do comércio varejista ampliado, que inclui veículos, partes, peças e material de construção, acumulou queda de 0,8%. A produção industrial também apresentou performance negativa até agosto, com queda de 1,3% no período.

Quanto ao comportamento dos preços na economia, o IPCA apresentou deflação nos últimos três meses e acumulou variação de 4,09% de janeiro a setembro (7,17% nos últimos doze meses). A deflação ocorreu principalmente em face da queda dos preços dos combustíveis e da energia. Contudo, a política monetária contracionista tem sido importante instrumento de combate à inflação. Nesse contexto, a taxa Selic subiu gradativamente de 2,0% em janeiro de 2021 para 9,25% ao ano em dezembro, alcançando 13,75% ao ano em agosto do ano em curso.

No Sistema Financeiro Nacional, projeções oficiais recentes apontam para crescimento nominal do saldo de crédito da ordem de 14,2% em 2022. As provisões para risco de crédito no Sistema Financeiro Nacional passaram de 5,8% em dezembro de 2021 para 6,0% em agosto de 2022.

Quanto às perspectivas, prognósticos recentes continuam apontando para perda do vigor da atividade econômica também em 2023, com acomodação das pressões inflacionárias e início do ciclo de queda da taxa Selic.

CONTEXTO CORPORATIVO E MERCADOLÓGICO

- **Contexto Corporativo e Mercadológico**

O Mercantil do Brasil é um banco de médio porte, com a tradição e experiência de quase oitenta anos de mercado. O MB tem trabalhado firme no seu propósito de ser o melhor ecossistema financeiro para o público 50+, com o objetivo de aumentar cada vez mais o alcance do Banco na colocação de produtos e serviços para essa faixa de cliente, que apresenta diferenciado potencial de crescimento nos próximos anos.

De fato, o Banco vem se preparando para atender cada vez melhor esses clientes, que também já apresentam demanda crescente por atendimento digital, notadamente via WhatsApp. Adicionalmente, o MB conta também com estratégica rede de pontos de atendimento físicos caracterizada por relacionamento humanizado, simples e próximo.

Comentário do Desempenho



É nesse contexto que o Banco tem avançado na utilização das inovações tecnológicas e em melhor conhecimento do cliente, com estruturas especializadas visando incrementar a geração de negócios e proporcionar a melhor experiência de relacionamento com o cliente.

No MB, a valorização do uso de dados tem sido fundamental, conferindo maior inteligência ao processo de atendimento e realização de negócios, contemplando todo o ciclo de vida do cliente, com foco na eficiência comercial e desenvolvimento do cliente. Desta forma, é possível testar hipóteses com agilidade e entender cada vez mais o que o cliente precisa e ofertar as melhores soluções, no momento certo e na medida certa.

Assim, como resultado do trabalho desenvolvido, o Mercantil tem alcançado saltos no número de clientes, com reflexos positivos na geração de negócios, notadamente originação de operações de crédito com garantia em FGTS.

Quanto ao desempenho, nos nove primeiros meses do ano, mesmo em cenário macroeconômico desafiador, o Mercantil do Brasil manteve a obtenção de importantes resultados, com crescimento vigoroso da carteira de crédito (16,3%), merecendo destaque a expansão estratégica da carteira de pessoas físicas (19,5%), a expansão da base de clientes (33,1%), que alcançou a expressiva marca de 5,7 milhões de clientes, o crescimento na receita de prestação de serviços (21,0%), destacando-se a receita pela distribuição de seguros (25,9%) e a ampliação da oferta de serviços. Tudo isso com o cliente no centro da estratégia empresarial e obtenção de resultados de forma sustentável. Ética sempre e em primeiro lugar.

- **Capital Humano**

- >> **Treinamentos e Apoio aos Colaboradores**

No trimestre, foram registradas 35.892 participações em treinamentos, sendo 35.851 participações pela Academia Mercantil e 41 participações nos treinamentos presenciais/online internos, totalizando 22.913,61 horas de treinamento, com a participação média da ordem de 16,86 horas de treinamento por funcionário.

Nesses eventos, destacam-se os treinamentos dos "Combinados MB" realizados, inicialmente, em 10 Pontos de Atendimento no mês de agosto. Em setembro, o treinamento foi expandido para toda a rede de atendimento em turmas on-line, totalizando 37,30 horas de treinamento. Destaca-se ainda a realização do treinamento "RAROC", com o objetivo de capacitar a área atuante na mensuração da rentabilidade baseada em risco.

Adicionalmente, o MB vem apoiando seus colaboradores com publicações de boletins destinados a todos os colaboradores sobre cuidados com a saúde e riscos cibernéticos.

- >> **MB - Uma Empresa Cidadã**

No Mercantil do Brasil, faz parte da cultura o cuidado com os colaboradores, quer seja no campo da saúde, com o prolongamento da licença-maternidade, nas oportunidades de crescimento profissional, com adequados programas de treinamento, plano de remuneração e no respeito com o jeito de ser de cada colaborador.

É nesse contexto que o time das áreas de Talentos e Cultura, Benefícios, Saúde e Marketing participaram do Workshop de Diversidade e Inclusão, com foco no ambiente organizacional. Esse evento integra uma série de ações que o Banco está promovendo em busca de um ambiente de trabalho mais diverso, respeitoso e inclusivo.

É assim que os Colaboradores dispõem de favorável clima organizacional, trabalham com elevada motivação e cultivam o sentimento de pertencimento, impulsionando a obtenção de resultados consistentes e sustentáveis.

Comentário do Desempenho



• Gestão do Capital e de Riscos

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos inerentes ao negócio e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e normas em vigor. O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 14,99%, perante mínimo requerido de 10,0%, já considerado o adicional de capital principal.

Dispõe, também, de Estrutura de Gerenciamento de Riscos de crédito, operacional, de mercado, de variação de taxa de juros, de liquidez, socioambiental e demais riscos relevantes, em conformidade com as normas em vigor. Informações mais detalhadas estão disponíveis nas notas explicativas 21 e 22.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

• Informações Patrimoniais e Resultados

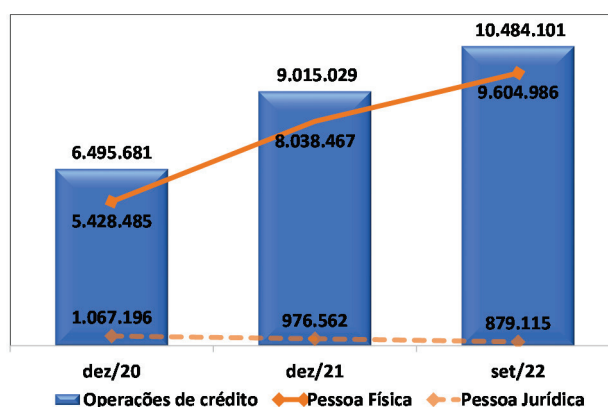
>> Ativos

O Ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 15,0 bilhões (R\$ 13,0 bilhões em dezembro de 2021). Os ativos de maior relevância estão representados por Disponibilidades (R\$ 1,0 bilhão), Ativos Financeiros (R\$ 12,1 bilhões), Ativos Fiscais Correntes e Diferidos (R\$ 727,0 milhões), Imobilizado (R\$ 662,4 milhões), Ativos Intangíveis (R\$ 92,6 milhões), Ativos Não Financeiro Mantidos para Venda (R\$ 53,1 milhões), dentre outros.

O Caixa e Equivalentes de Caixa somam R\$ 1,9 bilhão (12,7% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos por Disponibilidades de R\$ 1,0 bilhão e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no montante de R\$ 912,2 milhões.

Os Ativos Financeiros ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes somam R\$ 901,9 milhões, líquidos de provisão para perdas esperadas (R\$ 8,9 milhões), e são compostos, basicamente, por Letras Financeiras do Tesouro (R\$ 691,6 milhões), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (R\$ 105,4 milhões), Cotas de Fundo de Participações (R\$ 35,1 milhões), Certificados de Recebíveis Imobiliários (R\$ 29,2 milhões), dentre outros.

As operações de crédito alcançaram R\$ 10,5 bilhões, apresentando relevante crescimento de 16,3% comparativamente a dezembro de 2021. Em consonância com as diretrizes estratégicas, observa-se nítida concentração de crescimento no segmento de pessoas físicas, com expansão de R\$ 1,6 bilhão no exercício, equivalente a crescimento de 19,5%. A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 4,8%. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 7.3.



Comentário do Desempenho



>> Passivos

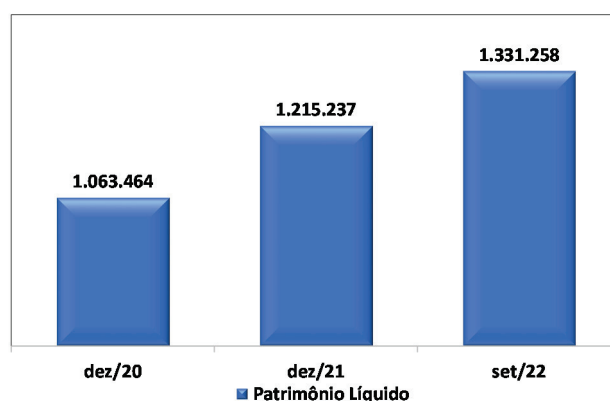
Captação de Recursos

Os Passivos Financeiros são registrados ao custo amortizado e estão representados por captações no mercado interno no montante de R\$ 12,0 bilhões, dos quais R\$ 9,4 bilhões são provenientes de depósitos a prazo. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 14.1.

As captações através de Letras Financeiras posicionaram-se em R\$ 639,9 milhões. Desse total, R\$ 575,4 milhões estão contabilizadas na rubrica do Passivo "Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital" de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 528,5 milhões são elegíveis à composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 46,9 milhões são instrumentos de dívida perpétua, elegíveis a capital complementar (Nível I).

>> Patrimônio Líquido, Resultado e Dividendos

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 1,3 bilhão. O Patrimônio de Referência em BRGAAP também alcançou R\$ 1,3 bilhão.



>> Resultados

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 2,6 bilhões, crescimento de 42,2%. Estão representadas, notadamente, por Receitas de Operações de Crédito (R\$ 2,3 bilhão), Rendas de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros (R\$ 95,9 milhões), Resultado de Títulos e Valores Mobiliários (R\$ 205,2 milhões), dentre outras.

As Despesas da Intermediação Financeira somam R\$ 950,4 milhões, evolução de 144,2%. As Despesas com Operações de Captação no Mercado posicionaram-se em R\$ 788,4 milhões (evolução de 274,3%). As Despesas de Comissão de Originação de Crédito totalizaram R\$ 59,9 milhões (queda de 50,2%). Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas nº 14.4.

Nas Provisões, merece destaque a Provisão para Perdas Esperadas - *Impairment* dos ativos financeiros - com Operações de Crédito, registrada na rubrica Despesas de Provisão Para Perdas Esperadas no montante de R\$ 276,0 milhões (R\$ 269,9 milhões de igual período de 2021).

O Resultado da Intermediação Financeira, líquido das Despesa de Provisão para Perdas Esperadas posicionou-se em R\$ 1,4 bilhão, evolução de 18,0% no período de nove meses, na comparação com igual período de 2021.

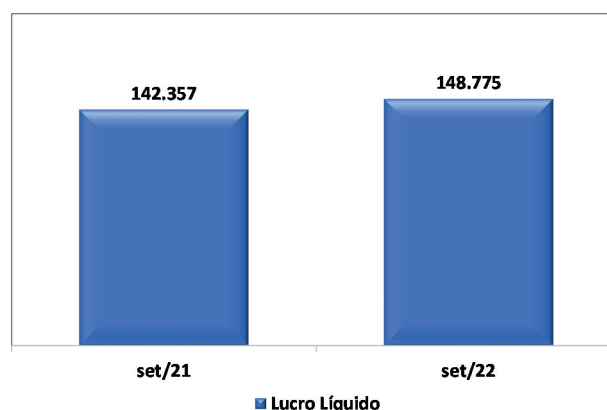
O agrupamento de Outras Receitas/(Despesas) Operacionais o saldo devedor monta em R\$ 1,2 bilhão, evolução de 23,8%. Nas Receitas, destaca-se Receitas de Prestação de Serviços de R\$ 310,2 milhões (R\$ 256,4 milhões nos nove primeiros meses de 2021). As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 363,4 milhões (R\$ 354,7 milhões de igual período do exercício anterior) e as Despesas Administrativas são de R\$ 555,1 milhões (R\$ 472,0 milhões de 2021).

Comentário do Desempenho



>> Lucro Líquido

O Lucro Líquido posicionou-se em R\$ 148,8 milhões, crescimento de 4,51% em relação ao mesmo período do ano anterior.



>> Dividendos

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio a título de dividendos são distribuídos com observância das normas societárias e tributárias brasileiras e do Estatuto Social da Companhia. No período de nove meses, os juros sobre capital próprio, a título de dividendos, somam R\$ 39,1 milhões, sendo R\$ 23,5 milhões declarados até junho e complemento provisionado no terceiro trimestre de R\$ 15,6 milhões, totalizando R\$ 33,3 milhões líquidos do imposto de renda, correspondentes a R\$ 0,30675504 por ação ordinária e R\$ 0,33743029 por ação preferencial, também líquidos do imposto de renda retido na fonte.

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

>> Investimento em controlada

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, novembro de 2022.

Administração

Notas Explicativas

Apresentamos às Demonstrações Financeiras Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. relativas ao período findo em 30 de setembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

As informações preenchidas nos quadros individuais, estão em conformidade com o sistema padronizado da CVM, cuja apresentação das contas é diferente ao modelo adotado pelo Banco Central do Brasil.

Adicionalmente a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, passamos a adotar o padrão contábil internacional (IFRS) na elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis Consolidadas e são parte integrante desta demonstração.



Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

Preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas
no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar
pelo Banco Central do Brasil

Setembro de 2022

BANCO MERCANTIL DO BRASIL

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Em R\$ Mil

	A T I V O	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
			Setembro	Exercício	Setembro	Exercício
			2022	2021	2022	2021
DISPONIBILIDADES			1.035.921	984.730	1.035.929	984.733
INSTRUMENTOS FINANCEIROS			11.497.522	9.603.514	11.951.103	10.042.686
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		5	1.146.169	534.865	1.052.573	409.878
Títulos e Valores Mobiliários		6	684.532	947.826	903.055	1.167.381
Carteira Própria			513.239	726.674	702.387	936.340
Vinculados ao Banco Central			13.048	30.242	28.333	30.242
Vinculados à Prestação de Garantias			158.245	190.910	172.335	200.799
Relações Interfinanceiras			111.890	109.429	111.890	109.429
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar			15.056	19	15.056	19
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central			96.834	109.410	96.834	109.410
Relações Interdependências			29	894	29	894
Transferências Internas de Recursos			29	894	29	894
Operações de Crédito		8	9.380.148	7.894.824	9.709.168	8.239.560
Setor Privado			9.081.653	8.061.733	9.419.165	8.415.853
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		8.4	757.940	216.211	757.940	216.211
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)		8.3	(459.445)	(383.120)	(467.937)	(392.504)
Outros Créditos			174.754	115.676	174.388	115.544
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos		8	-	24.151	-	24.151
Devedores por Compras de Valores e Bens		8	56.902	49.632	56.965	49.632
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamentos		8	120.365	123.621	119.936	123.489
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)		8.3	(2.513)	(81.728)	(2.513)	(81.728)
ATIVOS FISCAIS		9	669.380	661.760	712.289	697.507
Correntes		9.1	126.746	68.764	144.316	84.742
Diferidos		9.2	542.634	592.996	567.973	612.765
OUTROS ATIVOS			331.309	408.090	378.809	442.258
Outros Valores e Bens			100.416	82.124	103.383	85.623
Material em Estoque			3.824	5.097	3.824	5.097
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		10.1	68.815	60.552	68.817	60.554
(Provisão para Desvalorizações)		10.1	(15.751)	(28.143)	(15.753)	(28.145)
Despesas Antecipadas		10.2	43.528	44.618	46.495	48.117
Outros Créditos			230.893	325.966	275.426	356.635
Câmbio Comprado a Liquidar			1.300	96.505	1.300	96.505
Direitos sobre Vendas de Câmbio			1.077	-	1.077	-
Rendas a Receber		10.5	2.494	22.285	1.997	3.064
Negociação e Intermediação de Valores			96	2.866	882	3.391
Devedores por Depósitos em Garantia		10.3	128.038	136.385	166.106	172.900
Pagamentos a Ressarcir			625	569	1.683	1.597
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito		10.4	55.169	51.274	60.680	64.600
Adiantamentos e Antecipações Salariais			5.995	1.065	6.311	1.123
Devedores Diversos		10.6	30.558	44.808	31.293	45.234
Outros			14.734	19.374	15.659	19.692
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)		8.3	(9.193)	(49.165)	(11.562)	(51.471)
INVESTIMENTOS			638.496	564.407	4.132	2.689
Participações em Controladas - No País		11	681.837	609.190	-	-
Outros Investimentos			4.693	3.251	5.653	4.094
(Provisões para Perdas)			(48.034)	(48.034)	(1.521)	(1.405)
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO		12	-	-	8.667	8.881
Imóveis para Renda			-	-	9.520	9.547
(Depreciação Acumulada)			-	-	(853)	(666)
IMOBILIZADO		13	134.804	151.157	146.159	162.891
Imóveis de Uso			18.261	18.261	18.261	18.309
Outras Imobilizações de Uso			325.975	329.616	339.791	342.772
(Depreciação Acumulada)			(209.432)	(196.720)	(211.893)	(198.190)
INTANGÍVEL		14	92.643	81.720	92.643	81.720
Ativos Intangíveis			218.743	196.129	218.743	196.129
(Amortização Acumulada)			(126.100)	(114.409)	(126.100)	(114.409)
TOTAL DO ATIVO			14.400.075	12.455.378	14.329.731	12.423.365

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Em R\$ Mil

Em R\$ mil

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
		Setembro	Exercício	Setembro	Exercício
		2022	2021	2022	2021
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		12.222.288	10.384.195	12.033.542	10.233.617
Depósitos	15.1	10.520.280	9.377.875	10.332.640	9.231.014
Depósitos à Vista		546.493	484.431	541.721	480.750
Depósitos de Poupança		202.442	226.084	202.442	226.084
Depósitos Interfinanceiros		139.047	245.504	139.047	235.048
Depósitos a Prazo		9.632.298	8.421.856	9.447.053	8.285.956
Outros Depósitos		-	-	2.377	3.176
Captações no Mercado Aberto	5	73.095	131.958	59.371	106.216
Carteira de Terceiros		73.095	131.958	59.371	106.216
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.2	113.664	70.004	126.282	92.029
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		113.664	70.004	126.282	92.029
Relações Interfinanceiras		111.938	124.225	111.938	124.225
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		83.167	65.027	83.167	65.027
Obrigações Vinculadas		13.012	30.180	13.012	30.180
Correspondentes		15.759	29.018	15.759	29.018
Relações Interdependências		2.861	15.670	2.861	15.670
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.861	15.670	2.861	15.670
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	8.3	2.248	2.778	2.248	2.778
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	8.4	822.843	226.402	822.843	226.402
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	15.3	575.359	435.283	575.359	435.283
PROVISÕES		224.988	238.249	267.707	280.339
Provisão para Outros Passivos	16.a	224.988	238.249	267.707	280.339
PASSIVOS FISCAIS		48.295	37.274	62.754	49.811
Correntes		40.189	33.430	50.109	42.334
Diferidos		8.106	3.844	12.645	7.477
OUTROS PASSIVOS		677.052	671.169	691.568	688.130
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		29.677	9.064	29.683	9.091
Câmbio Vendido a Liquidar		2.381	-	2.381	-
Obrigações por Compra de Câmbio		-	55.752	-	55.752
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	8	-	(55.583)	-	(55.583)
Sociais e Estatutárias		46.010	44.342	49.496	49.438
Negociação e Intermediação de Valores		2.822	736	3.209	1.025
Obrigações por Convênios Oficiais	17.1	175.925	191.242	175.925	191.242
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos		4.212	8.962	4.318	9.073
Provisão para Pagamentos a Efetuar		172.039	175.503	177.970	184.148
Credores Diversos - País	17.2	242.809	239.805	247.832	242.642
Outros		1.177	1.346	754	1.302
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	1.227.452	1.124.491	1.274.160	1.171.468
Capital Social	18.1	597.540	597.540	597.540	597.540
(Ações em Tesouraria)	18.1	(3.830)	(5.614)	(3.830)	(5.614)
Reservas de Capital	18.2	43.375	43.375	43.375	43.375
Reservas de Reavaliação		102	108	102	108
Reservas de Lucros	18.2	478.002	478.082	478.002	478.082
Reserva Legal		87.688	87.688	87.688	87.688
Reservas Estatutárias		390.314	390.394	390.314	390.394
Outros Resultados Abrangentes		15.983	11.000	15.983	11.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		15.983	11.000	15.983	11.000
Lucros Acumulados		96.280	-	96.280	-
Participação dos Não Controladores		-	-	46.708	46.977
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.400.075	12.455.378	14.329.731	12.423.365

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para os períodos acumulados de setembro de 2022 e de 2021

Em R\$ Mil

	Nota	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
		Setembro		Setembro	
		2022	2021	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.620.780	1.889.673	2.679.644	1.933.441
Operações de Crédito	8.2	2.292.000	1.631.764	2.343.119	1.669.628
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.1	197.530	50.437	205.236	56.341
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.2	34.286	47.637	34.286	47.637
Resultado de Operações de Câmbio		(3.440)	9.534	(3.440)	9.534
Resultado das Aplicações Compulsórias		4.468	2.508	4.507	2.508
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	8.4	95.936	147.793	95.936	147.793
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(867.268)	(215.843)	(854.893)	(213.310)
Operações de Captação no Mercado	15.4	(800.866)	(213.379)	(788.441)	(210.651)
Operações de Empréstimos e Repasses		(646)	(232)	(646)	(232)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(65.756)	(2.232)	(65.806)	(2.427)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.753.512	1.673.830	1.824.751	1.720.131
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	8.3	(226.936)	(217.736)	(231.807)	(225.970)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.526.576	1.456.094	1.592.944	1.494.161
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.376.612)	(1.266.175)	(1.419.146)	(1.292.631)
Receitas de Prestação de Serviços	19.1	215.538	178.539	310.164	256.363
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas		54.158	38.176	148.560	115.975
Rendas de Tarifas Bancárias		161.380	140.363	161.604	140.388
Resultado de Participações em Controladas	11.a	57.454	49.711	-	-
Equivalência Patrimonial		57.454	49.711	-	-
Despesas de Pessoal	19.2	(331.883)	(329.706)	(363.381)	(354.687)
Outras Despesas Administrativas	19.3	(643.280)	(632.528)	(656.565)	(647.486)
Despesas Tributárias	19.4	(104.518)	(100.335)	(120.093)	(110.730)
Outras Receitas Operacionais	19.5	65.378	40.838	70.013	43.893
Outras Despesas Operacionais	19.6	(559.732)	(402.433)	(578.357)	(405.008)
Reversões / (Despesas) de Provisões	16.b	(75.569)	(70.261)	(80.927)	(74.976)
RESULTADO OPERACIONAL		149.964	189.919	173.798	201.530
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		3.896	10.263	4.216	10.223
Receitas		6.840	21.144	7.276	21.171
Despesas		(2.944)	(10.881)	(3.060)	(10.948)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		153.860	200.182	178.014	211.753
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.3	(18.460)	(59.515)	(42.987)	(70.696)
Provisão para Imposto de Renda		23.211	(21.631)	1.326	(29.356)
Provisão para Contribuição Social		14.415	(19.002)	5.782	(22.102)
Ativo Fiscal Diferido	9.2.b	(56.086)	(18.882)	(50.095)	(19.238)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-	373	(390)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		135.400	140.667	135.400	140.667
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)					
Ações ordinárias		1,2959	2,6837		
Ações preferenciais		1,2959	2,6837		
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)					
Ações ordinárias		84.436	87.428		
Ações preferenciais		50.964	53.239		
Número de Ações em Circulação - básico e diluído					
Ações ordinárias		65.155.744	32.577.872		
Ações preferenciais		39.327.336	19.837.918		

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Para os períodos acumulados de setembro de 2022 e de 2021

	MB - Múltiplo		Em R\$ Mil	
	Setembro		MB - Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	135.400	140.667	135.400	140.667
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	4.983	6.230	4.983	6.230
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	2.619	4.829	2.619	4.829
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios	2.908	9.515	3.927	9.111
Títulos Disponíveis para Venda - De Controladas (MEP)	1.019	(404)	-	-
Efeito Fiscal	(1.308)	(4.282)	(1.308)	(4.282)
ITENS QUE NÃO SERÃO POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	2.364	1.401	2.364	1.401
Ajustes de Avaliação Atuarial	2.364	2.547	2.364	2.547
Efeito Fiscal	-	(1.146)	-	(1.146)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	140.383	146.897	140.383	146.897
Lucro Atribuível ao Controlador	140.383	146.897	140.756	146.507
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores	-	-	(373)	390

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os períodos acumulados de setembro de 2022 e de 2021

Em R\$ Mil

	CAPITAL		RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	(-) AÇÕES EM TESOURARIA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL	REAVALIAÇÃO CONTROLADAS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS						
SALDOS EM 01/01/2022	492.708	104.832	43.375	108	87.688	390.394	11.000	-	(5.614)	1.124.491	46.977	1.171.468
Aumento de Capital - RCA 09/12/2021	104.832	(104.832)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria Vendidas	-	-	-	-	-	(80)	-	-	1.784	1.704	-	1.704
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	4.983	-	-	4.983	-	4.983
Realização de Reserva	-	-	-	(6)	-	-	-	6	-	-	-	-
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	135.400	-	135.400	(373)	135.027
Varição de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104	104
Destinações:												
Juros sobre o Capital Próprio Deliberado (Nota 18.3)	-	-	-	-	-	-	-	(23.491)	-	(23.491)	-	(23.491)
Juros sobre o Capital Próprio Provisionado (Nota 18.3)	-	-	-	-	-	-	-	(15.635)	-	(15.635)	-	(15.635)
SALDOS EM 30/09/2022	597.540	-	43.375	102	87.688	390.314	15.983	96.280	(3.830)	1.227.452	46.708	1.274.160
MUTAÇÕES DO PERÍODO	104.832	(104.832)	-	(6)	-	(80)	4.983	96.280	1.784	102.961	(269)	102.692
SALDOS EM 01/01/2021	492.708	-	43.375	117	78.463	384.644	(11.339)	-	-	987.968	45.939	1.033.907
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	6.230	-	-	6.230	-	6.230
Realização de Reserva	-	-	-	(6)	-	-	-	6	-	-	-	-
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	140.667	-	140.667	390	141.057
Varição de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(771)	(771)
Destinações:												
Reservas	-	-	-	-	5.027	73.487	-	(78.514)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(22.029)	-	(22.029)	-	(22.029)
SALDOS EM 30/09/2021	492.708	-	43.375	111	83.490	458.131	(5.109)	40.130	-	1.112.836	45.558	1.158.394
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(6)	5.027	73.487	6.230	40.130	-	124.868	(381)	124.487

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Para os períodos acumulados de setembro de 2022 e de 2021

Em R\$ Mil

	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
	Setembro		Setembro	
	2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	153.860	200.182	178.014	211.753
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	261.499	293.207	328.417	357.062
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	(13)	(538)	(13)	(538)
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	83.820	80.710	89.676	85.567
Provisão / (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas	(530)	84	(530)	84
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	226.936	217.736	231.807	225.970
Provisão para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos	1.388	10.307	1.388	10.307
Depreciações e Amortizações	50.415	45.980	51.793	46.890
Atualizações Monetárias Ativas	(40.784)	(1.974)	(43.057)	(2.265)
Resultado de Participações em Controladas	(57.454)	(49.711)	-	-
Perda de Ativo Intangível	-	699	-	699
(Ganho) na Alienação de Bens e Investimentos	(2.358)	(10.086)	(2.358)	(10.089)
Perda de Capital em Controlada	79	-	84	47
Resultado de Participação dos Não Controladores	-	-	(373)	390
Lucro Líquido Ajustado	415.359	493.389	506.431	568.815
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	85.066	33.563	41.658	46.934
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(64.116)	(24.459)	(61.971)	(49.686)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras	(14.748)	23.109	(14.748)	23.109
Redução (Aumento) em Relações Interdependências	(11.944)	(12.187)	(11.944)	(12.187)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(1.744.529)	(1.853.485)	(1.733.686)	(1.907.797)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(26.799)	54.179	(19.907)	63.247
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	2.362	8.278	2.892	9.488
Aumento (Redução) em Depósitos	1.142.405	1.106.474	1.101.626	1.034.613
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(58.863)	(130.032)	(46.845)	(75.437)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	43.660	(1.579)	34.253	(14.768)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	590.019	114.806	581.603	100.191
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações	357.872	(187.944)	379.362	(213.478)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.587)	(29.806)	(28.761)	(38.712)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	355.285	(217.750)	350.601	(252.190)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda	382.970	167.655	382.970	167.655
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	12.872	39.277	12.872	39.307
Alienação de Investimentos	-	175	-	175
Alienação de Imobilizado de Uso	90	30	114	130
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(53.962)	(56.319)	(53.962)	(56.319)
Integralização de Capital em Controlada	(15.000)	(4.250)	-	-
Aquisição de Investimentos	(1.443)	(526)	(1.443)	(526)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(13.327)	(24.380)	(14.135)	(34.744)
Aplicações no Intangível	(32.035)	(29.011)	(32.035)	(29.011)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	20.188	12.272	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	300.353	104.923	294.381	86.667
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	118.700	8.652	118.700	8.652
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(28.494)	(63.023)	(29.851)	(64.922)
Ações em Tesouraria Vendidas	1.704	-	1.704	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	91.910	(54.371)	90.553	(56.270)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	747.548	(167.198)	735.535	(221.793)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.186.832	1.831.679	1.212.577	1.905.048
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	13	538	13	538
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.934.393	1.665.019	1.948.125	1.683.793
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	747.548	(167.198)	735.535	(221.793)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos acumulados de setembro de 2022 e de 2021

Em R\$ Mil

	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
	Setembro		Setembro	
	2022	2021	2022	2021
1 - RECEITAS	2.049.113	1.431.577	2.178.537	1.540.668
Intermediação Financeira	2.620.780	1.889.673	2.679.644	1.933.441
Prestação de Serviços	215.538	178.539	310.164	256.363
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(226.936)	(217.736)	(231.807)	(225.970)
Outras	(560.269)	(418.899)	(579.464)	(423.166)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(867.268)	(215.843)	(854.893)	(213.310)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(520.887)	(524.935)	(530.309)	(537.626)
Materiais, Energia e Outros	(35.367)	(35.133)	(36.669)	(36.027)
Serviços de Terceiros	(276.668)	(324.397)	(281.964)	(328.799)
Outros	(208.852)	(165.405)	(211.676)	(172.800)
Comunicações	(7.447)	(10.513)	(7.754)	(10.762)
Processamento de Dados	(83.387)	(63.534)	(80.980)	(65.893)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(31.952)	(9.518)	(32.941)	(11.189)
Serviços do Sistema Financeiro	(9.348)	(10.203)	(8.792)	(9.974)
Transportes	(29.797)	(25.974)	(29.843)	(26.137)
Outros	(46.921)	(45.663)	(51.366)	(48.845)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	660.958	690.799	793.335	789.732
5 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(50.415)	(45.980)	(51.793)	(46.890)
Depreciações e Amortizações	(50.415)	(45.980)	(51.793)	(46.890)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	610.543	644.819	741.542	742.842
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	57.454	49.711	-	-
Resultado de Participações em Controladas	57.454	49.711	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	667.997	694.530	741.542	742.842
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	667.997	694.530	741.542	742.842
Pessoal	284.101	281.953	310.345	302.798
Remuneração Direta	208.210	206.065	231.305	224.561
Benefícios	57.867	59.168	60.491	61.011
FGTS	18.024	16.720	18.549	17.226
Impostos, Taxas e Contribuições	176.518	210.297	221.707	236.017
Federais	161.774	196.613	203.648	217.063
Estaduais	24	814	35	3.632
Municipais	14.720	12.870	18.024	15.322
Remuneração de Capitais de Terceiros	71.978	61.613	74.463	62.970
Aluguéis	71.978	61.613	74.463	62.970
Remuneração de Capitais Próprios	135.400	140.667	135.027	141.057
Juros sobre o Capital Próprio	39.126	22.029	39.126	22.029
Lucros Retidos do Período	96.274	118.638	96.274	118.638
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	(373)	390

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, e realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 29 agências e 264 Postos de Atendimento, e um quadro de 2.825 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento. A sede do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. Apresentação das informações trimestrais

As informações contábeis contidas nas informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as informações trimestrais incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das informações trimestrais em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

O Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21 de manter a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), até o exercício de 2024, adicionalmente publica demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme o disposto na Resolução nº 4.818/20.

Na elaboração das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações trimestrais incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As informações trimestrais foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 09/11/2022.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

2.2. Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas findas em 30 de setembro de 2022 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

As informações trimestrais consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, (MB Consolidado), relacionadas abaixo:

Controladas diretamente:	% – Participação	
	Set / 2022	Dez / 2021
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	91,53	91,53
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ⁽¹⁾	85,00	98,17
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	100,00	100,00
Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ⁽¹⁾	85,95	85,95
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	100,00	100,00

⁽¹⁾ Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil do Brasil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (Vide nota nº 11.).

⁽¹⁾ Atual denominação social da Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos alterada pela AGE de 05 de Setembro de 2022.

Controladas indiretamente:	% – Participação	
	Set / 2022	Dez / 2021
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	100,00	100,00
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	85,57	85,57
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	100,00	100,00

2.3. Reclassificação de Cifras Comparativas

Foram realizadas reclassificações em setembro de 2021 na Demonstração do Resultado do período, conforme segue:

Conta Debitada	Conta Creditada	MB - Múltiplo	MB - Consolidado
Despesas de pessoal	Participações no lucro	23.826	26.757
Reversões / (Despesas) de Provisões	Despesas de pessoal	(42.222)	(41.965)
Outras receitas operacionais	Reversões / (Despesas) de Provisões	7.798	8.643
Reversões / (Despesas) de Provisões	Despesas tributárias	-	(138)
Reversões / (Despesas) de Provisões	Outras despesas operacionais	(35.837)	(41.516)

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A demonstração por segmentos operacionais está apresentada de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. Por segmentos operacionais, nos termos da IFRS 8, entende-se os componentes de uma entidade sobre os quais estão disponíveis informações financeiras separadas, que são avaliadas com regularidade pelo principal tomador de decisões operacionais.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Conversão de moeda estrangeira

• Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas Controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

• Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 de setembro de 2022, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,4066 (Em 31 de dezembro de 2021: US\$ 1,00 = R\$ 5,5805).

d) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- i. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigação, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- iii. Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações são apropriadas de maneira "*pro rata temporis*" (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 23.c.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

e) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21. No primeiro semestre de 2022 foi editada a MP nº 1.115/22, que majorou a alíquota da CSLL em 1%, passando de 20% para 21% no período de agosto/22 a dezembro/22. No segundo semestre de 2021 a alíquota da contribuição social foi majorada em 5%, passando de 20% para 25% no período de julho a dezembro de 2021, nos termos da Medida Provisória nº 1.034/21, para o setor bancário.

Os impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.747/19, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

g) Propriedades para investimento

As Propriedades para investimento referem-se a Terrenos e Empreendimentos constituídos pelo Banco e Controladas e estão registradas pelo custo de aquisição e sendo depreciadas pelo prazo da vida útil dos imóveis com base na vida útil do ativo em conformidade com o que trata a Resolução CMN nº 4.967/21.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

h) Imobilizado

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

i) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

k) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- i. Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- ii. Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- iii. Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- iv. Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

l) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

m) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 18.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

n) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma:

- i. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.
- ii. Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

o) Benefícios a empregados

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

p) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

q) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das informações trimestrais requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como

- i. Provisão para perdas esperadas (*Impairment*): o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- ii. Valor justo dos ativos e passivos financeiros: a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- iii. Ativos e Passivos Contingentes: As contingências do Banco são registradas quando, de acordo com estudos técnicos realizados por assessores jurídicos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- iv. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. DEMONSTRAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A apresentação das informações por segmentos é exigida na mesma base que é utilizada internamente para avaliar o desempenho e decidir como alocar recursos aos segmentos operacionais.

Nesse contexto, o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos em conformidade com o seu Planejamento Estratégico e Mercadológico, com eventuais correções de rumos, além da constante análise e implementação de novas oportunidades de negócios.

Essas decisões têm como foco principal o Segmento Financeiro, que compreende, principalmente, operações de tesouraria e crédito em suas diversas modalidades, notadamente, crédito consignado, capital de giro, conta garantida, títulos descontados, crédito ao consumidor, crédito rural e câmbio, perfazendo mais de 75% do lucro, envolvendo quase a totalidade dos principais ativos e passivos das informações trimestrais consolidadas.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

MB – Consolidado	Financeiras ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Eliminação	30/09/2022	31/12/2021
Disponibilidades	1.035.922	2.653	(2.646)	1.035.929	984.733
Instrumentos Financeiros	11.945.212	287.477	(281.586)	11.951.103	10.042.686
Ativos Fiscais	704.949	7.340	-	712.289	697.507
Outros Ativos	361.678	17.382	(251)	378.809	442.258
Investimentos	267.681	-	(263.549)	4.132	2.689
Propriedade para Investimento	-	8.667	-	8.667	8.881
Imobilizado	134.804	11.355	-	146.159	162.891
Intangível	92.643	-	-	92.643	81.720
Total do Ativo	14.542.889	334.874	(548.032)	14.329.731	12.423.365
Passivos financeiros	12.270.422	-	(236.880)	12.033.542	10.233.617
Passivos Fiscais	56.517	6.237	-	62.754	49.811
Provisões	255.479	12.228	-	267.707	280.339
Outros Passivos	686.346	5.473	(251)	691.568	688.130
Patrimônio Líquido	1.274.125	310.936	(310.901)	1.274.160	1.171.468
Total do Passivo e Patrimônio	14.542.889	334.874	(548.032)	14.329.731	12.423.365

⁽¹⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽²⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

MB – Consolidado	Financeiras ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Eliminação	30/09/2022	30/09/2021
Receitas da Intermediação Financeira	2.679.380	17.076	(16.812)	2.679.644	1.933.441
Despesas da Intermediação Financeira	(871.705)	-	16.812	(854.893)	(213.310)
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(231.807)	-	-	(231.807)	(225.970)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.575.868	17.076	-	1.592.944	1.494.161
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	(1.425.971)	65.168	(58.343)	(1.419.146)	(1.292.631)
Receita de Prestação de Serviços	215.400	105.952	(11.188)	310.164	256.363
Resultado Participação em Controladas	58.343	-	(58.343)	-	-
Despesas de Pessoal	(344.437)	(18.944)	-	(363.381)	(354.687)
Outras Despesas Administrativas	(657.577)	(10.325)	11.337	(656.565)	(647.486)
Despesas Tributárias	(107.265)	(12.828)	-	(120.093)	(110.730)
Outras Receitas Operacionais	68.042	2.120	(149)	70.013	43.893
Outras Despesas Operacionais	(577.560)	(797)	-	(578.357)	(405.008)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(80.917)	(10)	-	(80.927)	(74.976)
Resultado Operacional	149.897	82.244	(58.343)	173.798	201.530
Resultado Não Operacional	3.915	301	-	4.216	10.223
IR e CS	(18.786)	(24.201)	-	(42.987)	(70.696)
Participação dos Não Controladores	373	-	-	373	(390)
Lucro Líquido dos Periodos	135.399	58.344	(58.343)	135.400	140.667

⁽¹⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽²⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Disponibilidades	1.035.921	984.730	1.035.929	984.733
Aplicações interfinanceiras de liquidez	898.472	202.102	912.196	227.844
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	806.905	196.046	820.629	221.788
Aplicações em depósitos interfinanceiros	91.567	6.056	91.567	6.056
Total	1.934.393	1.186.832	1.948.125	1.212.577

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Aplicações no mercado aberto	880.000	328.004	880.000	328.004
Posição bancada	806.905	196.046	820.629	221.788
Posição financiada	73.095	131.958	59.371	106.216
Aplicações em depósitos interfinanceiros	266.169	206.861	172.573	81.874
Total	1.146.169	534.865	1.052.573	409.878
Circulante	1.049.934	415.881	1.013.393	379.128
Não circulante	96.235	118.984	39.180	30.750

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo “captação no mercado aberto”, que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

MB – Múltiplo

Composição	Set / 2022		Dez / 2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	674.479	684.532	940.679	947.826
Cotas de participação da CIP	225	10.468	225	9.259
Letras Financeiras do Tesouro	673.107	672.917	939.035	937.148
Debêntures	1.147	1.147	1.419	1.419
Total Geral	674.479	684.532	940.679	947.826
Total Contábil	-	684.532	-	947.826
Circulante	-	7	-	348.539
Não circulante	-	684.525	-	599.287

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

MB – Consolidado

Descrição	Set / 2022		Dez / 2021	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	881.808	901.924	1.150.264	1.165.455
Cotas de participação da CIP	225	10.468	225	9.259
Cotas de Fundos de Investimento	395	395	16.984	16.984
Cotas de Fundos em Participações	5.496	5.496	5.456	5.456
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	12.158	12.158	4.882	4.882
Cotas de Fundo Imobiliário	25.081	35.138	27.555	35.602
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	8.901	8.901	15.878	15.878
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	105.450	105.450	90.706	90.706
Certificado de Recebíveis Imobiliários	29.198	29.200	30.302	30.301
Letras Financeiras do Tesouro	691.816	691.630	946.067	944.178
Debêntures	3.088	3.088	12.209	12.209
Títulos Mantidos até o Vencimento	1.131	1.131	1.926	1.926
Fundo de investimentos em direitos creditórios	1.131	1.131	1.926	1.926
Total Geral	882.939	903.055	1.152.190	1.167.381
Total Contábil	-	903.055	-	1.167.381
Circulante	-	42.797	-	410.386
Não circulante	-	860.258	-	756.995

MB– Múltiplo

Títulos / Vencimentos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Indeterminado	Total
Títulos Disponíveis para Venda	7	371.362	1.140	199.930	53.201	48.424	10.468	684.532
Cotas de participação da CIP	-	-	-	-	-	-	10.468	10.468
Letras Financeiras do Tesouro	-	371.362	-	199.930	53.201	48.424	-	672.917
Debêntures	7	-	1.140	-	-	-	-	1.147
Total em 30/09/2022	7	371.362	1.140	199.930	53.201	48.424	10.468	684.532
Total em 31/12/2021	348.539	-	350.866	-	183.710	55.452	9.259	947.826

MB– Consolidado

Títulos / Vencimentos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Total
Títulos Disponíveis para Venda	36.907	385.937	58.659	211.095	81.762	63.909	63.655	901.924
Cotas de participação da CIP	-	-	-	-	-	-	10.468	10.468
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	-	395	395
Cotas de Fundos em Participações	-	-	-	-	-	-	5.496	5.496
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	-	-	-	-	-	-	12.158	12.158
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	-	-	-	-	35.138	35.138
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	4.473	4.428	-	-	-	-	-	8.901
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	24.679	-	52.908	10.129	17.734	-	-	105.450
Certificado de Recebíveis Imobiliários	5.807	-	4.611	-	3.296	15.486	-	29.200
Letras Financeiras do Tesouro	-	381.509	-	200.966	60.732	48.423	-	691.630
Debêntures	1.948	-	1.140	-	-	-	-	3.088
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	1.131	-	-	-	-	-	1.131
Fundo de investimentos em direitos creditórios	-	1.131	-	-	-	-	-	1.131
Total em 30/09/2022	36.907	387.068	58.659	211.095	81.762	63.909	63.655	903.055
Total em 31/12/2021	387.946	4.491	415.840	5.100	210.366	111.939	31.699	1.167.381

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As Cotas de participação da CIP foram registradas de acordo o valor atual do patrimônio social da CIP conforme informado pela *Clearing* na data de fechamento.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica. Em 30 de setembro de 2022, referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 8.346 (R\$ 8.346 em dezembro de 2021) e no consolidado R\$ 8.365 (R\$ 8.510 em dezembro de 2021).

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 158.245 (R\$ 190.910 em dezembro de 2021) e no consolidado R\$ 172.335 (R\$ 200.799 em dezembro de 2021), representados por Letras Financeiras do Tesouro.

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, se houver, são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

6.1. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os Resultados dos Títulos e valores mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Set / 2021	Set / 2022	Set / 2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	137.401	31.535	124.853	31.069
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	113.275	29.864	113.275	29.864
Posição bancada	103.795	26.210	103.795	26.210
Posição financiada	9.480	3.654	9.480	3.654
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	24.126	1.671	11.578	1.205
Rendas Títulos e valores mobiliários	60.129	18.902	80.383	25.272
Rendas de títulos de renda fixa	60.529	21.482	81.778	28.514
Rendas de outros títulos e valores mobiliários	(400)	(2.580)	(1.395)	(3.242)
Total	197.530	50.437	205.236	56.341

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

7.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Conta de Compensação	Valor de Referência		Valor Justo	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Contrato de Futuro – Dólar ⁽ⁱ⁾				
Posição passiva - Moeda estrangeira	1.675	121.326	1.687	123.834
Contrato de Futuro – DI ⁽ⁱⁱ⁾				
Posição passiva Taxa de Juros	798.241	540.453	795.480	540.147
Contrato de Futuro – Mini-Índice ⁽ⁱⁱⁱ⁾				
Posição ativa – Ibovespa	884	466	903	468
Contrato de Futuro – DAP^(iv)				
Posição passiva – Taxa de Juros	342.735	9.198	342.738	9.213

⁽ⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado, diariamente, e ajustadas na B3.

⁽ⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Mini-Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

^(iv) A operação com Futuro de cupom de IPCA (DAP) tem a finalidade de proteger as exposições do Banco relativamente às operações indexadas ao IPCA.

Faixa de Vencimento	Mercado de Registro	De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – Dólar		1.675	-	-	1.675
Contrato de Futuro – DI	B3	-	-	798.241	798.241
Contrato de Futuro – Mini-Índice		884	-	-	884
Contrato de Futuro – IPCA(DAP)		-	294.388	48.347	342.735
Total em 30/09/2022		2.559	294.388	846.588	1.143.535
Total em 31/12/2021		121.792	-	549.651	671.443

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

7.2. Ganhos e Perdas

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos", os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro –Dólar	13.575	(8.599)	4.976
Contrato de Futuro – DI	323.468	(281.575)	41.893
Contrato de Futuro – Mini-Índice	811	(835)	(24)
Contrato de Futuro – DAP	18.505	(31.064)	(12.559)
Total em 30/09/2022	356.359	(322.073)	34.286
Total em 30/09/2021	235.799	(188.162)	47.637

7.3. Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Mercantil do Brasil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02.

A efetividade das operações de *Hedge Accounting*, conforme Circular Bacen nº 3.082/02, são verificadas através da projeção tanto do ativo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *Hedge Accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação das taxas de juros nas operações de *Hedge Accounting* é efetiva em relação as variações das taxas de juros sobre as operações objeto de *hedge*.

<i>Hedge Accounting</i>	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos	763.025	559.048	771.839	539.627
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	(771.834)	(539.621)	(771.834)	(539.621)

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Operações de crédito	9.839.593	8.277.944	10.177.105	8.632.064
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	-	24.151	-	24.151
Devedores por compra de valores e bens	56.902	49.632	56.965	49.632
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	120.365	123.621	119.936	123.489
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	55.583	-	55.583
Subtotal	10.016.860	8.530.931	10.354.006	8.884.919
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de <i>Hedge</i>	(8.815)	19.421	(8.815)	19.421
Total	10.008.045	8.550.352	10.345.191	8.904.340
Circulante	4.303.539	3.547.947	4.423.828	3.686.841
Não circulante	5.704.506	5.002.405	5.921.363	5.217.499

8.1. Operações de crédito e de outros créditos:

a) Composição da carteira por produto

MB – Múltiplo

Nível	Operações de Crédito e Outros Créditos									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Set / 2022	Dez / 2021
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	-	1.473.524	36.308	22.022	12.898	15.076	12.600	14.816	123.517	1.710.761	1.583.125
Crédito Consignado INSS	130	4.943.652	12.591	20.788	16.083	15.923	14.551	9.687	61.776	5.095.181	4.805.355
Empréstimo FGTS	1.295.987	1.766	69	26	34	72	15	-	17	1.297.986	219.412
Capital de Giro	138.244	207.386	36.813	24.886	40.199	3.572	31.204	-	1.534	483.838	500.539
Crédito Rural	11.372	3.718	-	-	-	-	-	-	-	15.090	71.394
Renegociação	-	-	-	-	116.374	13.812	16.087	10.170	84.259	240.702	148.249
Cartão de Crédito Consignado	-	289.890	854	594	1.033	440	263	298	4.659	298.031	263.357
Crédito Consignado Público	-	333.001	5.020	1.974	1.818	935	467	1.641	6.605	351.461	391.320
Cheque Empresa	247	2.639	8.776	165	2.389	27	61	103	1.578	15.985	12.430
Cheque Especial	142	72.796	3.438	2.706	1.517	1.406	1.327	1.092	14.007	98.431	69.329
Conta Garantida	462	7.777	4.105	2.713	2.697	900	-	-	-	18.654	19.379
Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.734
Crédito Imobiliário	1.638	238	44.159	-	-	-	836	-	-	46.871	47.033
Cartão de Crédito	1.112	73.612	6.006	3.030	1.583	776	634	435	4.322	91.510	90.592
Crédito Pessoal	75.429	47.898	31.541	906	85	183	97	56	532	156.727	168.630
Outros	39.947	11.038	272	10.061	4.175	7	5	19.991	1.321	86.817	80.474
Total geral	1.564.710	7.468.935	189.952	89.871	200.885	53.129	78.147	58.289	304.127	10.008.045	8.550.352
Perda Esperada	-	37.333	1.899	2.696	20.089	15.939	39.073	40.802	304.127	461.958	464.848

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

MB – Consolidado

Nível	Operações de Crédito e Outros Créditos									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Set / 2022	Dez / 2021
Credito Pessoal INSS Débito em Conta	-	1.473.524	36.308	22.022	12.898	15.076	12.600	14.816	123.517	1.710.761	1.583.125
Crédito Consignado INSS	130	4.994.806	17.711	21.946	16.328	15.994	14.655	9.747	62.581	5.153.898	4.845.430
Empréstimo FGTS	1.295.987	1.766	69	26	34	72	15	-	17	1.297.986	219.412
Capital de Giro	208.076	218.101	36.813	24.886	40.199	3.572	31.204	-	1.534	564.385	625.077
Crédito Consignado Público	-	503.240	11.224	4.611	4.262	2.949	1.672	2.251	9.816	540.025	573.474
Renegociação	-	-	-	-	116.430	13.817	16.094	10.176	84.303	240.820	148.431
Crédito Rural	11.372	3.718	-	-	-	-	-	-	-	15.090	71.394
Cartão de Crédito Consignado	-	289.890	854	594	1.033	440	263	298	4.659	298.031	263.357
Cheque Empresa	247	2.639	8.776	165	2.389	27	61	103	1.578	15.985	12.430
Cheque Especial	142	72.796	3.438	2.706	1.517	1.406	1.327	1.092	14.007	98.431	69.329
Conta Garantida	462	7.777	4.105	2.713	2.697	900	-	-	-	18.654	19.379
Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.734
Crédito Imobiliário	1.638	238	44.159	-	-	-	836	-	-	46.871	47.033
Cartão de Crédito	1.112	73.612	6.006	3.030	1.583	776	634	435	4.322	91.510	90.592
Crédito Pessoal	75.429	47.898	31.541	906	85	183	97	56	532	156.727	168.630
Financiamento Veículos - CDC	3.522	717	3.203	-	207	24	1.895	-	-	9.568	7.172
Outros	39.555	11.060	270	10.062	4.176	9	4	19.991	1.322	86.449	80.341
Total geral	1.637.672	7.701.782	204.477	93.667	203.838	55.245	81.357	58.965	308.188	10.345.191	8.904.340
PCLD	-	38.497	2.044	2.810	20.384	16.574	40.678	41.274	308.189	470.450	474.232

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

	MB – Múltiplo	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal												
Parcelas vincendas	1.564.681	7.465.375	132.591	16.201	149.771	15.995	34.654	2.532	89.736	9.471.536	94,65	
01 a 30 dias	68.815	546.879	12.072	3.202	5.732	1.010	323	156	2.015	640.204	6,40	
31 a 60 dias	55.688	342.370	2.171	583	4.516	630	248	164	2.607	408.977	4,09	
61 a 90 dias	77.859	317.213	5.323	570	17.437	1.203	1.180	178	1.994	422.957	4,23	
91 a 180 dias	138.822	771.657	5.559	1.448	6.382	2.593	501	364	61.770	989.096	9,88	
181 a 360 dias	279.753	1.190.660	12.076	1.345	8.867	3.041	768	472	12.021	1.509.003	15,08	
Acima de 360 dias	943.744	4.296.596	95.390	9.053	106.837	7.518	31.634	1.198	9.329	5.501.299	54,97	
Vencidas até 14 dias	29	3.560	105	24	651	71	72	38	954	5.504	0,05	
Total em 30/09/2022	1.564.710	7.468.935	132.696	16.225	150.422	16.066	34.726	2.570	90.690	9.477.040	94,70	
Total em 31/12/2021	253.290	7.310.497	135.870	16.626	129.176	30.749	49.590	13.097	87.845	8.026.740	93,88	
Curso Anormal												
Parcelas vincendas	-	-	46.050	61.434	40.487	25.734	32.476	43.045	111.015	360.241	3,60	
01 a 30 dias	-	-	4.485	2.904	1.562	1.374	1.211	1.513	6.360	19.409	0,19	
31 a 60 dias	-	-	3.766	2.640	1.425	1.248	1.114	1.230	4.819	16.242	0,16	
61 a 90 dias	-	-	3.766	2.516	1.368	1.195	1.243	1.447	13.026	24.561	0,25	
91 a 180 dias	-	-	7.721	5.968	8.244	2.705	2.736	3.151	11.483	42.008	0,42	
181 a 360 dias	-	-	9.122	10.073	4.970	4.027	4.563	5.691	17.369	55.815	0,56	
Acima de 360 dias	-	-	17.190	37.333	22.918	15.185	21.609	30.013	57.958	202.206	2,02	
Parcelas vencidas	-	-	11.206	12.212	9.976	11.329	10.945	12.674	102.422	170.764	1,70	
01 a 14 dias	-	-	2	187	127	18	284	289	404	1.311	0,01	
15 a 30 dias	-	-	10.835	2.814	1.792	1.712	1.334	1.351	17.318	37.156	0,37	
31 a 60 dias	-	-	369	8.188	2.127	1.990	1.596	1.532	9.014	24.816	0,25	
61 a 90 dias	-	-	-	680	4.866	2.279	1.697	1.500	8.400	19.422	0,19	
91 a 180 dias	-	-	-	343	1.064	4.623	4.606	5.797	31.157	47.590	0,48	
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	707	1.428	2.205	34.668	39.008	0,39	
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.461	1.461	0,01	
Total em 30/09/2022	-	-	57.256	73.646	50.463	37.063	43.421	55.719	213.437	531.005	5,30	
Total em 31/12/2021	-	-	66.136	72.121	46.230	36.773	47.145	49.190	206.017	523.612	6,12	
Tota												
Total em 30/09/2022	1.564.710	7.468.935	189.952	89.871	200.885	53.129	78.147	58.289	304.127	10.008.045	100,00	
- Total em 31/12/2021	253.290	7.310.497	202.006	88.747	175.406	67.522	96.735	62.287	293.862	8.550.352	100,00	

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

	MB – Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vincendas	1.637.643	7.698.178	136.047	16.201	150.031	16.000	34.660	2.537	89.747	9.781.044	94,55
	01 a 30 dias	71.143	551.290	12.167	3.202	5.749	1.010	323	156	2.015	647.055	6,25
	31 a 60 dias	59.129	349.664	2.268	583	4.532	630	248	165	2.607	419.826	4,06
	61 a 90 dias	80.539	324.322	5.418	570	17.453	1.204	1.180	178	1.994	432.858	4,18
	91 a 180 dias	146.598	791.956	5.834	1.448	6.429	2.594	502	365	61.771	1.017.497	9,84
	181 a 360 dias	294.824	1.226.663	12.591	1.345	8.951	3.042	769	473	12.023	1.560.681	15,09
	Acima de 360 dias	985.410	4.454.283	97.769	9.053	106.917	7.520	31.638	1.200	9.337	5.703.127	55,13
	Vencidas até 14 dias	29	3.604	105	24	651	71	72	38	954	5.548	0,05
	Total em 30/09/2022	1.637.672	7.701.782	136.152	16.225	150.682	16.071	34.732	2.575	90.701	9.786.592	94,60
	Total em 31/12/2021	329.877	7.548.725	139.914	16.682	129.239	30.749	50.694	13.137	87.875	8.346.892	93,75
Curso Anormal	Parcelas vincendas	-	-	56.555	64.910	42.952	27.591	35.333	43.554	114.215	385.110	3,73
	01 a 30 dias	-	-	5.015	3.004	1.616	1.416	1.300	1.526	6.465	20.342	0,20
	31 a 60 dias	-	-	4.308	2.754	1.488	1.297	1.209	1.248	4.926	17.230	0,17
	61 a 90 dias	-	-	4.277	2.627	1.429	1.244	1.337	1.465	13.131	25.510	0,25
	91 a 180 dias	-	-	9.122	6.284	8.418	2.845	3.010	3.202	11.780	44.661	0,43
	181 a 360 dias	-	-	11.254	10.623	5.283	4.280	5.042	5.780	17.895	60.157	0,58
	Acima de 360 dias	-	-	22.579	39.618	24.718	16.509	23.435	30.333	60.018	217.210	2,10
	Parcelas vencidas	-	-	11.770	12.532	10.204	11.583	11.292	12.836	103.272	173.489	1,67
	01 a 14 dias	-	-	2	187	127	23	317	289	404	1.349	0,01
	15 a 30 dias	-	-	11.357	2.935	1.854	1.764	1.401	1.370	17.434	38.115	0,37
	31 a 60 dias	-	-	411	8.296	2.187	2.043	1.696	1.553	9.093	25.279	0,24
	61 a 90 dias	-	-	-	731	4.885	2.293	1.708	1.509	8.457	19.583	0,19
	91 a 180 dias	-	-	-	383	1.151	4.727	4.692	5.860	31.377	48.190	0,47
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	733	1.478	2.255	34.953	39.419	0,38
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.554	1.554	0,01
Total em 30/09/2022	-	-	68.325	77.442	53.156	39.174	46.625	56.390	217.487	558.599	5,40	
Total em 31/12/2021	-	-	82.892	77.631	48.614	38.248	49.117	49.884	211.062	557.448	6,25	
Total	Total em 30/09/2022	1.637.672	7.701.782	204.477	93.667	203.838	55.245	81.357	58.965	308.188	10.345.191	100,00
	Total em 31/12/2021	329.877	7.548.725	222.806	94.313	177.853	68.997	99.811	63.021	298.937	8.904.340	100,00

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Set / 2022	%	Dez / 2021	%	Set / 2022	%	Dez / 2021	%
Pessoa Física	9.218.524	92,11	7.704.979	90,11	9.466.076	91,50	7.928.000	89,04
Pessoa Jurídica	789.521	7,89	845.373	9,89	879.115	8,50	976.340	10,96
Industria	348.990	3,49	395.314	4,62	356.976	3,45	440.059	4,94
Comércio	19.284	0,19	26.458	0,31	27.909	0,27	39.623	0,44
Serviços	421.247	4,21	423.601	4,96	494.230	4,78	496.658	5,58
Total geral	10.008.045	100,00	8.550.352	100,00	10.345.191	100,00	8.904.340	100,00

d) Concentração da carteira de crédito

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Set / 2022	%	Dez / 2021	%	Set / 2022	%	Dez / 2021	%
10 Maiores Devedores	447.065	4,47	473.870	4,95	478.133	4,62	511.337	5,14
50 Maiores Devedores	888.853	8,88	954.478	9,96	962.364	9,30	1.065.593	10,71
100 Maiores Devedores	1.015.901	10,15	1.105.144	11,54	1.099.929	10,63	1.227.925	12,35

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que representam 0,09% do total da carteira de operação de crédito (MB Consolidado 0,08%), sendo o valor do principal de R\$ 8.681 e dos juros de R\$ 0, totalizando R\$ 8.681. Em dezembro de 2021, o valor do principal era R\$ 14.777 e dos juros de R\$ 26, totalizando R\$ 14.803.

8.2. Rendas de operações de crédito e cessão de crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Set / 2021	Set / 2022	Set / 2021
Rendas de empréstimos e títulos descontados	2.241.346	1.501.724	2.289.013	1.537.207
Rendas de financiamentos	2.704	2.602	3.850	3.197
Rendas de financiamentos rurais	2.304	13.221	2.304	13.221
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	45.646	114.217	47.952	116.003
Total	2.292.000	1.631.764	2.343.119	1.669.628

8.3. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Com característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos períodos	464.848	455.253	474.232	463.853
Constituição de provisão	680.389	576.129	691.009	590.207
Reversão de provisão	(412.682)	(241.369)	(418.431)	(246.510)
Efeito no resultado	267.707	334.760	272.578	343.697
Baixa	(270.596)	(325.165)	(276.360)	(333.318)
Saldos no final dos períodos	461.959	464.848	470.450	474.232

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Sem característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos períodos	49.165	8.394	51.471	10.394
Constituição de provisão	-	40.771	-	41.771
Reversão de provisão	(40.771)	-	(40.771)	-
Efeito no resultado	(40.771)	40.771	(40.771)	41.771
Entrada por transferência	1.098	-	1.162	-
Saída por transferência	(300)	-	(300)	(694)
Saldos no final dos períodos	9.192	49.165	11.562	51.471
Total	471.151	514.013	482.012	525.703
Circulante	202.016	204.539	205.843	208.731
Não circulante	269.135	309.474	276.169	316.972

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16, no individual e consolidado, é como segue:

Descrição	Set / 2022	Dez / 2021
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	216	236
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	48	48
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	912	1.457
Outras fianças bancárias	1.072	1.037
Total - Circulante	2.248	2.778

8.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

a) Operações de crédito cedidas sem retenção substancial dos riscos e benefícios

No período, o MB realizou operações de cessão de créditos na modalidade de operações sem retenção substancial dos riscos e benefícios conforme segue:

Descrição	Set / 2022			Set / 2021		
	Valor da Cessão	Valor Presente	Resultado	Valor da Cessão	Valor Presente	Resultado
Crédito Consignado INSS	631.676	535.107	95.936	759.731	692.533	147.793

b) Operações de crédito cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios

Em setembro de 2022 e dezembro de 2021, no individual e consolidado, referidas posições estavam representadas a valor presente conforme abaixo.

Notas explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Saldos	Set / 2022		Dez / 2021	
	Operações Cedidas	Obrigações Assumidas	Operações Cedidas	Obrigações Assumidas
Crédito Consignado INSS	757.940	822.843	216.211	226.402
Circulante	209.647	214.402	55.928	56.620
Não circulante	548.293	608.441	160.283	169.782

9. ATIVOS FISCAIS

9.1. Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
COFINS – Lei nº 9.718/98 ⁽ⁱ⁾	8.236	7.972	8.236	7.972
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽ⁱⁱ⁾	88.419	21.304	98.763	31.414
IRPJ / CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	25.401	-	30.570	3.730
Impostos e contribuições retidos na fonte	592	762	2.021	1.561
Antecipação IRPJ/CSLL	2.587	34.461	3.031	35.245
INSS	-	3.640	12	3.653
Outros	1.511	625	1.683	1.167
Total	126.746	68.764	144.316	84.742
Circulante	23.985	35.223	28.437	38.753
Não circulante	102.761	33.541	115.879	45.989

⁽ⁱ⁾ O valor da COFINS decorre de ação judicial transitada em julgado, em 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou-se a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Da mesma forma é o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em 2005, no montante de R\$ 14.726, MB consolidado R\$ 15.950, líquido dos impostos. Não obstante os trânsitos em julgado, há discussão administrativa em andamento sobre o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. A avaliação de risco por consultores jurídicos externos é remoto.

⁽ⁱⁱ⁾ O Banco é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial transitado em julgado em setembro de 2022, referente a exclusão na base de cálculo do IRPJ e CSLL de juros equivalentes a taxa selic sobre valores reconhecidos de créditos judiciais já transitados em julgado.

No primeiro semestre de 2022, em decorrência do reprocessamento das bases tributárias de IR/CSLL referente a repetição de indébito (Tema 962 - STF), o Banco reconheceu impostos a compensar no montante de R\$ 33.519 (R\$ 33.249 no consolidado), decorrentes da reclassificação dos créditos tributários (vide nota nº 9.2.), bem como da atualização monetária realizada no montante de R\$ 33.596 (R\$ 34.100 no consolidado). No terceiro trimestre de 2022, a atualização monetária monta em R\$ 3.760 (R\$ 4.496 no consolidado) (vide nota nº 19.5.).

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

Créditos a recuperar "sub judice"

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 16.637 (R\$ 20.607 em dezembro de 2021).

9.2. Diferidos - Créditos Tributários

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Base de Cálculo - Imposto de Renda	1.169.756	1.300.750	1.232.174	1.347.222
Prejuízo fiscal	232.533	243.375	261.527	258.788
Diferenças temporárias	937.223	1.057.375	970.647	1.088.434
Total do efeito do Imposto de Renda	292.439	325.188	308.044	336.806
Base de Cálculo - Contribuição Social	1.193.479	1.315.290	1.257.576	1.363.439
Diferenças temporárias à alíquota de 9%	-	-	3.667	-
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	-	-	22.629	23.745
Diferenças temporárias à alíquota de 16%	-	-	1.377	-
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	834.740	1.057.375	840.491	1.064.688
Diferenças temporárias à alíquota de 21%	102.483	-	102.483	-
Base negativa à alíquota de 9%	-	-	1.731	-
Base negativa à alíquota de 15%	-	-	28.942	17.091
Base negativa à alíquota de 20%	256.256	257.915	256.256	257.915
Efeito da CSLL	239.721	263.058	249.312	270.645
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	10.474	4.750	10.617	5.314
Total do efeito da Contribuição Social	250.195	267.808	259.929	275.959
Total – Não Circulante	542.634	592.996	567.973	612.765

b) Movimentação dos créditos tributários:

Crédito Tributário	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽⁰⁾	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽⁰⁾
Imposto de Renda						
Saldos em 31/12/2021	264.344	60.844	-	272.108	64.698	-
Constituição	170.112	21.749	-	172.766	25.110	-
Realização	(200.150)	-	-	(202.213)	-	-
Reclassificação	-	(24.460)	-	-	(24.425)	-
Efeito no resultado	(30.038)	(2.711)	-	(29.447)	685	-
Saldos em 30/09/2022	234.306	58.133	-	242.661	65.383	-
Contribuição Social						
Saldos em 31/12/2021	211.475	51.583	4.750	216.500	54.145	5.314
Constituição	137.114	19.068	-	138.721	20.980	-
Realização	(160.119)	-	(112)	(161.656)	-	(541)

Notas explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Crédito Tributário	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Reclassificação	-	(19.400)	5.836	-	(19.378)	5.844
Efeito no resultado	(23.005)	(332)	-	(22.935)	1.602	-
Saldos em 30/09/2022	188.470	51.251	10.474	193.565	55.747	10.617
Total		542.634			567.973	

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 93.801 (R\$ 100.564 em dezembro de 2021) e no consolidado em R\$ 100.879 (R\$ 106.830 em dezembro de 2021) e estão ativados com realização prevista até 2026.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

MB – Múltiplo

Exercícios	Imposto de Renda	Realização do Crédito Tributário			Total	
		Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Set / 2022	Dez / 2021
2022	34.588	28.695	-	28.695	63.283	207.777
2023	125.437	100.864	4.638	105.502	230.939	95.403
2024	43.045	33.571	-	33.571	76.616	61.430
2025	9.396	6.625	-	6.625	16.021	20.420
2026	77.807	68.546	-	68.546	146.353	15.624
2027 a 2029	2.166	1.420	5.836	7.256	9.422	190.227
2030 a 2031	-	-	-	-	-	2.115
Total	292.439	239.721	10.474	250.195	542.634	592.996
Valor Presente	233.446		198.019		431.465	469.870

Notas explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

MB – Consolidado

Exercícios	Imposto de Renda	Realização do Crédito Tributário				
		Contribuição Social			Total	
		Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Set / 2022	Dez / 2021
2022	38.325	30.920	-	30.920	69.245	211.326
2023	128.650	102.762	4.638	107.400	236.050	99.618
2024	44.820	34.597	-	34.597	79.417	62.984
2025	10.648	7.388	-	7.388	18.036	21.896
2026	83.170	72.067	-	72.067	155.237	24.216
2027 a 2029	2.431	1.578	5.979	7.557	9.988	190.227
2030 e 2031	-	-	-	-	-	2.115
Total	308.044	249.312	10.617	259.929	567.973	612.765
Valor Presente	245.672		205.562		451.234	485.272

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2021, revisados em junho de 2022 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

O Banco é titular de créditos tributários a realizar sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado. A não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

No período findo de setembro de 2022, o Banco realizou o reprocessamento das bases tributárias de IR/CS, conforme parecer de consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os indébitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado de IR/CS. Como consequência do reprocessamento, o Banco transferiu os créditos tributários registrados no montante de R\$ 43.860 (Consolidado R\$ 43.804) (vide nota nº 9.1.).

9.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Set / 2021	Set / 2022	Set / 2021
Resultado antes dos impostos	153.860	200.182	178.014	211.753
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	-	-	(15.557)	(61.927)
Base de cálculo	153.860	200.182	162.457	149.826
Alíquota nominal	45%	45%	45%	45%
Despesa nominal	(69.237)	(90.082)	(73.106)	(67.421)
Ajustes à despesa nominal	50.777	29.526	32.607	5.303
Deduções dos incentivos fiscais ⁽¹⁾	-	1.041	15	1.055
Impostos calculados sobre o lucro presumido	-	-	(2.503)	(9.633)
Despesa com IRPJ e CSLL	(18.460)	(59.515)	(42.987)	(70.696)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

10. OUTROS ATIVOS

10.1. Ativos não financeiros mantidos para venda

MB – Múltiplo

Descrição	Imóveis	Veículos e afins	Total
Saldo em 31/12/2021	60.237	315	60.552
Adições	32.270	-	32.270
(-) Baixas	(23.992)	(15)	(24.007)
Subtotal em 30/09/2022	68.515	300	68.815
(-) Provisão (impairment) em 31/12/2021	(28.128)	(15)	(28.143)
(-) Adições	(2.007)	-	(2.007)
Baixas	14.399	-	14.399
(-) Subtotal em 30/09/2022	(15.736)	(15)	(15.751)
Saldo Líquido em 30/09/2022	52.779	285	53.064

MB – Consolidado

Descrição	Imóveis	Veículos e afins	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	60.237	315	2	60.554
Adições	32.270	-	-	32.270
(-) Baixas	(23.992)	(15)	-	(24.007)
Subtotal em 30/09/2022	68.515	300	2	68.817
(-) Provisão (impairment) em 31/12/2021	(28.128)	(15)	(2)	(28.145)
(-) Adições	(2.007)	-	-	(2.007)
Baixas	14.399	-	-	14.399
(-) Subtotal em 30/09/2022	(15.736)	(15)	(2)	(15.753)
Saldo Líquido em 30/09/2022	52.779	285	-	53.064

10.2. Despesas antecipadas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Custo seguro garantia – fiança ⁽¹⁾	23.171	35.653	25.648	38.905
Demais despesas antecipadas ⁽¹⁾	20.357	8.965	20.847	9.212
Total	43.528	44.618	46.495	48.117
Circulante	29.402	24.372	31.351	26.297
Não circulante	14.126	20.246	15.144	21.820

⁽¹⁾ Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

10.3. Devedores por depósitos em garantia

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Depósitos recursais trabalhistas	15.724	18.016	16.928	19.272
Depósitos judiciais trabalhistas	35.575	45.690	35.766	45.882
Depósitos judiciais fiscais	60.403	58.740	94.617	91.532
Depósitos de ações cíveis	16.336	13.939	18.795	16.214
Total – Não circulante	128.038	136.385	166.106	172.900

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica "Provisão para Outros Passivos" (vide nota nº 16.a).

10.4. Títulos e créditos a receber – Sem característica de concessão de crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Créditos a receber	-	-	3.703	4.881
Precatórios	10.157	10.964	11.463	18.970
Direitos creditórios	39.054	35.157	39.054	35.157
Títulos de capitalização	5.085	5.085	5.485	5.485
Outros	873	68	975	107
Total	55.169	51.274	60.680	64.600
Circulante	10.001	10.464	12.773	13.042
Não circulante	45.168	40.810	47.907	51.558

Os Títulos e Créditos a Receber registraram provisão no montante de R\$ 9.193 (R\$ 8.394 em dezembro de 2021) e no consolidado R\$ 10.562 (R\$ 10.700 em dezembro de 2021).

10.5. Devedores diversos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Empréstimos consignados a processar ⁽¹⁾	861	1.245	965	1.347
Cartão de Crédito ⁽¹⁾	24.784	38.954	24.784	38.954
Outros	4.913	4.609	5.544	4.933
Total - Circulante	30.558	44.808	31.293	45.234

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, às parcelas de Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS, no individual e consolidado.

⁽¹⁾ Refere-se a valores a receber, referente a compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

11. INVESTIMENTOS

a) Participações em sociedades controladas

Descrição	MBIA (1)	CREDITA AQUI (2)	BMI (3)	MBC (4)	MBD (5)	BEM AQUI (6)	MBMEI (7)	DOMO (8)	Set / 2022	Dez / 2021
Capital social	28.937	126.070	82.028	24.938	19.250	48.338	43.000	5.000	377.561	362.561
Patrimônio líquido	30.654	251.336	134.104	21.224	19.448	180.949	87.104	4.342	729.161	674.834
Total de ações	34.044	15.480	4.416	166.902	113	14.648	43.000	4.250	-	-
Ações ON	34.044	9.673	4.031	141.341	113	14.648	43.000	4.250	-	-
Ações PN	-	5.807	385	25.561	-	-	-	-	-	-
Participação %	100,00	85,95	91,53	99,99	100,00	100,00	100,00	85,00	-	-
Lucro / (Prejuízo) societário do período	75	(5.794)	5.197	(289)	116	42.542	14.056	1.388	57.291	85.643
Aumento de Capital em Controlada	-	-	-	-	15.000	-	-	-	15.000	4.250
Ajuste de variação patrimonial	-	-	1.013	2	3	-	-	-	1.018	1.029
Resultado de participações em controladas	75	(4.979)	4.753	(289)	116	42.542	14.056	1.180	57.454	83.073
(-) Dividendos/JCP distribuídos	-	-	(747)	-	-	-	-	-	(747)	(22.329)
Ganho / (Perda) de capital	-	(78)	-	-	-	-	-	-	(78)	-
Valor dos investimentos	30.654	216.023	122.745	21.222	19.448	180.949	87.104	3.692	681.837	609.190
(1) Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.					(5) Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.					
(2) Creditaqui Financeira S.A. – CFI (vide nota nº 2.2.)					(6) Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.					
(3) Banco Mercantil de Investimentos S.A.					(7) Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.					
(4) Mercantil do Brasil Corretora S.A.					(8) Domo Digital Tecnologia S.A.					

b) Eventos societários

Em AGE de 19 de Setembro de 2022, foi deliberado o aumento de capital social da Mercantil do Brasil Distribuidora S.A., no valor de R\$ 15.000, com a subscrição de 88.236 novas ações ordinárias nominativas escriturais ao preço de emissão de R\$ 170,00 reais por ação.

Em AGE de 07 de outubro de 2022, foi deliberado o processo de incorporação pelo Banco da subsidiária integral Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. – MBIA, sem impacto no controlador.

Notas explicativas

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

c) Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FII, Fundo de investimento imobiliário de titularidade da controlada MBMEI, constituída em 2015, no montante de R\$ 47.352, sem alteração no exercício.

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Movimentação das propriedades para investimento, líquidos da depreciação:

MB – Consolidado	Terrenos	Edificações	Total
Subtotal em 31/12/2021	3.000	6.547	9.547
(-) Baixa	(13)	(14)	(27)
Subtotal em 30/09/2022	2.987	6.533	9.520
(-) Depreciação em 31/12/2021	-	(666)	(666)
(-) Depreciação no período	-	(196)	(196)
(-) Baixa	-	9	9
(-) Subtotal em 30/09/2022	-	(853)	(853)
Saldo Líquido em 30/09/2022	2.987	5.680	8.667

⁽¹⁾ O valor justo dos bens monta a R\$ 53.846 e se baseia em laudos de avaliação emitido por avaliador independente.

13. IMOBILIZADO

Movimentação dos bens do imobilizado, líquidos da depreciação:

MB – Múltiplo	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Imobilizado em 31/12/2021	157.738	109.037	76.625	4.477	347.877
Adições	4.562	624	1.000	7.141	13.327
Entradas por transferências	7.939	233	55	-	8.227
(-) Saída por transferências	-	(233)	-	(7.994)	(8.227)
(-) Baixa	(2.441)	(13.889)	(638)	-	(16.968)
Subtotal	167.798	95.772	77.042	3.624	344.236
(-) Depreciação em 31/12/2021	(91.491)	(56.053)	(49.139)	(37)	(196.720)
(-) Depreciação no período	(16.755)	(8.205)	(4.343)	-	(29.303)
Baixa	2.409	13.602	580	-	16.591
(-) Subtotal	(105.837)	(50.656)	(52.902)	(37)	(209.432)
Saldo Líquido em 30/09/2022	61.961	45.116	24.140	3.587	134.804

Notas explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

MB – Consolidado	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	158.328	118.290	79.050	5.413	361.081
Adições	4.562	1.326	1.153	7.162	14.203
Entradas por transferências	7.939	233	55	-	8.227
(-) Saída por transferências	-	(233)	-	(7.994)	(8.227)
(-) Baixa	(2.546)	(13.966)	(720)	-	(17.232)
Subtotal	168.283	105.650	79.538	4.581	358.052
(-) Depreciação em 31/12/2021	(91.673)	(57.140)	(49.334)	(43)	(198.190)
(-) Depreciação no período	(16.828)	(9.097)	(4.551)	(9)	(30.485)
Baixa	2.514	13.644	624	-	16.782
(-) Subtotal	(105.987)	(52.593)	(53.261)	(52)	(211.893)
Saldo Líquido em 30/09/2022	62.296	53.057	26.277	4.529	146.159

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 102 (R\$ 108 em dezembro de 2021).

14. INTANGÍVEL

Movimentação dos itens do intangível, no individual e consolidado, líquido da amortização:

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2021	166.490	16.380	7	13.252	196.129
Adições	22.674	364	-	8.997	32.035
(-) Baixas	(3.010)	(5.912)	-	(499)	(9.421)
Subtotal	186.154	10.832	7	21.750	218.743
(-) Amortização em 31/12/2021	(101.336)	(10.510)	-	(2.563)	(114.409)
(-) Amortização no período	(14.701)	(1.808)	(2)	(4.601)	(21.112)
Baixas	3.010	5.912	-	499	9.421
(-) Subtotal	(113.027)	(6.406)	(2)	(6.665)	(126.100)
Saldo Líquido em 30/09/2022	73.127	4.426	5	15.085	92.643

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

15. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Depósitos

MB – Múltiplo

Depósitos	Vencimento						Set / 2022	Dez / 2021
	Indetermi- nado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
À Vista	546.493	-	-	-	-	-	546.493	484.431
Poupança	202.442	-	-	-	-	-	202.442	226.084
Interfinanceiros	-	25.457	-	-	113.590	-	139.047	245.504
A Prazo	682	160.068	500.688	743.504	1.425.824	6.801.532	9.632.298	8.421.856
Total em 30/09/2022	749.617	185.525	500.688	743.504	1.539.414	6.801.532	10.520.280	9.377.875

MB – Consolidado

Depósitos	Vencimento						Set / 2022	Dez / 2021
	Indetermi- nado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
À Vista	541.721	-	-	-	-	-	541.721	480.750
Poupança	202.442	-	-	-	-	-	202.442	226.084
Interfinanceiros	-	25.457	-	-	113.590	-	139.047	235.048
A Prazo	682	160.068	500.688	743.504	1.431.254	6.610.857	9.447.053	8.285.956
Outros	2.377	-	-	-	-	-	2.377	3.176
Total em 30/09/2022	747.222	185.525	500.688	743.504	1.544.844	6.610.857	10.332.640	9.231.014

15.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

MB – Múltiplo

Descrição	Vencimento					Set / 2022	Dez / 2021
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
LCA	-	27.711	5.618	16.006	-	49.335	66.573
Letras Financeiras	116	191	-	-	64.022	64.329	3.431
Total em 30/09/2022	116	27.902	5.618	16.006	64.022	113.664	70.004

MB – Consolidado

Depósitos	Vencimento					Set / 2022	Dez / 2021
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
LCA	-	27.711	5.938	19.374	-	53.023	75.854
LCI	-	8.350	150	430	-	8.930	12.744
Letras Financeiras	116	191	-	-	64.022	64.329	3.431
Total em 30/09/2022	116	36.252	6.088	19.804	64.022	126.282	92.029

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

15.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Ano		Valor da operação	Set / 2022	Dez / 2021
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II ⁽¹⁾	2016	2023	88.388	93.603	91.027
	2017	2024	115.612	130.550	123.997
	2017	2025	600	623	622
	2018	2025	68.373	79.400	75.208
	2019	2026	57.075	62.347	59.835
	2020	2027	27.045	28.438	28.208
	2021	2028	9.252	9.973	9.455
	2022	2029	118.700	123.541	-
Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar ⁽¹⁾	2018	Perpétua	4.300	4.538	4.322
	2019	Perpétua	25.650	26.690	26.306
	2020	Perpétua	15.000	15.656	16.303
Total Geral				575.359	435.283
Circulante				48.181	8.484
Não Circulante				527.178	426.799

⁽¹⁾ Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.

⁽¹⁾ Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 135% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, monta em R\$ 528.475 (R\$ 388.352 em dezembro de 2021) dos quais R\$ 277.935 (R\$ 195.333 em dezembro de 2021) estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

15.4. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Set / 2021	Set / 2022	Set / 2021
Depósitos	718.700	185.558	706.496	183.227
Despesas de LCA e LF	61.841	14.790	63.362	15.287
Operações compromissadas	9.476	3.625	7.655	2.633
Outras	10.849	9.406	10.928	9.504
Total	800.866	213.379	788.441	210.651

16. PROVISÕES

a) Provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Provisões para riscos fiscais	50.598	56.601	83.955	88.611
Provisões para processos trabalhistas	104.968	124.319	105.398	124.786
Provisões para processos cíveis	69.207	57.118	78.139	66.731
Outras	215	211	215	211
Total – Não circulante	224.988	238.249	267.707	280.339

Notas explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

As provisões trabalhistas são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos e as provisões cíveis são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
COFINS ⁽ⁱ⁾	9.534	9.215	26.321	25.058
CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	13.004	12.699
INSS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	28.540	27.387	30.118	28.914
PIS ^(iv)	7.666	7.521	9.400	9.221
ISS ^(v)	4.699	12.327	4.699	12.327
Outros	159	151	413	392
Total – Não circulante	50.598	56.601	83.955	88.611

⁽ⁱ⁾ Referem-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSLL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros.

^(iv) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(v) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

Notas explicativas

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2021	56.601	124.319	57.118	238.038	88.611	124.786	66.731	280.128
Constituição/(Realização)	(8.351)	25.314	54.294	71.257	(8.113)	25.645	58.546	76.078
Atualização Monetária	789	8.642	3.132	12.563	1.287	8.684	3.627	13.598
Liquidações	-	(53.307)	(45.337)	(98.644)	-	(53.717)	(50.765)	(104.482)
Atualização de Depósitos	1.559	-	-	1.559	2.170	-	-	2.170
Saldos em 30/09/2022	50.598	104.968	69.207	224.773	83.955	105.398	78.139	267.492
Depósitos judiciais (vide nota nº 10.3.)	60.403	51.299	16.336	128.038	94.617	52.694	18.795	166.106

c) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 72/22. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 7.650 (R\$ 12.618 em dezembro de 2021), no individual e consolidado. As ações tributárias totalizaram R\$ 8.916 (R\$ 5.692 em dezembro de 2021), MB Consolidado R\$ 11.032 (R\$ 7.766 em dezembro de 2021).

17. OUTROS PASSIVOS

17.1. Obrigações por convênios oficiais

Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadorias do INSS.

17.2. Credores diversos – País

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Dez / 2021	Set / 2022	Dez / 2021
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	44.900	64.200	44.900	64.200
Provisão para despesas administrativas	128.870	104.392	130.246	106.075
Comissões sobre intermediação de operação de crédito	8.836	16.266	10.236	17.064
Outros	60.203	54.947	62.450	55.303
Total – Circulante	242.809	239.805	247.832	242.642

⁽¹⁾ Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

Notas Explicativas
Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
18.1. Capital Social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Ações	MB – Múltiplo			
	Set / 2022		Dez / 2021	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	65.155.744	371.388	65.155.744	306.232
Preferenciais	39.675.836	226.152	39.675.836	186.476
Total do capital subscrito e integralizado	104.831.580	597.540	104.831.580	492.708
Aumento de capital realizado	-	-	-	104.832
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)	(510.800)	(5.614)
Total do capital em circulação	104.483.080	593.710	104.320.780	591.926
Valor nominal em reais	5,70		5,70	

Considerando a alteração estatutária aprovada em AGE de 21 de outubro de 2020, o Capital Social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

a) Grupamento e Desdobramento de Ações

Adicionalmente, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 13 de outubro de 2021, proposta de grupamento e desdobramento simultâneas das ações de emissão do Banco, sem alteração do valor do capital social atual, aplicados para todas as ações, abrangendo tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, nas proporções de 100:1 e 1:200, respectivamente, não havendo, desta forma qualquer tipo de diluição nas respectivas posições acionárias. Referida proposta de grupamento e desdobramento de ações foi homologada pelo BACEN.

b) Aumento de Capital

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital social dentro do limite de capital autorizado, mediante a capitalização de parcela dos valores disponíveis na reserva de lucros estatutária para aumento de capital, no valor de R\$ 104.832, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2022, em conformidade com as normas que regem o assunto. Informações adicionais estão disponíveis no *site* da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

c) Programa de Recompra de Ações

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 09 de novembro de 2021, aprovou um programa de recompra de ações preferenciais de emissão do Mercantil do Brasil, que vigorou no período entre 10 de dezembro e 31 de dezembro de 2021. Durante o Programa de Recompra, o Banco adquiriu 510.800 ações preferenciais pelo montante de R\$ 5.614 mantidas em tesouraria.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

No 1º semestre de 2022, o Banco vendeu 162.300 ações preferenciais que estavam em tesouraria pelo montante de R\$ 1.704. O saldo das ações em tesouraria passou a perfazer 348.500 ações preferenciais pelo montante de R\$ 3.830.

18.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

18.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinada até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

Descrição	MB – Múltiplo	
	Set / 2022	Set / 2021
Lucro líquido dos períodos	135.400	140.667
(-) Reserva legal	(6.770)	(5.027)
Base de cálculo ajustada	128.630	135.640
JCP / Dividendos deliberados ou provisionados	39.126	22.029
Juros s/ capital próprio – Vlr bruto	39.126	22.029
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(5.869)	(3.304)
Juros s/ capital próprio provisionados – Vlr. líquidos	33.257	18.725

Notas explicativas**Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

Os Juros sobre capital próprio / Dividendos por ação são conforme segue

Descrição	Valor bruto	IR	Valor líquido	Valor líquido por ação	
				Ordinária	Preferencial
Set / 2022					
Juros sobre capital próprio deliberado ⁽¹⁾	27.636	(4.145)	23.491	0,21591604	0,23750765
Juros sobre capital próprio provisionado	11.490	(1.724)	9.766	0,09083900	0,09992264
Total	39.126	(5.869)	33.257	0,30675504	0,33743029
Set / 2021					
Juros sobre capital próprio deliberado	22.029	(3.304)	18.725	0,34420665	0,37862825
Total	22.029	(3.304)	18.725	-	-

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2022 foi provisionado dividendos. Na AGO de 28 de setembro de 2022 foi aprovado a transformação dos dividendos em juros sobre capital próprio deliberados e pagos em 11 de outubro de 2022.

18.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Set / 2022	Set / 2021
Número médio e final de ações	65.155.744	39.327.336	104.483.080	52.415.790
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	65.155.744	39.327.336	104.483.080	52.415.790
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	84.436	50.964	135.400	140.667
Lucro básico por ação	1,2959	1,2959	1,2959	2,6837

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

19. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS**19.1. Receitas de prestação de serviços**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Set / 2021	Set / 2022	Set / 2021
Tarifas bancárias – conta corrente	161.380	140.363	161.604	140.388
Renda de Intermediação de negócios	-	-	96.510	76.658
Serviços de arrecadação	22.084	11.874	22.084	11.874
Cartão de crédito	20.983	16.474	20.983	16.474
Cobrança	2.997	3.915	2.997	3.915
Administração de fundos de investimentos	-	-	1.726	1.593
Rendas de serviços prestados a ligadas	6.725	3.959	-	-
Outros	1.369	1.954	4.260	5.461
Total	215.538	178.539	310.164	256.363

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

19.2. Despesas de pessoal

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Set / 2021	Set / 2022	Set / 2021
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	13.998	15.798	27.434	26.536
Proventos de funcionários	170.492	166.441	177.048	171.268
Benefícios	57.867	59.168	60.491	61.011
Encargos sociais	65.485	64.416	71.261	69.046
Participações no lucro	23.720	23.826	26.823	26.757
Outros	321	57	324	69
Total	331.883	329.706	363.381	354.687

19.3. Outras despesas administrativas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Set / 2021	Set / 2022	Set / 2021
Água, energia e gás	9.828	8.967	10.492	9.418
Aluguéis	71.978	61.613	74.463	62.970
Amortização e depreciação	50.415	45.980	51.793	46.890
Comunicações	7.447	10.513	7.754	10.762
Materiais, manutenção e conservação de bens	25.539	26.166	26.177	26.609
Processamento de dados	83.387	63.534	80.980	65.893
Propaganda, publicidade e publicações	31.952	9.518	32.941	11.189
Serviços de terceiros	194.514	163.025	194.673	164.225
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	82.154	161.372	87.291	164.574
Serviços do sistema financeiro	9.348	10.203	8.792	9.974
Transportes	29.797	25.974	29.843	26.137
Outras	46.921	45.663	51.366	48.845
Total	643.280	632.528	656.565	647.486

19.4. Despesas tributárias

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Set / 2021	Set / 2022	Set / 2021
ISSQN	10.785	8.892	13.650	11.028
COFINS	76.925	74.104	87.065	78.357
PIS	12.500	12.042	14.589	12.886
Outros tributos	4.308	5.297	4.789	8.459
Total	104.518	100.335	120.093	110.730

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

19.5. Outras receitas operacionais

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Set / 2021	Set / 2022	Set / 2021
Variações monetárias ativas ⁽¹⁾	40.784	1.974	43.057	2.265
Recuperação de encargos e despesas	12.709	17.506	13.851	18.291
Reversão de provisões	3.112	853	3.486	1.213
Outras receitas	8.773	20.505	9.619	22.124
Total	65.378	40.838	70.013	43.893

⁽¹⁾ Reconhecimento de variação monetária ativa relativamente ao Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema nº 962 das repercussões gerais), do STF que julgou inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, no montante de R\$ 33.596 (Consolidado R\$34.100).

19.6. Outras despesas operacionais

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Set / 2021	Set / 2022	Set / 2021
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	1.465	1.208	1.527	1.208
Descontos concedidos ⁽¹⁾	34.227	54.168	35.663	55.514
Variações monetárias passivas	8.374	10.515	8.873	10.659
Despesas de caráter eventual ^(II)	59.960	14.170	75.714	14.598
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ^(III)	405.688	281.606	405.688	281.606
Outras despesas	50.018	40.766	50.892	41.423
Total	559.732	402.433	578.357	405.008

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

^(II) Referem-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

^(III) Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

19.7. Resultados não recorrentes

Os resultados não recorrentes, conforme trata a Resolução BCB nº 2/20, no individual e no Consolidado, são os seguintes:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Set / 2022	Set / 2021	Set / 2022	Set / 2021
Majoração Alíquota da CSLL ⁽¹⁾	1.025	1.332	1.032	1.440
Impostos a Recuperar - Repetição indébito Decisão STF ^(II)	(3.280)	-	(3.477)	-
Variação monetária ativa - Repetição indébito Decisão STF ^(II)	33.596	-	34.100	-
Total	31.341	1.332	31.655	1.440

⁽¹⁾ Efeitos no crédito tributário ref. majoração de alíquota CSLL em 1% no período de agosto/22 a dezembro/22 e de 5% de julho/21 até dezembro/21, conforme MP nº 1.115/22 e MP 1.034/21, respectivamente.

^(II) Valores referente ao ajuste do saldo de créditos a recuperar e ganho com atualização monetária ativa, decorrente do reprocessamento das bases tributárias de IR/CS efetuado pelos consultores externos

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os indêbitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado na apuração de IR/CS.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**20.1. Transações entre partes relacionadas**

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Controladas ⁽¹⁾	Pessoal Chave ⁽²⁾	Set/2022	Dez/2021
Ativos	95.125	-	95.125	145.688
Aplicações em DI	93.596	-	93.596	124.987
Outros Ativos	1.529	-	1.529	20.701
- Outros Créditos	781	-	781	663
- Dividendos/JCP a receber	748	-	748	20.038
(Passivos)	(254.654)	(129.701)	(384.355)	(344.307)
Depósitos	(239.007)	(94.691)	(333.698)	(274.248)
- Poupança	-	(877)	(877)	(914)
- à Vista	(4.772)	(1.480)	(6.252)	(6.703)
- a prazo	(234.235)	(92.334)	(326.569)	(256.175)
- interfinanceiros	-	-	-	(10.456)
Captações no mercado aberto	(13.725)	-	(13.725)	(25.742)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(17.182)	(17.182)	(25.671)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(5.527)	(5.527)	(3.750)
Outros Passivos	(1.922)	(12.301)	(14.223)	(14.896)
- JCP / Dividendos a pagar	-	(12.301)	(12.301)	(14.314)
- Outras Obrigações	(1.922)	-	(1.922)	(582)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

⁽²⁾ Controladores - Pessoal chave da administração.

Descrição	Controladas ⁽¹⁾	Pessoal Chave ⁽²⁾	Set/2022	Set/2021
Receitas / (Despesas)	(5.625)	(7.417)	(13.042)	796
Despesas da Intermediação Financeira	(6.480)	(7.417)	(13.897)	(2.729)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	855	-	855	3.525
- Receitas de Prestação de Serviços	6.723	-	6.723	3.985
- Outras Despesas Administrativas	(5.868)	-	(5.868)	(460)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

⁽²⁾ Controladores - Pessoal chave da administração.

20.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 19/04/2022, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 27.095.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (vide nota nº 19.2.). A remuneração variável refere-se à participação nos lucros aos administradores e corresponde a R\$ 3.125 (R\$ 2.621 em setembro de 2021) e no consolidado no valor de R\$ 5.403 (R\$ 4.896 em setembro de 2021).

Até 30 de setembro de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 30 de setembro de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

20.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 30 de setembro de 2022, o grupo patrocinador mantinha 18 (19 em dezembro de 2021) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 499 (509 em dezembro de 2021) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no período corresponderam a R\$ 1.468 (R\$ 1.302 em setembro de 2021); MB Consolidado R\$ 1.472 (R\$ 1.306 em setembro de 2021).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se as Premissas Biométricas: Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000; Tábua de Entrada em Invalidez: IAPB-57; e Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57. Tem-se também as Premissas Financeiras: Taxa Real de Desconto para Determinação da Obrigação Atuarial: 5,77% a.a.; Inflação Anual Futura Estimada: 6,00% a.a.; Taxa Nominal de Desconto para Determinar a Receita (Custo) do Plano: 15,13% a.a.; e Taxa de Crescimento de Salários: 2,00% a.a.

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de setembro de 2022, elaborado com base nas demonstrações financeiras de maio de 2022, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A., Patrocinador-Líder.

A última reavaliação atuarial registrada foi realizada em maio de 2022 e nova reavaliação atuarial completa será realizada ao final do exercício de 2022.

O valor justo dos ativos do plano apurado monta em R\$ 51.083 (R\$ 44.794 em dezembro de 2021) e o valor presente das obrigações atuariais do plano em R\$ 41.958 (R\$ 43.139 em dezembro de 2021).

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.877/2000, cujo saldo do ativo atuarial monta em R\$ 5.384 (R\$ 3.020 em 31 dezembro de 2021) líquidos dos efeitos tributários, já considerada a quitação, em 29 de dezembro de 2021, de saldo de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629.

Em reunião do conselho de administração, realizada em 27 de julho de 2022, foi deliberado a retirada do patrocínio do Plano de Benefícios Previdenciários CAVA.

O processo de retirada de patrocínio total do plano encontra-se em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

22. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração do PR, do risco RWA (ativos ponderados pelo risco) que consiste da soma do RWAc_{pad} (risco de crédito), do RWAm_{pad} - RWAm_{int} (risco de mercado) e RWAo_{pad} (risco operacional). Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/21, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,0% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco e de um adicional de capital principal de 2% no período de outubro de 2021 a março de 2022 e de 2,5% a partir de abril 2022. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%.

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Set / 2022	Dez / 2021
Patrimônio de Referência - PR	1.282.124	1.064.835
Patrimônio de Referência Nível I	1.003.106	868.274
Capital Principal – CP	955.410	820.423
Capital Complementar - CC	47.696	47.851
Patrimônio de Referência Nível II	279.018	196.561
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	8.551.897	7.698.797
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA _{c_{pad}}	7.436.982	6.621.652
Risco de Mercado - RWA _{m_{pad}}	4.658	3.017
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA _{o_{pad}}	1.110.257	1.074.128
Índice de Basileia	14,99	13,83
Capital de Nível I	11,73	11,28
Capital Principal	11,17	10,66

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 29,41% (31,44% em dezembro de 2021).

22.1. Razão de Alavancagem

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

23. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Riscos e Compliance, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos financeiros, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Mercantil do Brasil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Conforme definido pela Res. 4.557/17, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

Notas explicativas

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito, Gente e Marketing, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil do Brasil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAc_{pad}) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: "mapa de descasamento dos fluxos" e "movimentação diária de produtos". O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*.

Além disso, o Mercantil do Brasil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil do Brasil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Notas explicativas**Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*), respeitando as diretrizes dadas pela Circular Bacen 3.876/18, alterada pela Circular Bacen 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN 4.557/17 e Circular Bacen 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de stress de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de hedge consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Com base na Resolução CMN nº 4.924/21, os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo devem ser apurados utilizando a hierarquia de valor justo conforme segue:

- Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio do resultado e de outros resultados abrangentes

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os Títulos Públicos do Governo (LFT).

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, o Banco utiliza modelos internos para estimar o valor de mercado. Esses modelos baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente, por Cotas de Fundos de Investimentos, Fundos em Participações e Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação da B3.

Nível 3: Para determinados títulos, o Banco dispõe de metodologia de precificação interna que utiliza fatores de provisão atribuídos conforme política de crédito, revisados trimestralmente, e são compostos, principalmente, por Debêntures, CRI, CRA, Fundo Imobiliário e FIDC.

- Derivativos

Nível 2: Para mensuração dos derivativos, o Banco estima o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Descrição	Ativos Financeiros			
	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	795.304	795.304	814.017	814.017
Títulos e Valores mobiliários	683.385	683.385	702.098	702.098
Cotas de Participação	10.468	10.468	10.468	10.468
Letras Financeiras do Tesouro	672.917	672.917	691.630	691.630
Relações interfinanceiras	111.890	111.890	111.890	111.890
Relações interdependências	29	29	29	29
Nível 2	10.701.071	11.000.422	10.954.178	11.242.865
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.146.169	1.146.169	1.052.573	1.052.573
Títulos e Valores mobiliários	-	-	18.049	18.049
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	395	395
Cotas de Fundos em Participações	-	-	5.496	5.496
Cotas de Fundos de Participação de	-	-	12.158	12.158
Operações de Crédito e Outros Créditos	9.554.902	9.854.253	9.883.556	10.172.243
Nível 3	1.147	1.147	182.908	182.908
Títulos e Valores Mobiliários	1.147	1.147	182.908	182.908
Certificado Recebíveis do Agronegócio	-	-	105.450	105.450
Certificado Recebíveis Imobiliários	-	-	29.201	29.201
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	-	8.901	8.901
Debêntures	1.147	1.147	3.088	3.088
Cotas de Fundos Imobiliário	-	-	35.137	35.137
FIDC	-	-	1.131	1.131
Total em 30/09/2022	11.497.522	11.796.873	11.951.103	12.239.790
Total em 31/12/2021	9.603.514	9.984.192	10.042.686	10.415.176

Notas explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Descrição	Passivos Financeiros			
	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	748.935	748.935	744.162	744.162
Depósitos à vista	546.493	546.493	541.721	541.721
Depósitos de poupança	202.442	202.442	202.441	202.441
Nível 2	1.149.784	1.149.784	1.136.060	1.136.060
Captações no Mercado Aberto	73.095	73.095	59.371	59.371
Depósitos Interfinanceiros	139.047	139.047	139.047	139.047
Relações Interfinanceiras	111.938	111.938	111.938	111.938
Relações Interdependências	2.861	2.861	2.861	2.861
Obrigações por Operações de Cessão	822.843	822.843	822.843	822.843
Nível 3	10.321.321	10.159.906	10.151.072	12.979.721
Depósitos a prazo	9.632.298	9.471.010	6.613.235	9.442.011
Outros Depósitos	-	-	2.836.196	2.836.196
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	113.664	113.664	126.282	126.282
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	575.359	575.232	575.359	575.232
Total em 30/09/2022	12.220.040	12.058.625	12.031.294	14.859.943
Total em 31/12/2021	10.381.417	10.378.241	10.230.839	10.227.664

- Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias Disponível para Venda e Negociação bem como, os instrumentos derivativos e os respectivos objetos de hedge.

O Mercantil do Brasil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como Hedge Accounting, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução e/ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil, são destinados à proteção de exposição a riscos (hedge) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 13,17% a.a..
- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/09/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi de 16,46% a.a..

- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/09/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 19,76% a.a..

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Operação	Efeito na variação do Valor Justo		Cenários		
	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
Hedge Accounting	Taxa de Juros	Operações de Crédito (ponta ativa)	1.399	39.417	75.179
	Prefixada ⁽¹⁾	Derivativo (ponta passiva futuro)	(1.726)	(40.942)	(77.676)
		Efeito Líquido	(327)	(1.525)	(2.497)
		Debêntures	(64)	(772)	(1.544)
TVM	Renda Fixa	CDCA	(89)	(2.225)	(4.451)
		CRI	(193)	(7.300)	(14.601)
		CRA	(933)	(26.362)	(52.724)
Total com correlação			(1.606)	(38.184)	(75.817)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(883)	(21.001)	(41.699)

⁽¹⁾A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que, o hedge *accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles utilizando-se de testes sobre o desenho operacional dos controles e por fim, a estratégia de resposta ao risco residual – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento. Neste sentido é importante destacar que os riscos identificados seguem a categorização da legislação vigente.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil do Brasil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil do Brasil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil do Brasil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir a o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil do Brasil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Mercantil do Brasil contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também, o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos aplicados em produtos de funding e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil do Brasil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como, a relação da Instituição com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$ 84.857 (R\$ 89.048 em dezembro de 2021).
- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 349.253 (R\$ 380.475 em dezembro de 2021).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo.
- e) A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20, a partir de janeiro de 2022, todas as instituições, devem adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

O Banco Mercantil do Brasil S.A. divulgou suas demonstrações financeiras consolidadas trimestrais em IFRS referentes à 30 de setembro de 2022 simultaneamente à estas nas informações no *site* (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
Mauricio de Faria Araujo – Vice-Presidente
José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Daniel Henrique Alves da Silva
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE

Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS

Carolina Marinho do Vale Duarte
Felipe Lopes Boff
Gregório Moreira Franco
Paulino Ramos Rodrigues
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

DIRETORES

Mariana Machado de Araujo de Souza Lima
Ricardo Vieira Santiago

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Euler Luiz de Oliveira Penido
Luciano Luiz Barsi
Marcos Paixão de Araújo
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaydson Ferreira Cardoso
Lauro Wilson da Silva
Sebastião Salvador Gamarano

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7



Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Setembro de 2022

BANCO MERCANTIL DO BRASIL

Notas Explicativas**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. ("MB Consolidado")****BALANÇO PATRIMONIAL**

Para os períodos findos em

Em R\$ Mil

A T I V O	Nota	MB Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021
DISPONIBILIDADES	4.	1.035.929	984.733
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		12.104.912	10.234.560
AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	6.	901.924	1.165.455
Títulos a valores mobiliários		901.924	1.165.455
AO CUSTO AMORTIZADO		11.202.988	9.069.105
Depósitos compulsórios no Banco Central		96.834	109.410
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.1.	1.052.573	409.879
Títulos e Valores Mobiliários	7.4.	1.131	1.925
Empréstimos e Financiamentos à Instituições Financeiras	7.2.	65.148	58.203
Empréstimos e Financiamentos à Clientes	7.3.	9.987.302	8.489.688
ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	8.	53.064	32.409
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		68.817	60.554
(Provisão para Desvalorizações)		(15.753)	(28.145)
ATIVOS FISCAIS		727.027	710.491
Correntes	9.1.	154.933	90.056
Diferidos	9.2.	572.094	620.435
OUTROS ATIVOS		275.746	352.559
Despesas Antecipadas	10.1.	46.495	48.117
Outros Créditos		229.251	304.442
Devedores por Depósitos em Garantia	10.2.	166.106	172.900
Câmbio Comprado a Liquidar		2.377	55.734
Rendas a Receber		1.997	3.064
Pagamentos a Ressarcir		1.683	1.597
Adiantamentos e Antecipações Salariais		6.311	1.123
Devedores Diversos	10.3.	31.293	45.234
Outros		19.484	24.790
INVESTIMENTOS		4.132	2.689
Outros Investimentos		4.132	2.689
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	11.	8.667	8.882
Imóveis para Renda		9.520	9.548
(Depreciação Acumulada)		(853)	(666)
IMOBILIZADO		662.449	585.375
Imobilizado de Uso	12.1.	358.052	361.080
(-) Depreciação acumulada imobilizado de uso	12.1.	(211.893)	(198.190)
Bens de direito de uso	12.2.	1.277.803	1.163.195
(-) Depreciação acumulada de bens de direito de uso	12.2.	(761.513)	(740.710)
INTANGÍVEL	13.	92.643	81.720
Ativos Intangíveis		218.743	196.129
(Amortização Acumulada)		(126.100)	(114.409)
TOTAL DO ATIVO		14.964.569	12.993.418

Notas Explicativas**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. ("MB Consolidado")****BALANÇO PATRIMONIAL**

Para os períodos findos em

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Em R\$ Mil	
		MB Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021
PASSIVOS FINANCEIROS		12.031.294	10.230.839
AO CUSTO AMORTIZADO		12.031.294	10.230.839
Depósitos	14.1.	10.332.640	9.231.014
Captações no Mercado Aberto		59.371	106.216
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.2.	126.282	92.029
Relações Interfinanceiras		111.938	124.225
Relações Interdependências		2.861	15.670
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	7.3.4.	822.843	226.402
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	14.3.	575.359	435.283
PASSIVOS FISCAIS		126.452	100.806
Correntes		113.807	93.329
Diferidos		12.645	7.477
PROVISÕES		267.707	280.339
Provisão para Outros Passivos	15.	267.707	280.339
OUTROS PASSIVOS		1.207.858	1.166.197
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		29.683	9.091
Obrigações por Compra de Câmbio		2.381	55.752
Sociais e Estatutárias		49.496	49.438
Negociação e Intermediação de Valores		3.209	1.025
Obrigações por Convênios Oficiais	16.1.	175.925	191.242
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	16.2.	520.608	431.557
Provisão para Pagamentos a Efetuar		177.970	184.148
Credores Diversos - País	16.3.	247.832	242.642
Outros		754	1.302
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.331.258	1.215.237
Capital Social	17.1.	597.540	597.540
(Ações em Tesouraria)	17.1.	(3.830)	(5.614)
Reservas de Capital	17.2.	43.375	43.375
Reservas de Lucros	17.2.	478.002	478.082
Outros Resultados Abrangentes		15.983	11.000
Lucros Acumulados		152.604	43.435
Participação dos Não Controladores		47.584	47.419
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.964.569	12.993.418

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. ("MB Consolidado")****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Para os períodos findos em

Em R\$ Mil

Nota	MB Consolidado			
	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	939.679	2.641.887	666.183	1.858.273
Operações de Crédito	841.826	2.305.362	579.459	1.594.460
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	88.186	205.236	28.221	56.341
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(31.439)	34.286	17.820	47.637
Resultado de Operações de Câmbio	68	(3.440)	10.709	9.534
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.433	4.507	1.027	2.508
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	39.605	95.936	28.947	147.793
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(372.524)	(950.430)	(164.804)	(389.157)
Operações de Captação no Mercado	(312.493)	(788.441)	(105.245)	(210.651)
Operações de Empréstimos e Repasses	(231)	(646)	(130)	(232)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(29.666)	(65.806)	(2.181)	(2.428)
Descontos Concedidos	(12.334)	(35.663)	(26.296)	(55.514)
Comissão de Originação de Operações de Crédito	(17.800)	(59.874)	(30.952)	(120.332)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	567.155	1.691.457	501.379	1.469.116
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(114.309)	(275.991)	(108.506)	(269.920)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	452.846	1.415.466	392.873	1.199.196
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(440.728)	(1.213.173)	(320.780)	(980.242)
Receitas de Prestação de Serviços	110.610	310.164	88.981	256.363
Despesas com Pessoal	(129.320)	(363.381)	(127.269)	(354.687)
Outras Despesas Administrativas	(192.438)	(555.135)	(156.025)	(471.978)
Despesas Tributárias	(40.245)	(120.093)	(36.206)	(110.730)
Outras Receitas Operacionais	29.561	156.045	81.141	148.036
Outras Despesas Operacionais	(201.434)	(559.846)	(134.552)	(372.270)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(17.462)	(80.927)	(36.850)	(74.976)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	12.118	202.293	72.093	218.954
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.3	(53.936)	(35.442)	(76.052)
Corrente	(8.696)	(2.641)	(40.890)	(81.089)
Diferido	24.894	(51.295)	5.448	5.037
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	633	418	(90)	(545)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	28.949	148.775	36.561	142.357
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)	17.4			
Ações ordinárias	0,2771	1,4239	0,6975	2,7159
Ações preferenciais	0,2771	1,4239	0,6975	2,7159
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)	17.4			
Ações ordinárias	18.053	92.776	22.724	88.479
Ações preferenciais	10.896	55.999	13.837	53.878
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída	17.4			
Ações ordinárias	65.155.744	65.155.744	32.577.872	32.577.872
Ações preferenciais	39.327.336	39.327.336	19.837.918	19.837.918

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. ("MB Consolidado")****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Para os períodos findos em

	<i>Em R\$ Mil</i>			
	MB Consolidado			
	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	28.949	148.775	36.561	142.357
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	288	4.983	5.230	6.230
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	288	2.619	5.230	4.829
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	549	3.927	9.694	9.111
Efeito Fiscal	(261)	(1.308)	(4.464)	(4.282)
ITENS QUE NÃO SERÃO POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	-	2.364	-	1.401
Ganhos Atuariais de Plano de Benefícios Definido	-	2.364	-	2.547
Efeito Fiscal	-	-	-	(1.146)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	29.237	153.758	41.791	148.587
Lucro Atribuível ao Controlador	29.870	154.176	41.701	148.042
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores	(633)	(418)	90	545

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. ("MB Consolidado")
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os períodos findos em

	<i>Em R\$ Mil</i>									
	CAPITAL	RESERVAS	RESERVAS	LUCROS / (PREJUÍZOS)	OUTROS RESULTADOS	(AÇÕES EM	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO DOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	DE CAPITAL	DE LUCRO	ACUMULADOS	TESOURARIA)	LÍQUIDO	NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
									AJUSTADO	
SALDOS EM 31/12/2020	492.708	-	43.375	463.107	29.333	(11.339)	-	1.017.184	46.280	1.063.464
TRANSAÇÕES DE CAPITAL COM OS SÓCIOS	-	-	-	-	(22.029)	-	-	(22.029)	-	(22.029)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	-	-	-	-	(22.029)	-	-	(22.029)	-	(22.029)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	-	-	-	-	142.357	6.230	-	148.587	545	149.132
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	142.357	-	-	142.357	545	142.902
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	6.230	-	6.230	-	6.230
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	9.111	-	9.111	-	9.111
GANHOS / (PERDAS) ATUARIAIS DE PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	-	-	-	-	-	2.547	-	2.547	-	2.547
EFEITO FISCAL	-	-	-	-	-	(5.428)	-	(5.428)	-	(5.428)
MUTAÇÕES INTERNAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-	-	78.514	(78.500)	-	-	14	(785)	(771)
CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS	-	-	-	78.514	(78.514)	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	14	-	-	14	(785)	(771)
SALDOS EM 30/09/2021	492.708	-	43.375	541.621	71.161	(5.109)	-	1.143.756	46.040	1.189.796
SALDOS EM 31/12/2021	492.708	104.832	43.375	478.082	43.435	11.000	(5.614)	1.167.818	47.419	1.215.237
TRANSAÇÕES DE CAPITAL COM OS SÓCIOS	-	-	-	(80)	(39.126)	-	1.784	(37.422)	-	(37.422)
AÇÕES EM TESOURARIA VENDIDAS	-	-	-	(80)	-	-	1.784	1.704	-	1.704
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO DELIBERADO	-	-	-	-	(23.491)	-	-	(23.491)	-	(23.491)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PROVISIONADO	-	-	-	-	(15.635)	-	-	(15.635)	-	(15.635)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	-	-	-	-	148.775	4.983	-	153.758	(418)	153.340
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	148.775	-	-	148.775	(418)	148.357
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	4.983	-	4.983	-	4.983
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	3.927	-	3.927	-	3.927
GANHOS / (PERDAS) ATUARIAIS DE PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	-	-	-	-	-	2.364	-	2.364	-	2.364
EFEITO FISCAL	-	-	-	-	-	(1.308)	-	(1.308)	-	(1.308)
MUTAÇÕES INTERNAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	104.832	(104.832)	-	-	(480)	-	-	(480)	583	103
AUMENTO DE CAPITAL - RCA 09/12/2021	104.832	(104.832)	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS	-	-	-	-	(480)	-	-	(480)	583	103
SALDOS EM 30/09/2022	597.540	-	43.375	478.002	152.604	15.983	(3.830)	1.283.674	47.584	1.331.258

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas


BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. ("MB Consolidado")
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Para os períodos findos em
Em R\$ Mil

	MB Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021
1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	202.293	218.954
Ajustes ao Lucro	446.639	428.774
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	(13)	(538)
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	89.676	85.567
Despesas de Provisão para Perdas Esperadas	275.991	269.920
Depreciação e Amortização	81.955	72.908
Perdas Líquidas com Outros Ativos	1.388	10.307
Resultado Líquido na Alienação de Outros Ativos	(2.358)	(9.390)
(Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais	(1.949.667)	(1.854.679)
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(1.725.522)	(1.819.195)
Ativos Fiscais Correntes	(64.877)	4.372
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	(20.655)	24.245
Ativos Fiscais Diferidos	(2.954)	6.950
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(61.820)	(45.886)
Outros Ativos	(73.839)	(25.165)
Aumento (Décrécimo) Líquido nos Passivos Operacionais	1.664.175	1.025.108
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.800.455	976.459
Passivos Fiscais Correntes	46.598	(9.522)
Provisões	(12.632)	11.085
Passivos Fiscais Diferidos	3.860	(7.319)
Outros Passivos	(174.106)	54.405
Caixa Gerado pelas / (Aplicado nas) Operações	363.440	(181.843)
Impostos Pagos	(28.761)	(38.712)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS / (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	334.679	(220.555)
2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	(99.930)	(120.074)
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(53.692)	(56.319)
Aquisição de Ativo Tangível	(14.203)	(34.744)
Aquisição de Ativo Intangível	(32.035)	(29.011)
Alienação	409.650	175.891
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	382.970	167.655
Alienação de Ativo Tangível	17.259	5.097
Alienação de Ativo Intangível	9.421	3.139
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS / (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	309.720	55.817
3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	118.700	8.652
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(29.851)	(64.922)
Ações em Tesouraria Vendidas	1.704	-
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	583	(785)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	91.136	(57.055)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)	735.535	(221.793)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.212.577	1.905.048
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa	13	538
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.948.125	1.683.793
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	735.535	(221.793)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. ("MB Consolidado")

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos findos em

Em R\$ Mil

	MB Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021
1 - RECEITAS	2.197.247	1.548.277
Receitas da Intermediação Financeira	2.641.887	1.858.273
Receitas de Prestação de Serviços	310.164	256.363
Despesas de Provisão para Perdas Esperadas	(275.991)	(269.920)
Outras	(478.813)	(296.439)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(950.430)	(389.157)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(473.180)	(399.070)
Materiais, Energia e Outros	(36.669)	(36.027)
Serviços de Terceiros	(194.673)	(164.225)
Outros	(241.838)	(198.818)
Comunicações	(7.754)	(10.762)
Processamento de Dados	(80.980)	(65.893)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(32.941)	(11.189)
Serviços do Sistema Financeiro	(8.792)	(9.974)
Despesas de Transporte	(29.843)	(26.137)
Outros	(81.528)	(74.863)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	773.637	760.050
5 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(81.955)	(72.908)
Depreciações e Amortizações	(81.955)	(72.908)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	691.682	687.142
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	691.682	687.142
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	691.682	687.142
Pessoal	310.669	302.867
Remuneração Direta	231.305	224.561
Benefícios	60.491	61.011
FGTS	18.549	17.226
Outros	324	69
Impostos, Taxas e Contribuições	232.656	241.373
Federais	214.597	222.419
Estaduais	35	3.632
Municipais	18.024	15.322
Remuneração de Capitais Próprios	148.357	142.902
Juros sobre o Capital Próprio	39.126	22.029
Lucros Retidos	109.649	120.328
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	(418)	545

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (Banco) é uma companhia aberta de direito privado, e realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 29 agências e 264 Postos de Atendimento, e um quadro de 2.825 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento. A sede do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras findas em 30 de setembro de 2022, foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a IAS 01, as demonstrações financeiras trimestrais consolidadas incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das informações trimestrais em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras trimestrais consolidadas foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 09/11/2022.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas findas em 30 de setembro de 2022 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e controladas, bem como

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As informações trimestrais consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, relacionadas abaixo:

Controladas diretamente:

Empresa	% – Participação	
	30/09/2022	31/12/2021
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	91,53	91,53
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ⁽ⁱ⁾	98,17	98,17
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	100,00	100,00
Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	85,95	85,95
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ^(iv)	100,00	100,00

⁽ⁱ⁾ Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil do Brasil Financeira S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos.

⁽ⁱⁱ⁾ A Mercantil do Brasil Distribuidora S.A., por meio da Reunião realizada através da AGE de 19 de Setembro de 2022, deliberou o aumento de capital social no valor de R\$ 15.000, com a subscrição de 88.236 novas ações ordinárias nominativas escriturais ao preço de emissão de R\$ 170,00 reais por ação, integralizadas em moeda corrente.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Atual denominação social da Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos alterada pela AGE de 05 de Setembro de 2022.

^(iv) Em reunião realizada através da AGE de 07 de outubro de 2022 foi deliberado o processo de incorporação pelo Banco da subsidiária integral Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. – MBIA, sem impacto relevante no controlador.

Controladas indiretamente:

Empresa	% – Participação	
	30/09/2022	31/12/2021
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	100,00	100,00
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	85,57	85,57
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	100,00	100,00

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A demonstração por segmentos operacionais está apresentada de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. Por segmentos operacionais, nos termos da IFRS 8, entende-se os componentes de uma entidade sobre os quais estão disponíveis informações financeiras separadas, que são avaliadas com regularidade pelo principal tomador de decisões operacionais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores referentes à Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Conversão de moeda estrangeira

• Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

• Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (Reais - R\$), que é a moeda funcional do Banco, à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 30 de setembro de 2022, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,4066 (Em 31 de dezembro de 2021: US\$ 1,00 = R\$ 5,5805). Os impactos decorrentes da variação cambial são registrados, conforme o caso, nas rubricas de Receitas de Juros e Despesas de Juros.

d) Instrumentos Financeiros

- Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da IFRS 9 nas seguintes categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado: adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.
- ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.
- iii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: operações que não foram classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessária a aplicação do teste *Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*, cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

- Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes são, inicialmente, mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos estimados de transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados pelo custo adotando-se o método dos juros efetivos, método pelo qual uma entidade amortiza quaisquer taxas, custos de transação e outros prêmios ou descontos incluídos no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são também avaliados quanto à redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo, exceto os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo.

A mensuração do valor justo pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

Os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, devem ser agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, conforme segue.

- i. Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- ii. Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- iii. Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

- Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme IAS 39, (utilizando-se da prerrogativa de continuar aplicando os requerimentos de contabilização de *hedge* previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9). As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pela IAS 39, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

- Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros

O Banco reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos cedidos são transferidos a terceiros:

- i. Cessão de créditos com retenção substancial dos riscos e benefícios: as operações cedidas permanecem registradas no ativo do Banco e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado, na rubrica "Receita de Juros".
- ii. Cessão de créditos sem retenção substancial dos riscos e benefícios: as operações cedidas são baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado do período na rubrica "Receita de Juros".

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

Não há no Banco, operações com transferência e nem retenção substancial todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro.

- Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

- Ativos mensurados ao custo amortizado

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O ponto de partida do provisionamento nos termos da IFRS 9 é a classificação dos ativos em 3 estágios com base no valor recuperável:

- Estágio 1 – Realizável: Expectativa de perda para 12 meses para os ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial.
- Estágio 2 – Realização Duvidosa: Expectativa de perda ao longo da vida, para ativos que apresentem um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial.
- Estágio 3 - Não realizável: Expectativa de perda ao longo da vida, para ativos que apresentem problemas de recuperação de crédito. O reconhecimento da Receita de Juros neste estágio é realizado mediante a aplicação da taxa efetiva de juros sobre o custo amortizado, líquido das provisões para *impairment*.

Um ativo será reclassificado para os demais estágios à medida que o risco de crédito aumentar ou diminuir, a menos que se trate de ativos financeiros comprados ou originados com problemas de recuperação de crédito. Neste caso, os ativos deverão permanecer registrados no Estágio 3.

A Receita de Juros é apropriada enquanto houver expectativa de que as operações ainda possam ser consideradas realizáveis (Estágios 1 e 2).

Assim, pela análise das características da carteira de empréstimos e recebíveis, consideram-se como realizáveis as operações com até 90 dias vencidas ou que não apresentarem qualquer outro indicativo de perda.

Dentro de cada estágio, além da estratificação da carteira de crédito por Grupos com base em suas características, as operações são também segregadas para análise com base nas suas características, como por exemplo:

- Região.
- Produtos.
- Prazo contratual remanescente.
- Idade do cliente ou beneficiário.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

Adicionalmente, após a classificação das operações de crédito conforme os critérios estabelecidos, aquelas que possuem garantias de melhor qualidade e/ou liquidez, mitiga-se o percentual do saldo coberto pela garantia. No restante é aplicado os critérios estabelecidos de perda esperada.

No Banco, a carteira de crédito foi segregada em dois grupos com critérios distintos, de apuração da provisão:

- v. Créditos avaliados individualmente: Carteira caracterizada pela aplicação de provisionamento a partir de gatilhos de *impairment* definidos a partir da especificidade de cada produto.
- vi. Créditos avaliados coletivamente: Carteira caracterizada pela aplicação de modelagem estatística para apuração da perda.

Os Créditos avaliados individualmente são classificados entre os Estágios com base no Manual de Crédito da Instituição e são provisionadas em 100% as operações cuja classificação de crédito apresentem um aumento significativo no risco de crédito (Estágio 3).

Para os créditos avaliados coletivamente a classificação e aplicação de percentuais históricos de perda para cada Estágio é como segue:

- i. Estágio 1: Para a apuração dos percentuais de Perda Esperada no Estágio 1, retroage-se 12 meses na Base de dados e obtém-se um estoque de operações, o qual denominamos de "safra". Observa-se esta safra durante os 12 meses subsequentes para identificar quais operações entraram em atraso. A relação entre a quantidade de operações que entram em atraso no período analisado sobre o estoque inicial das operações a vencer e vencidas até 30 dias será o percentual de atraso desta carteira.
- ii. Estágio 2: Retroage-se 60 meses na Base de dados, tempo médio de vida de todas as operações, e obtém-se o estoque de operações. Estas operações serão observadas durante os 60 meses subsequentes sobre quais entraram em atraso. As operações que foram reestruturadas via renegociação de dívida no período analisado enquadram-se como atraso. Já para as operações prorrogadas, observa-se se houve o evento de atraso na nova operação. Por fim, a relação entre a quantidade de operações que entram em atraso no período analisado sobre o estoque inicial das operações vencidas de 31 a 90 dias será o percentual de atraso da carteira.
- iii. Estágio 3: retroage-se 60 meses, tempo médio de vida de todas as operações, e obtém-se o estoque de operações que pertence ao Estágio 3. Estas operações serão observadas durante os 60 meses subsequentes sobre quais foram consideradas *impaired* (perdidas). Por fim, a relação entre o valor das operações que foram consideradas *impaired* e o saldo devedor total das operações vencidas acima de 90 dias e a carteira renegociada será o percentual de perda da carteira para o Estágio 3.

Realiza-se os cálculos de apuração dos percentuais contemplando, conforme o caso, até cinco períodos de observação para obtenção de um percentual mediano.

Estes percentuais são revisados trimestralmente, alicerçados na base de dados histórica mais recente à época da nova análise.

Antes da apuração dos percentuais de perda da carteira de aplicação segregada entre os Estágios, é observada a melhora das operações entre os estágios, denominada "Cura".

A Cura entre os Estágios é realizada através da análise do prazo médio de regularização observado para cada agrupamento de produto com base na quantidade de parcelas pagas. A análise utiliza-se da observância de 5 safras de operações.

Da análise das safras, considerando os critérios acima, foi gerado de um número médio de parcelas pagas no

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

período de observação em cada agrupamento de produto, número esse que foi aplicado na realização da Cura.

- Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

e) Impostos e contribuições

- Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21. No primeiro semestre de 2022 foi editada a MP nº 1.115/22, que majorou a alíquota da CSL em 1%, passando de 20% para 21% no período de agosto/22 a dezembro/22. No segundo semestre de 2021 a alíquota da contribuição social foi majorada em 5%, passando de 20% para 25% no período de julho a dezembro de 2021, nos termos da Medida Provisória nº 1.034/21, para o setor bancário.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens Imóveis, Máquinas e Equipamentos e Veículos não utilizados operacionalmente, designados para venda ou recebidos por dação em pagamento, nos termos da IFRS 5.

São reconhecidos, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

g) Propriedades para investimento

As Propriedades para investimento referem-se a Terrenos e Empreendimentos constituídos pelo Banco e estão registradas pelo custo de aquisição e sendo depreciadas pelo prazo da vida útil dos imóveis com base na vida útil do ativo.

h) Imobilizado

- De Uso

O Imobilizado de uso inclui Imóveis, Móveis e utensílios, Equipamentos e Sistemas de comunicação, Sistemas de processamento de dados, Sistemas de segurança e Veículos.

Todo o imobilizado está apresentado ao custo ajustado pela depreciação, calculada com base na vida útil dos bens.

Os valores residuais, a vida útil e o valor recuperável dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

- De Arrendamento

Os arrendamentos financeiros do imobilizado, são aqueles nos quais o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, e são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Também, o Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis, utilizados operacionalmente na forma de agências e postos de atendimento. Estão reconhecidos à valor presente nas Demonstrações Financeiras do MB como um "Ativo de direito de uso" em contrapartida ao "Passivo de arrendamento" que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente. Os Ativos de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais no Resultado.

j) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de tecnológicas. São registrados ao custo de aquisição. A amortização dos ativos intangíveis foi calculada com base na vida útil atribuída ao bem, que está definida entre 3 e 5 anos.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de perda do valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

l) Provisões, ativos e passivos contingentes

O controle das contingências ativas e passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- i. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- ii. Passivos contingentes: são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.
- iii. Provisões: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.

Contemplam também as obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

m) Reconhecimento de receitas e despesas

As Receitas são reconhecidas na medida em que ocorre a transferência do controle dos bens ou serviços para os clientes, pelo valor que o Banco espera ter direito a receber, levando-se em consideração os seguintes critérios:

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método da taxa efetiva de juros, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

n) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 21.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

o) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma:

- i. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

- ii. Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

p) Benefícios a empregados

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a IAS 19 – Benefícios a Empregados. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

q) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

r) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como

- i. Provisão para perdas esperadas (*Impairment*): o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- ii. Valor justo dos ativos e passivos financeiros: a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- iii. Ativos e Passivos Contingentes: As contingências do Banco são registradas quando, de acordo com estudos técnicos realizados por assessores jurídicos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- iv. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

s) Novas normas e alterações e interpretações

Normas ou interpretações novas ou revisadas emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para setembro de 2022. Sua aplicação ocorrerá após a data destas demonstrações financeiras:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

• IFRS 17 – Contratos de Seguros: A norma, editada para substituir a IFRS 4, tem o objetivo de fornecer informações úteis nas demonstrações financeiras, ao exigir: o reconhecimento do lucro a medida da entrega dos serviços de seguros forem satisfeitos; a apresentação dos resultados dos serviços de seguros separadamente das receitas ou despesas de financiamento de seguros; bem como determinar que uma entidade estabeleça uma política contábil de reconhecimento, ou não, de todas as receitas ou despesas financeiras de seguros no resultado ou reconhecer parte dessas receitas ou despesas em outros resultados abrangentes. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há no Banco operações sujeitas à aplicação da norma.

3. DEMONSTRAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

Por segmentos operacionais, nos termos da IFRS 8, entende-se os componentes de uma entidade sobre os quais estão disponíveis informações financeiras separadas, que são avaliadas com regularidade pelo principal tomador de decisões operacionais.

De modo geral, a apresentação de informações financeiras é exigida na mesma base que é utilizada internamente para avaliar o desempenho e decidir como alocar recursos aos segmentos operacionais.

Nesse contexto, o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos em conformidade com o seu Planejamento Estratégico e Mercadológico, com eventuais correções de rumos, além da constante análise e implementação de novas oportunidades de negócios.

Essas decisões têm como foco principal o Segmento Financeiro, que compreende, principalmente, operações de tesouraria e crédito em suas diversas modalidades, notadamente, crédito consignado, capital de giro, conta garantida, títulos descontados, crédito ao consumidor, crédito rural e câmbio, perfazendo mais de 75% do lucro, envolvendo quase a totalidade dos principais ativos e passivos das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Além da análise através de relatórios internos auxiliares, empreende-se o gerenciamento das diversas modalidades de riscos e a avaliação final de resultados ocorre de forma agrupada e no formato da Demonstração do Resultado.

No segmento de crédito, a análise dos resultados pondera, principalmente, o resultado de cada um dos produtos ofertados pelo Banco e o risco de crédito, de modo a se obter adequada qualidade dos ativos e margem operacional. Nas operações de tesouraria, além das diretrizes emanadas do Comitê Diretivo, a gestão segue políticas escritas, com acompanhamento diário de Comitê Especializado nessa matéria.

Além disso, são ponderados os esforços administrativos e de pessoal necessários para empreender e gerir esses segmentos.

Os demais segmentos (Outros) são complementares e estão constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

Nesses segmentos, avalia-se mensalmente o resultado obtido e a contribuição das controladas para a formação do resultado final do Banco. Eventuais ajustes são adotados no curso das atividades, quando necessários, além da constante análise e implementação de novas oportunidades de negócios.

O Banco dispõe de uma ampla rede de atendimento direcionada para clientes pessoas física e jurídica dos mais diversos setores (vide nota nº 2.2.).

Adicionalmente, tem-se que não há receita de juros decorrente de operações com um único cliente externo, no qual o montante tenha excedido a 10% ou mais da receita de juros do Banco.

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

As Demonstrações por Segmentos em BRGAAP e IFRS são como segue:

Descrição	Financeiras ⁽ⁱ⁾	Outros ⁽ⁱⁱ⁾	Eliminação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	BRGAAP ^(iv)	Reconciliação ^(v)	30/09/2022	31/12/2021
Disponibilidades	1.035.922	2.653	(2.646)	1.035.929	-	1.035.929	984.733
Instrumentos Financeiros	11.990.197	290.243	(281.586)	11.998.854	106.058	12.104.912	10.234.560
Ativos não financeiros mantidos para venda	53.064	-	-	53.064	-	53.064	32.409
Ativos fiscais	704.949	7.340	-	712.289	14.738	727.027	710.491
Outros Ativos	261.381	14.616	(251)	275.746	-	275.746	352.560
Investimentos	267.681	-	(263.549)	4.132	-	4.132	2.689
Propriedades para investimento	-	8.667	-	8.667	-	8.667	8.881
Imobilizado	134.804	11.355	-	146.159	516.290	662.449	585.375
Intangível	92.643	-	-	92.643	-	92.643	81.720
Total do Ativo	14.540.641	334.874	(548.032)	14.327.483	637.086	14.964.569	12.993.418
Passivos financeiros	12.268.174	-	(236.880)	12.031.294	-	12.031.294	10.230.839
Passivos fiscais	56.517	6.237	-	62.754	63.698	126.452	100.806
Provisões	255.479	12.228	-	267.707	-	267.707	280.339
Outros passivos	686.346	5.473	(251)	691.568	516.290	1.207.858	1.166.197
Patrimônio Líquido	1.274.125	310.936	(310.901)	1.274.160	57.098	1.331.258	1.215.237
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	14.540.641	334.874	(548.032)	14.327.483	637.086	14.964.569	12.993.418

⁽ⁱ⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽ⁱⁱ⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Representam as eliminações dos saldos de transações entre empresas do Banco.

^(iv) Refere-se aos saldos em BRGAAP, conforme normas emitidas pelo BACEN.

^(v) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS (vide nota nº 26.).

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

Descrição	Financeiras ⁽ⁱ⁾	Outros ⁽ⁱⁱ⁾	Eliminação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	BRGAAP ^(iv)	Reconciliação ^(v)	30/09/2022	30/09/2021
Receitas da Intermediação Financeira	2.640.818	17.076	(16.812)	2.641.082	805	2.641.887	1.858.273
Despesas da Intermediação Financeira	(994.659)	-	16.812	(977.847)	27.417	(950.430)	(389.157)
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(231.277)	-	-	(231.277)	(3.943)	(235.220)	(269.920)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.414.882	17.076	-	1.431.958	24.279	1.456.237	1.199.196
Outras Receitas/ Despesas operacionais	(1.261.075)	65.474	(58.343)	(1.253.944)	-	(1.253.944)	(980.242)
Resultado de participação em controladas	215.400	105.952	(11.188)	310.164	-	310.164	256.363
Receita de Prestação de Serviços	58.343	-	(58.343)	-	-	-	-
Despesas de pessoal	(344.437)	(18.944)	-	(363.381)	-	(363.381)	(354.687)
Despesas administrativas	(570.286)	(10.325)	11.337	(569.274)	14.139	(555.135)	(471.978)
Despesas Tributárias	(107.265)	(12.828)	-	(120.093)	-	(120.093)	(110.730)
Outras receitas operacionais	112.997	2.426	(149)	115.274	-	115.274	148.036
Outras despesas operacionais	(544.910)	(797)	-	(545.707)	(14.139)	(559.846)	(372.270)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(80.917)	(10)	-	(80.927)	-	(80.927)	(74.976)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	153.807	82.550	(58.343)	178.014	24.279	202.293	218.954
Imposto de renda e contribuição social	(18.786)	(24.201)	-	(42.987)	(10.949)	(53.936)	(76.052)
Participações dos não controladores	374	(1)	-	373	45	418	(545)
Lucro Líquido dos semestres	135.395	58.348	(58.343)	135.400	13.375	148.775	142.357

⁽ⁱ⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽ⁱⁱ⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário e corretagem de seguros.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Representam as eliminações dos saldos de receitas e despesas entre empresas do Banco.

^(iv) Refere-se ao resultado em BRGAAP conforme normas emitidas pelo BACEN.

^(v) Reconciliação entre o BRGAAP e o IFRS (vide nota nº 26.).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Disponibilidades	1.035.929	984.733
Aplicações interfinanceiras de liquidez	912.196	227.844
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	820.629	221.788
Aplicações em depósitos interfinanceiros	91.567	6.056
Total - Circulante	1.948.125	1.212.577

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

5.1. Instrumentos Financeiros Derivativos

A utilização de derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de *swap* e contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

a) Composição dos Derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Descrição	Conta de Compensação			
	Valor de Referência		Valor Justo	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Contrato de Futuro – Dólar ⁽ⁱ⁾				
Posição passiva - Moeda estrangeira	1.675	121.326	1.687	123.834
Contrato de Futuro – DI ⁽ⁱⁱ⁾				
Posição passiva Taxa de Juros	798.241	540.453	795.480	540.147
Contrato de Futuro – Mini-Índice ⁽ⁱⁱⁱ⁾				
Posição ativa– Ibovespa	884	466	903	468
Contrato de Futuro – DAP^(iv)				
Posição passiva – Taxa de Juros	342.735	9.198	342.738	9.213

⁽ⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado, diariamente, e ajustadas na B3.

⁽ⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Mini Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

^(iv) A operação com Futuro de cupom de IPCA (DAP) tem a finalidade de proteger as exposições do Banco relativamente às operações indexadas ao IPCA.

Os instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento são como segue:

Faixa de Vencimento	Mercado de Registro	De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – Dólar		1.675	-	-	1.675
Contrato de Futuro – DI	B3	-	-	798.241	798.241
Contrato de Futuro – Mini-Índice		884	-	-	884
Contrato de Futuro – DAP		-	294.388	48.347	342.735
Total em 30/09/2022		2.559	294.388	846.588	1.143.535
Total em 31/12/2021		121.792	-	549.651	671.443

b) Ganhos e perdas

Os Derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado em base líquida na rubrica de "Receita de Juros", os quais são apresentados a seguir:

Descrição	01/07 a 30/09			01/01 a 30/09		
	Ganho	Perda	Resultado Líquido	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro –Dólar	530	(519)	11	13.575	(8.599)	4.976
Contrato de Futuro – DI	92.356	(112.727)	(20.371)	323.468	(281.575)	41.893
Contrato de Futuro – Mini-Índice	358	(263)	95	811	(835)	(24)
Contrato de Futuro – DAP	5.880	(17.054)	-11.174	18.505	(31.064)	(12.559)
Total em 30/09/2022	99.124	(130.563)	(31.439)	356.359	(322.073)	34.286
Total em 30/09/2021	84.033	(66.213)	17.820	235.799	(188.162)	47.637

c) Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Banco dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de valor justo. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos"

Os principais fatores de risco dos Derivativos do Banco estão relacionados com as oscilações do câmbio, e das taxas de juros para proteção de posições prefixadas e os resultados obtidos atenderam adequadamente os objetivos de proteção patrimonial.

A efetividade das operações de *Hedge Accounting* é verificada através da projeção tanto do passivo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *Hedge Accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação das taxas de juros nas operações de *Hedge Accounting* é efetiva em relação as variações das taxas de juros sobre as operações objeto de *hedge*.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022**

<i>Hedge Accounting</i>	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos	763.025	559.048	771.839	539.627
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	(771.834)	(539.621)	(771.834)	(539.621)

Não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *hedge*.

d) Compensação de ativos e passivos financeiros

Os acordos principais de compensação ou similares, conforme trata o IFRS 7, são aqueles onde um ativo financeiro e um passivo financeiro serão compensados, e o montante líquido apresentado nas demonstrações financeiras, quando, e somente quando, a entidade tiver um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido; e tiver a intenção tanto de liquidar em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em 30 de setembro de 2022 não havia no Banco acordos de compensação a serem apresentados pelo líquido, uma vez que referidos acordos somente serão compensados em caso de inadimplência da contraparte.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**6.1. Títulos e valores mobiliários**

Composição	30/09/2022			31/12/2021	
	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Perda esperada ⁽¹⁾	Valor justo	Valor justo
Cotas CIP	225	10.243	-	10.468	9.259
Cotas de fundos de investimento	395	-	-	395	16.984
Cotas de fundos em participações	5.496	-	-	5.496	5.456
Cotas de fundo Imobiliário	12.158	-	-	12.158	35.602
Cotas de fundos de participação de negociação e membro de compensação	25.081	10.057	-	35.138	4.882
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA	8.946	-	(45)	8.901	15.878
Certificado de recebíveis do agronegócio	105.858	-	(408)	105.450	90.706
Certificado de recebíveis imobiliários	29.245	2	(47)	29.200	30.301
Letras financeiras do tesouro	691.816	(186)	-	691.630	944.178
Debêntures	11.453	-	(8.365)	3.088	12.209
Total	890.673	20.116	(8.865)	901.924	1.165.455
Circulante				100.562	410.386
Não circulante				801.362	755.069

⁽¹⁾ A Perda Esperada é calculada mediante aplicação do fator de provisionamento de risco de crédito conforme metodologia de avaliação de risco para ativos ilíquidos conforme Manual de Crédito, e registrada na rubrica Outras Despesas Operacionais.

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

Descrição Títulos / Vencimentos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Indetermi- nado	Total
Cotas CIP	-	-	-	-	-	-	10.468	10.468
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	-	395	395
Cotas de Fundos em Participações	-	-	-	-	-	-	5.496	5.496
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	-	-	-	-	-	-	12.158	12.158
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	-	-	-	-	35.138	35.138
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	4.473	4.428	-	-	-	-	-	8.901
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	24.679	-	52.908	10.129	17.734	-	-	105.450
Certificado de Recebíveis Imobiliários	5.807	-	4.611	-	3.296	15.486	-	29.200
Letras Financeiras do Tesouro	-	381.509	-	200.966	60.732	48.423	-	691.630
Debêntures	1.948	-	1.140	-	-	-	-	3.088
Total Contábil em 30/09/2022	36.907	385.937	58.659	211.095	81.762	63.909	63.655	901.924
Total Contábil em 31/12/2021	387.946	4.491	413.914	5.100	210.366	111.939	31.699	1.165.455

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado, utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP foram registradas de acordo o valor atual do Patrimônio social da CIP conforme informado pela *Clearing* na data de fechamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica.

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 172.335 (R\$ 200.799 em dezembro de 2021), representados por Letras Financeiras do Tesouro.

A perda esperada segregada por estágios, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Descrição	31/12/2021	Ganhos/ Perdas	Compras	Liquidações	30/09/2022
Estágio 1	626	15	145	(267)	519
Debêntures	109	11	-	(101)	19
CRA	380	(7)	145	(110)	408
CDCA	80	8	-	(43)	45
CRI	57	3	-	(13)	47
Estágio 3	8.346	-	-	-	8.346
Debêntures	8.346	-	-	-	8.346
Total Geral	8.972	15	145	(267)	8.865
Debêntures	8.455	11	-	(101)	8.365
CRA	380	(7)	145	(110)	408
CDCA	80	8	-	(43)	45
CRI	57	3	-	(13)	47

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - AO CUSTO AMORTIZADO

7.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Aplicações no mercado aberto	880.000	328.004
Posição bancada	820.629	221.788
Posição financiada	59.371	106.216
Aplicações em depósitos interfinanceiros	172.573	81.874
Total	1.052.573	409.878
Circulante	1.013.393	379.128
Não circulante	39.180	30.750

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo “captação no mercado aberto”, que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

O Banco possui política de crédito para avaliação e estabelecimento de limites para as operações com ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

As aplicações em Operações Compromissadas referem-se, basicamente, a aplicações no mercado aberto que estão lastreadas em títulos públicos. Desta forma, o Banco está autorizado a vender referidos títulos, em caso de inadimplemento e, portanto, não se vislumbra um cenário de risco de crédito de contraparte.

As aplicações em Depósitos Interfinanceiros seguem a política de crédito que prevê a análise semestral das contrapartes e utiliza, inclusive, as classificações de *ratings* emitidas por empresas independentes.

Os Resultados das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários", os quais são apresentados a seguir:

Descrição	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	58.690	124.853	16.912	31.069
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	53.803	113.275	15.888	29.864
Posição bancada	50.476	103.795	14.457	26.210
Posição financiada	3.327	9.480	1.431	3.654
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.887	11.578	1.024	1.205
Rendas Títulos e valores mobiliários	29.496	80.383	11.309	25.272
Rendas de títulos de renda fixa	29.617	81.778	14.292	28.514
Rendas de outros títulos e valores mobiliários	(121)	(1.395)	(2.983)	(3.242)
Total	88.186	205.236	28.221	56.341

7.2. Empréstimos e financiamentos a instituições financeiras

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Títulos e créditos a receber (vide nota nº 10.2.1.)	49.118	53.899
Negociação e Intermediação de Valores	882	3.391
Relações Interfinanceira	15.056	19
Relações Interdependências	29	894
Total	65.085	58.203
Circulante	27.478	57.116
Não circulante	37.607	1.087

7.2.1. Títulos e créditos a receber

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Créditos a receber	2.703	3.881
Precatórios	8.466	16.834
Direitos creditórios	31.489	27.592
Títulos de capitalização	5.485	5.485
Outros	975	107
Total	49.118	53.899
Circulante	11.511	52.812
Não circulante	37.607	1.087

No período os Títulos e Créditos a Receber estão apresentados líquidos de provisão no montante de R\$ 11.562 (R\$ 10.700 em dezembro de 2021).

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022****7.3. Empréstimos e financiamentos a clientes**

Composição	30/09/2022	31/12/2021
Operações de crédito	10.307.200	8.762.174
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	-	24.151
Devedores por compra de valores e bens	56.965	49.632
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	119.936	123.489
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	55.583
Subtotal	10.484.101	9.015.029
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de <i>Hedge</i>	8.815	(19.421)
Total Operações de Crédito	10.492.916	8.995.608
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(505.551)	(505.920)
Total	9.987.365	8.489.688
Circulante	4.252.019	3.474.476
Não circulante	5.735.346	5.015.212

7.3.1. Composição dos empréstimos e financiamentos a clientes

Classificação por produtos	30/09/2022		31/12/2021	
	Total	%	Total	%
Crédito consignado INSS	5.154.121	49,16%	4.845.563	53,76
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	1.847.514	17,62%	1.692.120	18,78
Empréstimo FGTS	1.297.986	12,38%	219.412	2,43
Capital de giro	564.405	5,38%	625.127	6,93
Crédito consignado público	540.065	5,15%	573.535	6,36
Cartão de crédito consignado	298.084	2,84%	263.424	2,92
Renegociação	241.177	2,30%	148.896	1,65
Crédito pessoal	156.743	1,50%	168.651	1,87
Cheque especial	98.839	0,94%	69.545	0,77
Cartão de crédito	91.976	0,88%	90.969	1,01
Crédito imobiliário	46.881	0,45%	47.033	0,52
Conta Garantida	18.654	0,18%	19.379	0,21
Cheque empresa	16.079	0,15%	12.446	0,14
Crédito rural	15.090	0,14%	71.394	0,79
Câmbio	-	0,00%	79.734	0,88
Financiamento veículos - CDC	9.568	0,09%	7.172	0,08
Outros	86.919	0,84%	80.629	0,90
Total	10.484.101	100,00%	9.015.029	100,00

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022**

Classificação por vencimento	30/09/2022	31/12/2021
A vencer	10.295.591	8.806.362
Até 1 ano	4.276.603	3.508.973
Acima de 1 ano	6.018.988	5.297.389
Vencidas	188.510	208.667
Até 1 ano	186.806	207.449
Acima de 1 ano	1.704	1.218
Total	10.484.101	9.015.029

Classificação por Setor	30/09/2022	%	31/12/2021	%
Pessoa física	9.604.986	91,61	8.038.467	89,17
Pessoa jurídica	879.115	8,39	976.562	10,83
Industria	356.976	3,40	440.162	4,88
Comércio	27.909	0,27	39.739	0,44
Serviços	494.230	4,72	496.661	05,51
Total	10.484.101	100,00	9.015.029	100,00

Concentração da carteira de crédito	30/09/2022	%	31/12/2021	%
10 Maiores Devedores	478.075	4,56	511.337	5,67
50 Maiores Devedores	961.392	9,17	1.065.593	11,82
100 Maiores Devedores	1.098.734	10,48	1.227.925	13,62

7.3.2. Rendas de operações de crédito e cessão de crédito

Descrição	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Rendas de empréstimos e títulos descontados	838.187	2.289.818	559.816	1.545.011
Rendas de financiamentos	1.426	3.850	977	3.197
Rendas de financiamentos rurais	(6)	2.304	1.271	13.221
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.219	9.390	17.395	33.031
Renda de Cessão de Crédito	39.605	95.936	28.947	147.793
Total	881.431	2.401.298	608.406	1.742.253

A apropriação da Receita de juros dos Empréstimos e financiamentos a cliente é interrompida quando a operação entra em *impairment*, com base nos critérios detalhados na nota nº 2.3.d.

7.3.3. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (*Impairment*)

A movimentação da Provisão para perdas esperadas (*Impairment*) é como segue:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Saldos no início dos períodos	505.920	473.233
Constituição de provisão	694.997	615.324
Reversão de provisão	(419.006)	(249.319)
Efeito no resultado	275.991	366.005
Baixa de créditos – prejuízo	(276.360)	(333.318)
Saldos no final dos períodos	505.551	505.920
Circulante	219.845	222.401
Não circulante	285.706	283.519

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

A seguir a composição da perda esperada segregada por estágios:

Estágio 1	31/12/2021	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 2	Transferência para o Estágio 3	Constituição / (Reversão) / Baixa	30/09/2022
Pessoa Física	69.265	1.668	9.690	42.279	(49.176)	73.726
Crédito Pessoal INSS Débito em Conta	29.255	1.055	5.123	6.541	(7.349)	34.625
Crédito Consignado INSS	25.591	247	3.809	33.926	(43.519)	20.054
Crédito Consignado Público	4.826	53	55	610	(584)	4.960
Cartão de Crédito Consignado	1.100	39	148	708	(1.334)	661
Conta Garantida	41	-	-	-	(17)	24
Rotativo PF	7.804	206	496	442	1.800	10.748
Cartão de Crédito	48	32	2	20	1.891	1.993
Crédito Pessoal	183	31	30	7	3	254
Outros	417	5	27	25	(67)	407
Pessoa Jurídica	2.935	88	30	12	(1.121)	1.944
Capital de Giro	1.719	11	2	2	(844)	890
Conta Garantida	401	20	3	-	(58)	366
Cheque Empresa	409	14	23	10	(171)	285
Cartão de Crédito	93	43	2	-	(30)	108
Outros	313	-	-	-	(18)	295
Total	72.200	1.756	9.720	42.291	(50.297)	75.670

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

Estágio 2	31/12/2021	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 1	Transferência para o Estágio 3	Constituição / (Reversão) / Baixa	30/09/2022
Pessoa Física	24.842	10.544	845	18.553.960	(18.562.871)	27.320
Crédito pessoal INSS - Débito em conta	17.661	5.690	453	11.617.937	(11.627.439)	14.302
Crédito consignado INSS	6.262	3.825	144	6.352.700	(6.353.629)	9.302
Crédito Consignado Público	-	283	1	424	430	1.138
Cartão de crédito consignado	210	148	33	189	(429)	151
Rotativo PF	445	527	154	378.942	(378.832)	1.236
Cartão de Crédito	79	5	29	23.734	(23.036)	811
Crédito Pessoal	54	39	30	64.289	(64.370)	42
Outros	131	27	1	115.745	(115.566)	338
Pessoa Jurídica	26.034	2.065	88	14.142	(32.625)	9.704
Capital de giro	7.027	2.037	11	2	(6.099)	2.978
Crédito rural	4.795	-	-	-	(4.795)	-
Conta garantida	279	3	20	-	(30)	272
Cheque empresa	52	23	14	323	(312)	100
Cartão de Crédito	71	2	43	7	(105)	18
Outros	13.810	-	-	13.810	(21.284)	6.336
Total	50.876	12.609	933	18.568.102	(18.595.496)	37.024

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

Estágio 3	31/12/2021	Entradas por transferências	Transferência para o Estágio 1	Transferência para o Estágio 2	Constituição / (Reversão) / Baixa	30/09/2022
Pessoa Física	239.623	18.596.241	823	855	(18.564.527)	273.015
Crédito Pessoal INSS Débito em Conta	133.821	11.624.478	602	568	(11.630.786)	128.683
Crédito Consignado INSS	61.869	6.386.627	102	16	(6.350.918)	97.696
Crédito Consignado Público	14.337	1.034	52	229	(1.574)	14.078
Crédito Rural	348	-	-	-	(348)	-
Cartão de Crédito Consignado	4.413	897	6	-	(1.625)	3.691
Crédito Imobiliário	-	-	-	-	846	846
Rotativo PF	3.472	379.384	53	31	(374.444)	8.496
Cartão de Crédito	1.096	23.754	3	2	(20.984)	3.871
Crédito Pessoal	640	64.296	1	9	(64.418)	528
Outros	4.849	115.771	4	-	(114.860)	5.764
Renegociação	14.778	-	-	-	(5.416)	9.362
Pessoa Jurídica	143.221	14.156	-	2.036	(39.571)	119.842
Capital de Giro	20.183	5	-	2.036	(6.215)	16.009
Conta Garantida	161	-	-	-	9	170
Cheque Empresa	343	333	-	-	931	1.607
Cartão de Crédito	37	8	-	-	40	85
Outros	120.770	13.810	-	-	(34.720)	99.860
Renegociação	1.727	-	-	-	384	2.111
Total	382.844	18.610.397	823	2.891	(18.604.098)	392.857

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de junho de 2022**

Total Geral	31/12/2021	Constituição / (Reversão) / Baixa	30/09/2022
Pessoa Física	333.730	40.331	374.061
Crédito Pessoal INSS Débito em Conta	180.737	(3.127)	177.610
Crédito Consignado INSS	93.722	33.330	127.052
Crédito Consignado Público	19.163	1.013	20.176
Crédito Rural	348	(348)	-
Cartão de Crédito Consignado	5.723	(1.220)	4.503
Conta Garantida	41	(17)	24
Crédito Imobiliário	-	846	846
Rotativo PF	11.721	8.759	20.480
Cartão de Crédito	1.223	5.452	6.675
Crédito Pessoal	877	(53)	824
Outros	5.397	1.112	6.509
Renegociação	14.778	(5.416)	9.362
Pessoa Jurídica	172.190	(40.700)	131.490
Capital de Giro	28.929	(9.052)	19.877
Crédito Rural	4.795	(4.795)	-
Conta Garantida	841	(33)	808
Cheque Empresa	804	1.188	1.992
Cartão de Crédito	201	10	211
Outros	134.893	(28.402)	106.491
Renegociação	1.727	384	2.111
Total	505.920	(369)	505.551

O Banco avalia a evidência objetiva de perdas em Empréstimos e Financiamentos de Clientes de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (vide nota nº 2.3.d.):

Impairment por grupo de avaliação da evidência objetiva de perda		
Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Créditos avaliados individualmente	87.895	91.175
Créditos avaliados coletivamente	417.656	414.745
Total	505.551	505.920

7.3.4. Cessões de Crédito

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

a) Operações de crédito cedidas sem retenção substancial dos riscos e benefícios

No período, o MB realizou operações de cessão de créditos na modalidade de operações sem retenção substancial dos riscos e benefícios conforme segue:

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de junho de 2022**

Acumulado	30/09/2022			30/09/2021		
	Valor da Cessão	Valor Presente	Resultado	Valor da Cessão	Valor Presente	Resultado
Crédito Consignado INSS	631.676	535.107	95.936	759.731	692.533	147.793

b) Operações de crédito cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios

Em setembro de 2022 e dezembro de 2021 referidas posições estavam representadas a valor presente conforme abaixo.

Descrição	30/09/2022		31/12/2021	
	Saldo Operações Cedidas	Saldo Obrigações Assumidas	Saldo Operações Cedidas	Saldo Obrigações Assumidas
Crédito Consignado INSS	757.940	822.843	216.211	226.402
Circulante	209.647	214.402	55.928	56.620
Não circulante	548.293	608.441	160.283	169.782

7.4. Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

Descrição	30/09/2022		31/12/2021	
	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
Fundo de investimentos em direitos creditórios – FIDC – De 1 a 2 anos	1.131	1.131	1.926	1.926

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

As cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) referem-se a cotas subordinadas adquiridas pela controlada "Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado são testados por *impairment* (conforme nota explicativa nº 2.3.d.). Em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram perdas do valor recuperável para referidos ativos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de junho de 2022

8. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

Descrição	Imóveis	Veículos e afins	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	60.237	315	2	60.554
Adições	32.270	-	-	32.270
(-) Baixas	(23.992)	(15)	-	(24.007)
Subtotal em 30/09/2022	68.515	300	2	68.817
(-) Provisão (<i>impairment</i>) em 31/12/2021	(28.128)	(15)	(2)	(28.145)
(-) Adições	(2.007)	-	-	(2.007)
Baixas	14.399	-	-	14.399
(-) Subtotal em 30/09/2022	(15.736)	(15)	(2)	(15.753)
Saldo Líquido em 30/09/2022	52.779	285	-	53.064

Os ativos e passivos mantidos para venda estão apresentados pelo seu valor justo, mensurado usando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes, encontrando-se, dessa forma, no Nível 3 da hierarquia de valor justo.

9. ATIVOS FISCAIS

9.1. Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) ⁽ⁱ⁾	8.236	7.972
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽ⁱⁱ⁾	98.763	31.414
IRPJ / CSLL ⁽ⁱⁱⁱ⁾	41.187	9.044
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.021	1.561
Antecipação IRPJ/CSLL	3.031	35.245
INSS	12	3.653
Outros	1.683	1.167
Total geral	154.933	90.056
Circulante	28.437	38.753
Não circulante	126.496	51.303

⁽ⁱ⁾ O valor da COFINS decorre de ação judicial transitada em julgado, em 2010 para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou-se a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Da mesma forma é o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em 2005, no montante de R\$ 14.726, MB consolidado R\$ 15.950, líquido dos impostos. Não obstante os trânsitos em julgado, há discussão administrativa em andamento sobre o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. A avaliação do risco por consultores jurídicos externos é remoto.

⁽ⁱⁱ⁾ O Banco é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial transitado em julgado em setembro de 2022, referente a exclusão na base de cálculo do IRPJ e CSLL de juros equivalentes a taxa selic sobre valores reconhecidos de créditos judiciais já transitados em julgado. No primeiro semestre de 2022, em decorrência do reprocessamento das bases tributárias de IR/CSLL referente a repetição de indébito (Tema 962 - STF), o Banco reconheceu impostos a compensar no montante de R\$ 33.249, decorrentes da reclassificação dos créditos tributários (vide nota nº 9.2.), bem como da atualização monetária realizada no montante de R\$ 34.100). No terceiro trimestre de 2022, a atualização monetária monta em R\$ 4.496.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de junho de 2022

Créditos a recuperar "sub judice"

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 16.637 (R\$ 20.607 em dezembro de 2021).

9.2. Diferidos – Créditos Tributários

Compõem o grupo Ativo Fiscal Diferido os tributos recuperáveis, incidentes sobre lucros e receitas tributáveis em períodos futuros, de acordo com a IAS 12.

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Base de cálculo – Imposto de Renda	1.265.027	1.376.131
Prejuízo fiscal	261.527	258.788
Diferenças temporárias	1.003.500	1.117.343
Total do efeito do imposto de renda	316.257	344.033
Base de cálculo – Contribuição Social	1.290.429	1.392.348
Diferenças temporárias à alíquota de 25%	-	6.979
Diferenças temporárias à alíquota de 21%	102.483	-
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	872.434	1.081.485
Diferenças temporárias à alíquota de 16%	1.377	-
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	23.539	28.878
Diferenças temporárias à alíquota de 9%	3.667	-
Base negativa à alíquota de 20%	256.256	257.915
Base negativa à alíquota de 15%	28.942	17.091
Base negativa à alíquota de 9%	1.731	-
Total do efeito da contribuição social	255.837	276.402
Total – Não circulante	572.094	620.435

b) Movimentação dos créditos tributários nos períodos:

Crédito tributário	Imposto de renda		Contribuição social	
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Diferenças temporárias	Base negativa
Saldos em 31/12/2021	279.335	64.698	222.257	54.145
Constituição	172.766	25.110	138.721	20.980
Realização	(201.227)	-	(160.888)	-
Reclassificação	-	(24.425)	-	(19.378)
Efeito líquido no resultado	(28.461)	685	(22.167)	1.602
Saldos em 30/09/2022	250.874	65.383	200.090	55.747
Total	316.257		255.837	
Total Geral		572.094		

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de junho de 2022

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 100.879 (R\$ 106.830 em dezembro de 2021) e estão ativados com realização prevista até 2026.

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, como segue:

Exercícios	Realização do crédito tributário		Total	
	Imposto de renda	Contribuição social	30/09/2022	31/12/2021
2022	45.709	36.853	82.562	217.886
2023	129.345	103.257	232.602	103.289
2024	44.872	34.629	79.501	60.563
2025	10.652	7.391	18.043	21.896
2026	83.227	72.112	155.339	24.075
2027 a 2029	2.452	1.595	4.047	192.726
Total	316.257	255.837	572.094	620.435

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na IAS 12, Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2021, revisados em junho de 2022 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

O Banco é titular de créditos tributários a realizar sob amparo de ação judicial interposta para que a Autoridade Coatora se abstenha de exigir a inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos juros, equivalentes à taxa SELIC sobre valores reconhecidos em face de decisões judiciais transitadas em julgado. A não incidência do IRPJ e CSLL foi decidida em julgamento de mérito pelo STF em repercussão geral RE nº 1.063.187 – TEMA 962 – Incidência de IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

No período findo de setembro de 2022, o Banco realizou o reprocessamento das bases tributárias de IR/CS, conforme parecer de consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os indébitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado de IR/CS. Como consequência do reprocessamento, o Banco transferiu os créditos tributários registrados no montante de R\$ 43.804 (vide nota nº 9.1.).

Notas Explicativas
Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de junho de 2022
9.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Resultado antes dos impostos	12.118	202.293	72.093	218.954
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	(9.698)	(15.557)	(22.725)	(61.927)
Base de cálculo	2.420	186.736	49.368	157.027
Alíquota nominal	45%	45%	45%	45%
Despesa nominal	(1.090)	(84.032)	(22.215)	(70.662)
Ajustes à despesa nominal	18.838	32.584	(10.113)	3.188
Deduções dos incentivos fiscais ⁽¹⁾	(213)	15	495	1.055
Impostos calculados sobre o lucro presumido	(1.337)	(2.503)	(3.609)	(9.633)
Despesa com IRPJ e CSL	16.198	(53.936)	(35.442)	(76.052)

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

10. OUTROS ATIVOS
10.1. Despesas antecipadas

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Custo seguro garantia – fiança ⁽¹⁾	25.648	38.905
Demais despesas antecipadas ⁽²⁾	20.847	9.212
Total	46.495	48.117
Circulante	31.351	26.297
Não circulante	15.144	21.820

⁽¹⁾ Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

⁽²⁾ Refere-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

10.2. Devedores por depósitos em garantia

Os Devedores por Depósitos em Garantia são representados, basicamente, por depósitos judiciais e estão compostos como segue:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Depósitos recursais trabalhistas	16.928	19.272
Depósitos judiciais trabalhistas	35.766	45.882
Depósitos judiciais fiscais	94.617	91.532
Depósitos de ações cíveis	18.795	16.214
Total – Não circulante	166.106	172.900

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica "Provisões" (vide nota nº 19.).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de junho de 2022

10.3. Devedores diversos

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Empréstimos consignados a processar ⁽ⁱ⁾	965	1.347
Cartão de Crédito ⁽ⁱⁱ⁾	24.784	38.954
Outros	5.544	4.933
Total - Circulante	31.293	45.234

⁽ⁱ⁾ Refere-se, basicamente, às parcelas de Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS, no individual e consolidado.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se a valores a receber, referente a compras procedidas pelos clientes do Banco.

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Movimentação das propriedades para investimento, líquidos da depreciação:

MB – Consolidado	Terrenos	Edificações	Total
Subtotal em 31/12/2021	3.000	6.547	9.547
(-) Baixa	(13)	(14)	(27)
Subtotal em 30/09/2022	2.987	6.533	9.520
(-) Depreciação em 31/12/2021	-	(666)	(666)
(-) Depreciação no período	-	(196)	(196)
(-) Baixa	-	9	9
(-) Subtotal em 30/09/2022	-	(853)	(853)
Saldo Líquido em 30/09/2022	2.987	5.680	8.667

O valor justo dos bens monta a R\$ 53.846 e se baseia em laudos de avaliação emitido por avaliador independente.

12. IMOBILIZADO

12.1. Imobilizado de Uso

Descrição	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis ⁽ⁱ⁾ e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	158.328	118.290	79.050	5.413	361.081
Adições	4.562	1.326	1.153	7.162	14.203
Entradas por transferências	7.939	233	55	-	8.227
(-) Saída por transferências	-	(233)	-	(7.994)	(8.227)
(-) Baixa	(2.546)	(13.966)	(720)	-	(17.232)
Subtotal em 30/09/2022	168.283	105.650	79.538	4.581	358.052
(-) Depreciação em 31/12/2021	(91.673)	(57.140)	(49.334)	(43)	(198.190)
(-) Depreciação no período	(16.828)	(9.097)	(4.451)	(9)	(30.485)
Baixa	2.514	13.644	624	-	16.782
(-) Subtotal em 30/09/2022	(105.987)	(52.593)	(53.261)	(52)	(211.893)
Saldo Líquido em 30/09/2022	62.296	5.057	26.277	4.529	146.159

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de junho de 2022

12.2. Imobilizado de arrendamento

Arrendamento	Financeiro	Operacional	Total
Saldo em 31/12/2021	1.163.196	56.575	1.219.771
Adições	123.966	-	123.966
(-) Baixa	(9.359)	-	(9.359)
Subtotal em 30/09/2022	1.277.803	56.575	1.334.378
(-) Depreciação em 31/12/2021	(740.711)	(56.575)	(797.286)
(-) Depreciação no período	(25.920)	-	(25.920)
Baixa	5.118	-	5.118
(-) Subtotal em 30/09/2022	(761.513)	(56.575)	(818.088)
Saldo Líquido em 30/09/2022	516.290	-	516.290

Os Bens de Direito de uso referem-se a contratos de arrendamento de Imóveis para utilização operacional, de agências e postos de atendimento. Não há contratos de subarrendamento fora do Grupo Consolidado.

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros dos contratos de arrendamento financeiro:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Circulante - Menos de 1 ano	101.452	102.156
Não circulante - De 1 a 5 anos	489.885	512.460
Total do passivo de arrendamento	591.337	614.616
(-) Juros Futuros	(75.047)	(192.131)
Passivo de arrendamento a valor presente - (vide nota nº 16.1.)	516.290	422.485

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração do Resultado:

Acumulado	30/09/2022	30/09/2021
Despesa com juros	30.162	26.018
Despesa com depreciação	14.139	10.935
Resultado líquido	44.301	36.953

No período, não houve ajuste de redução ao valor recuperável dos Bens de direito de uso.

13. INTANGÍVEL

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2021	166.490	16.380	7	13.252	196.129
Adições	22.674	364	-	8.997	32.035
(-) Baixas	(3.010)	(5.912)	-	(499)	(9.421)
Subtotal	186.154	10.832	7	21.750	218.743
(-) Amortização em 31/12/2021	(101.336)	(10.510)	-	(2.563)	(114.409)
(-) Amortização no período	(14.701)	(1.808)	(2)	(4.601)	(21.112)
Baixas	3.010	5.912	-	499	9.421
(-) Subtotal	(113.027)	(6.406)	(2)	(6.665)	(126.100)
Saldo Líquido em 30/09/2022	73.127	4.426	5	15.085	92.643

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

14. PASSIVOS FINANCEIROS - AO CUSTO AMORTIZADO

14.1. Depósitos

Depósitos	Vencimento						30/09/2022	31/12/2021
	Indetermi- nado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
À Vista	541.721	-	-	-	-	-	541.721	480.750
Poupança	202.442	-	-	-	-	-	202.442	226.084
Interfinanceiros	-	25.457	-	-	113.590	-	139.047	235.048
A Prazo	682	160.068	500.688	743.504	1.431.254	6.610.857	9.447.053	8.285.956
Outros	2.377	-	-	-	-	-	2.377	3.176
Total em 30/09/2022	747.222	185.525	500.688	743.504	1.544.844	6.610.857	10.332.640	9.231.014

14.2. Recursos de aceites e emissão de títulos

Depósitos	Vencimento					30/09/2022	31/12/2021
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
LCA	-	27.711	5.938	19.374	-	53.023	75.854
LCI	-	8.350	150	430	-	8.930	12.744
Letras Financeiras	116	191	-	-	64.022	64.329	3.431
Total em 30/09/2022	116	36.252	6.088	19.804	64.022	126.282	92.029

14.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Ano		Valor da operação	30/09/2022	31/12/2021
	Emissão	Vencimento			
Letra financeira subordinada - Nível II ⁽¹⁾	2016	2023	88.388	93.603	91.027
	2017	2024	115.612	130.550	123.997
	2017	2025	600	623	622
	2018	2025	68.373	79.400	75.208
	2019	2026	57.075	62.347	59.835
	2020	2027	27.045	28.438	28.208
	2021	2028	9.252	9.973	9.455
Letra financeira subordinada – Capital complementar ⁽¹⁾	2022	2029	118.700	123.541	-
	2018	Perpétua	4.300	4.538	4.322
	2019	Perpétua	25.650	26.690	26.306
	2020	Perpétua	15.000	15.656	16.303
Total Geral				575.359	435.283
Circulante				48.181	8.484
Não circulante				527.178	426.799

⁽¹⁾ Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.

⁽¹⁾ Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 135% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, monta em R\$ 528.475 (R\$ 388.352 em dezembro de 2021) dos quais R\$ 277.935 (R\$ 195.333 em dezembro de 2021) estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

14.4. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	01/07a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Depósitos	279.574	706.496	93.111	183.227
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	26.393	63.362	7.525	15.287
Operações compromissadas	2.855	7.655	1.146	2.633
Outras	3.671	10.928	3.463	9.504
Total	312.493	788.441	105.245	210.651

15. PROVISÕES

a) Provisão para outros passivos

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Provisões para riscos fiscais	83.955	88.611
Provisões para processos trabalhistas	105.398	124.786
Provisão para processos cíveis	78.139	66.731
Outras	215	211
Total – Não circulante	267.707	280.339

As provisões trabalhistas e cíveis são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos, cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos trabalhistas, cíveis e fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
COFINS ^(I)	26.321	25.058
CSL ^(II)	13.004	12.699
INSS ^(III)	30.118	28.914
PIS ^(IV)	9.400	9.221
ISS ^(V)	4.699	12.327
Outros ^(VI)	413	392
Total – Não circulante	83.955	88.611

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nº 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros (vide nota nº 22.6.).

^(iv) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(v) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

^(vi) Impostos e taxas diversos, tais como taxa de fiscalização, IPTU, IPVA etc.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	Riscos fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2021	88.611	124.786	66.731	280.128
Constituição	(8.113)	25.645	58.546	76.078
Atualização monetária	1.287	8.684	3.627	13.598
Liquidações	-	(53.717)	(50.765)	(104.482)
Atualização de depósitos	2.170	-	-	2.170
Saldos em 30/09/2022	83.955	105.398	78.139	267.492
Depósitos judiciais	94.617	52.694	18.795	166.106

c) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 72/22. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 7.650 (R\$ 12.618 em dezembro de 2021). As ações tributárias totalizaram R\$ 11.032 (R\$ 7.766 em dezembro de 2021).

16. OUTROS PASSIVOS

16.1. Obrigações por convênios oficiais

Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadorias do INSS.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

16.2. Obrigações por aquisição de bens e direitos

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Passivo de arrendamento	516.290	422.485
Outros	4.318	9.072
Total	520.608	431.557
Circulante	94.568	85.392
Não circulante	426.040	346.165

16.3. Credores diversos - País

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	44.900	64.200
Provisão para despesas administrativas	130.246	106.075
Provisão comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de crédito	10.236	17.064
Outros	62.450	55.303
Total – Circulante	247.832	242.642

⁽¹⁾ Refere-se aos valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Banco.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	30/09/2022		31/12/2021	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	65.155.744	371.388	65.155.744	306.232
Preferenciais	39.675.836	226.152	39.675.836	186.476
Total do capital subscrito e integralizado	104.831.580	597.540	104.831.580	492.708
Aumento de capital realizado	-	-	-	104.832
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)	(510.800)	(5.614)
Total do capital em circulação	104.483.080	593.710	104.320.780	591.926
Valor nominal em reais		5,70		5,70

Considerando a alteração estatutária aprovada em AGE de 21 de outubro de 2020, o Capital Social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

O Banco Mercantil do Brasil S.A. é controlado por acionistas representados, basicamente, pelas empresas de participação Lusbem Gestão Participação Societária Ltda, Sapol Ltda, bem como por acionistas pessoas físicas, em sua maioria membros da família Araújo, conforme relacionado no acordo de acionistas (item 15.5 do Formulário de Referência de que trata a Instrução CVM 481/2009).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

a) Grupamento e Desdobramento de Ações

Adicionalmente, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 13 de outubro de 2021, proposta de grupamento e desdobramento simultâneas das ações de emissão do Banco, sem alteração do valor do capital social atual, aplicados para todas as ações, abrangendo tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, nas proporções de 100:1 e 1:200, respectivamente, não havendo, desta forma qualquer tipo de diluição nas respectivas posições acionárias. Referida proposta de grupamento e desdobramento de ações foi homologada pelo BACEN.

b) Aumento de Capital

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital social dentro do limite de capital autorizado, mediante a capitalização de parcela dos valores disponíveis na reserva de lucros estatutária para aumento de capital, no valor de R\$ 104.832, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2022, em conformidade com as normas que regem o assunto. Informações adicionais estão disponíveis no *site* da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

c) Programa de Recompra de Ações

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 09 de novembro de 2021, aprovou um programa de recompra de ações preferenciais de emissão do Mercantil do Brasil, que vigorou no período entre 10 de dezembro e 31 de dezembro de 2021. Durante o Programa de Recompra, o Banco adquiriu 510.800 ações preferenciais pelo montante de R\$ 5.614 mantidas em tesouraria.

No 1º semestre de 2022, o Banco vendeu 162.300 ações preferenciais que estavam em tesouraria pelo montante de R\$ 1.704. O saldo das ações em tesouraria passou a perfazer 348.500 ações preferenciais pelo montante de R\$ 3.830.

17.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

17.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinado até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

A destinação do lucro líquido é como segue:

Descrição	MB – Múltiplo	
	30/09/2022	30/09/2021
Lucro Líquido em IFRS	148.775	142.357
Ajustes de GAAP	(13.375)	(1.690)
Lucro líquido a ser distribuído	135.400	140.667
(-) Reserva legal	(6.770)	(5.027)
Base de cálculo ajustada	128.630	135.640
JCP / Dividendos distribuídos ou provisionados	39.126	22.029
Juros s/ capital próprio pagos - Vlr bruto	39.126	22.029
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(5.869)	(3.304)
Juros s/ capital próprio provisionados - Vlr líquidos	33.257	18.725

Os Juros sobre capital próprio / Dividendos por ação são conforme segue

Descrição	Valor bruto	IR	Valor líquido	Valor líquido por ação	
				Ordinária	Preferencial
30/09/2022					
Juros sobre capital próprio deliberado	27.636	(4.145)	23.491	0,21591604	0,23750765
Juros sobre capital próprio provisionado	11.490	(1.724)	9.766	0,09083900	0,09992264
Total	39.126	(5.869)	33.257	-	-
30/09/2021					
Juros sobre capital próprio deliberado	22.029	3.304	18.725	0,34420665	0,37862825
Total	22.029	3.304	18.725	-	-

17.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Acumulado	Ordinárias	Preferenciais	30/09/2022	30/09/2021
Número médio e final de ações	65.155.744	39.327.336	104.483.080	52.415.790
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	65.155.744	39.327.336	104.483.080	52.415.790
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	92.776	55.999	148.775	140.667
Lucro básico por ações	1,4239	1,4239	1,4239	2,6837

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

18. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

18.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2021
Administração de fundos de investimentos	592	1.726	561	1.593
Cartão de crédito	7.194	20.983	6.179	16.474
Cobrança	902	2.997	1.397	3.915
Renda de Intermediação de negócios	35.350	96.510	27.540	76.658
Serviços de arrecadação	8.122	22.084	5.371	11.874
Tarifas bancárias – conta corrente	57.548	161.604	46.756	140.388
Outros	902	4.260	1.177	5.461
Total	110.610	310.164	88.981	256.363

18.2. Despesas de pessoal

Descrição	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2021
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	9.517	27.434	8.989	26.536
Proventos de funcionários	64.264	177.048	63.238	171.268
Benefícios	20.450	60.491	21.047	61.011
Encargos sociais	25.777	71.261	25.825	69.046
Participações no lucro	9.059	26.823	8.157	26.757
Rescisões	253	324	13	69
Total	129.320	363.381	127.269	354.687

18.3. Despesas administrativas

Descrição	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2021
Água, energia e gás	2.612	10.492	2.829	9.418
Amortização e depreciação	6.124	81.955	24.630	72.908
Comunicações	2.408	7.754	3.237	10.762
Materiais, manutenção e conservação de bens	8.791	26.177	8.759	26.609
Processamento de dados	27.879	80.980	22.022	65.893
Propaganda, publicidade e publicações	14.165	32.941	3.545	11.189
Serviços de terceiros	66.978	194.673	52.773	164.225
Serviços do sistema financeiro	2.036	8.792	2.604	9.974
Transportes	9.845	29.843	9.357	26.137
Outras	51.600	81.528	26.269	74.863
Total	192.438	555.135	156.025	471.978

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

18.4. Despesas tributárias

Descrição	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2021
ISSQN	4.928	13.650	3.849	11.028
COFINS	28.655	87.065	26.264	78.357
PIS	4.823	14.589	4.323	12.886
Outros tributos	1.839	4.789	1.770	8.459
Total	40.245	120.093	36.206	110.730

18.5. Outras receitas operacionais

Descrição	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2021
Reversão de provisões ⁽ⁱ⁾	1.148	43.680	482	1.213
Variações monetárias ativas ⁽ⁱⁱ⁾	9.824	43.057	911	2.265
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	10.427	38.562	48.699	82.972
Recuperação de encargos e despesas	4.976	13.851	10.735	18.291
Lucro na alienação de outros valores e bens ⁽ⁱⁱⁱ⁾	632	3.840	4.238	10.897
Outras receitas	2.554	13.055	16.076	32.398
Total	29.561	156.045	81.141	148.036

⁽ⁱ⁾ No primeiro trimestre de 2022, refere-se, basicamente, à reversão da provisão decorrente de operações de câmbio no montante de R\$ 40.771.

⁽ⁱⁱ⁾ Reconhecimento de Variação monetária ativa relativamente ao Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema nº 962 das repercussões gerais), do STF que julgou inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, no montante de R\$ 34.100.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se à venda dos bens recebidos em dação em pagamento.

18.6. Outras despesas operacionais

Neste grupo estão representados os demais itens de despesa que por sua natureza não puderam ser alocados nos demais grupos.

Descrição	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2021
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ⁽ⁱ⁾	141.149	411.709	102.791	281.606
Despesas de caráter eventual ⁽ⁱⁱ⁾	26.439	75.714	9.262	14.598
Variações monetárias passivas	2.808	8.873	3.521	10.659
Provisão de outros valores e bens ⁽ⁱⁱⁱ⁾	0	2.008	338	10.307
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	281	1.481	187	1.315
Prejuízo na alienação de outros valores e bens ⁽ⁱⁱⁱ⁾	496	541	93	428
Outras despesas	30.261	59.520	18.360	53.357
Total	201.434	559.846	134.552	372.270

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se à venda dos bens recebidos em dação em pagamento.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

18.7. Resultados não recorrentes

Os resultados não recorrentes, conforme trata a Resolução BCB nº 2/20, no individual e no Consolidado, são os seguintes:

Descrição	30/09/2022	30/09/2021
Majoração Alíquota CSLL ⁽¹⁾	1.032	1.440
Impostos a Recuperar - Repetição indébito Decisão STF ⁽¹⁾	(3.477)	-
Variação monetária ativa - Repetição indébito Decisão STF ⁽¹⁾	34.100	-
Total	31.655	1.440

⁽¹⁾ Efeitos no crédito tributário ref. majoração de alíquota CSLL em 1% no período de agosto/22 a dezembro/22 e de 5% de julho/21 até dezembro/21, conforme MP nº 1.115/22 e MP 1.034/21, respectivamente.

⁽¹⁾ Valores referente ao ajuste do saldo de créditos a recuperar e ganho com atualização monetária ativa, decorrente do reprocessamento das bases tributárias de IR/CS efetuado pelos consultores externos especializados, sobre os efeitos da não tributação da Selic sobre os débitos tributários (Tema 962 - STF), sobre crédito apurado na apuração de IR/CS.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

19.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Controladas ⁽¹⁾	Pessoal Chave ⁽¹⁾	30/09/2022	31/12/2021
Ativos	95.125	-	95.125	145.688
Aplicações em DI	93.596	-	93.596	124.987
Outros Ativos	1.529	-	1.529	20.701
- Outros Créditos	781	-	781	663
- Dividendos/JCP a receber	748	-	748	20.038
(Passivos)	(254.654)	(129.701)	(384.355)	(344.307)
Depósitos	(239.007)	(94.691)	(333.698)	(274.248)
- Poupança	-	(877)	(877)	(914)
- à Vista	(4.772)	(1.480)	(6.252)	(6.703)
- a prazo	(234.235)	(92.334)	(326.569)	(256.175)
- interfinanceiros	-	-	-	(10.456)
Captações no mercado aberto	(13.725)	-	(13.725)	(25.742)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(17.182)	(17.182)	(25.671)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(5.527)	(5.527)	(3.750)
Outros Passivos	(1.922)	(12.301)	(14.223)	(14.896)
- JCP / Dividendos a pagar	-	(12.301)	(12.301)	(14.314)
- Outras Obrigações	(1.922)	-	(1.922)	(582)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

⁽¹⁾ Controladores - Pessoal chave da administração.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022**

Descrição	Controladas ⁽¹⁾	Pessoal Chave ⁽¹⁾	30/09/2022	30/09/2021
Receitas / (Despesas)	(5.625)	(7.417)	(13.042)	796
Despesas da Intermediação Financeira	(6.480)	(7.417)	(13.897)	(2.729)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	855	-	855	3.525
- Receitas de Prestação de Serviços	6.723	-	6.723	3.985
- Outras Despesas Administrativas	(5.868)	-	(5.868)	(460)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

⁽¹⁾ Controladores - Pessoal chave da administração.

19.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Em 2022, a remuneração dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO), que estabeleceu o limite para o exercício social, são conforme segue:

Empresas	Data da AGO	Remuneração
Banco Mercantil do Brasil S.A.	19/04/2022	27.095
Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (Vide nota nº 2.2.)	22/04/2022	7.450
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	22/04/2022	4.750
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	29/04/2022	2.020
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	29/04/2022	102
Cosefi – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	29/04/2022	150
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	29/04/2022	7.000
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	29/04/2022	10
SANSA - Negócios imobiliários S.A.	29/04/2022	20
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	29/04/2022	1.000
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	29/04/2022	1.200
Domo Digital Tecnologia S.A.	29/04/2022	1.800

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (vide nota nº 22.2.). A remuneração variável refere-se à participação nos lucros aos administradores e corresponde a R\$ 3.241 (R\$ 3.216 em junho de 2021).

Até 30 de setembro de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 30 de setembro de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da IFRS 2, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

19.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 30 de setembro de 2022, o grupo patrocinador mantinha 18 (19 em dezembro de 2021) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 499 (509 em dezembro de 2021) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no período corresponderam a R\$ 1.468 (R\$ 1.302 em setembro de 2021); MB Consolidado R\$ 1.472 (R\$ 1.306 em setembro de 2021).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se as Premissas Biométricas: Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000; Tábua de Entrada em Invalidez: IAPB-57; e Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57. Tem-se também as Premissas Financeiras: Taxa Real de Desconto para Determinação da Obrigação Atuarial: 5,77% a.a.; Inflação Anual Futura Estimada: 6,00% a.a.; Taxa Nominal de Desconto para Determinar a Receita (Custo) do Plano: 15,13% a.a.; e Taxa de Crescimento de Salários: 2,00% a.a.

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de setembro de 2022, elaborado com base nas demonstrações financeiras de maio de 2022, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A., Patrocinador-Líder.

A última reavaliação atuarial registrada foi realizada em maio de 2022 e nova reavaliação atuarial completa será realizada ao final do exercício de 2022.

O valor justo dos ativos do plano apurado monta em R\$ 51.083 (R\$ 44.794 em dezembro de 2021) e o valor presente das obrigações atuariais do plano em R\$ 41.958 (R\$ 43.139 em dezembro de 2021).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.877/2000, cujo saldo do ativo atuarial monta em R\$ 5.384 (R\$ 3.020 em 31 dezembro de 2021) líquidos dos efeitos tributários, já considerada a quitação, em 29 de dezembro de 2021, de saldo de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629.

Em reunião do conselho de administração, realizada em 27 de julho de 2022, foi deliberado a retirada do patrocínio do Plano de Benefícios Previdenciários CAVA.

O processo de retirada de patrocínio total do plano encontra-se em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

21. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Banco dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Banco.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

Em conformidade com a Política Institucional de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil, o capital compreende componente indispensável do processo decisório dos negócios, sendo seu gerenciamento fator de diferenciação competitiva e de avaliação da relação risco-retorno e, com as novas exigências advindas das recomendações de Basileia III, o uso eficiente do Capital torna-se foco da gestão, em um ambiente em que o importante é a capacidade da Instituição em rentabilizá-lo.

A Política Institucional de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil apresenta ainda os mecanismos e procedimentos que compõem o gerenciamento de Capital, mantendo o Capital compatível com os riscos incorridos pela Instituição. Está integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Financeiro Mercantil do Brasil, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Neste contexto, o Banco gerencia a estrutura de Capital com a finalidade de atender também aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

No plano normativo o Acordo de Basileia tem como parâmetro internacional obrigatório para as instituições financeiras a exigência mínima de capital regulamentar, mais conhecido no Brasil como Patrimônio de Referência.

A avaliação da adequação do Patrimônio de Referência, que tem por objetivo mensurar a necessidade de capital para suportar todos os riscos inerentes aos negócios, é realizada através de um processo de avaliação e monitoramento de seu desempenho no decorrer das atividades para, caso necessário, proceder a sua adequação.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração do PR, do risco RWA (ativos ponderados pelo risco) que consiste da soma do RWA_{cpad} (risco de crédito), do RWA_{mpad} - RWA_{mint} (risco de mercado) e RWA_{opad} (risco operacional). Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/21, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,0% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco e de um adicional de capital principal de 2% no período de outubro de 2021 a março de 2022 e de 2,5% a partir de abril 2022. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%.

No Brasil, a relação entre o Patrimônio de Referência e a exposição ao risco é calculada de forma consolidada com base no patrimônio líquido em BRGAAP, abrangendo o conglomerado prudencial. Além disso, têm-se fatores distintos de ponderação de risco atribuídos a determinados ativos e outras exposições e exigência de alocação de parcela do patrimônio para cobrir riscos operacionais e de mercado.

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência - PR	1.282.124	1.064.835
Patrimônio de Referência Nível I	1.003.106	868.274
Capital Principal – CP	955.410	820.423
Capital Complementar - CC	47.696	47.851
Patrimônio de Referência Nível II	279.018	196.561
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	8.551.897	7.698.797
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	7.436.982	6.621.652
Risco de Mercado - RWA_{mpad}	4.658	3.017
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	1.110.257	1.074.128
Índice de Basileia	14,99	13,83
Capital de Nível I	11,73	11,28
Capital Principal	11,17	10,66

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 29,41% (31,44% em dezembro de 2021).

Razão de alavancagem

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

(www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

22. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, OPERACIONAL, DE LIQUIDEZ, SOCIOAMBIENTAL E DE MERCADO

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Riscos e Compliance, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos financeiros, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Mercantil do Brasil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito, Gente e Marketing, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil do Brasil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

Exposição ao Risco de Crédito

A Exposição ao Risco de Crédito contempla as Operações de Crédito e Outros Créditos, o limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição e as Garantias Prestadas.

Os quadros abaixo contemplam os dados quantitativos sobre sua exposição ao risco de crédito do Banco com base nas informações fornecidas internamente à pessoal chave da administração:

Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	30/09/2022	31/12/2021
Sudeste	10.059.889	8.849.269
Nordeste	438.236	505.054
Sul	327.023	233.527
Centro-Oeste	45.926	77.703
Norte	43.136	45.918
Total Geral	10.914.210	9.711.471

Detalhamento do total das exposições por setor econômico:

Setor de Risco	30/09/2022	31/12/2021
Pessoa Física	9.928.051	8.664.594
Pessoa Jurídica	986.360	1.046.877
Construção civil	216.595	237.233
Atividades financeiras, de seguro e serviços relacionados	196.762	184.493
Prestação de serviços	170.260	166.939
Biocombustíveis açúcar	74.570	58.500
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	39.964	56.689
Alimentos	40.420	50.040
Comércio varejista	25.490	31.293
Bebidas	28.151	29.959
Transporte de carga e logística	45.469	21.001
Distribuição de combustíveis	16.628	16.527
Outros	132.051	194.203
Total Geral	10.914.411	9.711.471

Detalhamento do total das exposições por prazo remanescente de vencimento:

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022**

Prazo Remanescente	30/09/2022	31/12/2021
Até 6 meses	1.518.392	1.530.482
Acima de 6 meses até 1 ano	503.837	704.028
Acima de 1 ano até 5 anos	3.402.979	2.875.427
Acima de 5 anos	5.489.204	4.601.534
Total Geral	10.914.412	9.711.471

Operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	30/09/2022		31/12/2021	
	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo	Exposição
Sudeste	71.596	212.869	34.467	72.388
Sul	2.573	2.193	56	4.392
Nordeste	14.521	13.488	1.108	1.591
Centro-Oeste	3.578	7.666	901	485
Norte	1.812	1.184	97	188
Total Geral	94.080	237.400	36.629	79.044

Total das exposições segmentadas por faixas de atraso:

Faixa de Atraso	30/09/2022	31/12/2021
Atraso menor que 30 dias	161.838	152.535
Atraso entre 31 e 90 dias	93.645	129.698
Atraso entre 91 e 180 dias	52.901	63.128
Atraso entre 181 e 365 dias	40.914	15.917
Atraso maior que 365 dias	265	-
Total Geral	349.563	361.278

Total das exposições reestruturadas por curso das operações:

Curso das Operações	30/09/2022	31/12/2021
Curso Normal	122.659	73.891
Curso Anormal	2.900	4.635
Total Geral	125.558	78.526

Percentual de concentração das 10 e 100 maiores exposições:

Ranking	30/09/2022	31/12/2021
10 Maiores	5%	5%
100 Maiores	8%	9%

A Exposição ao Risco de Crédito é avaliado, para fins de risco de crédito, de acordo com os valores apurados em BRGAAP, que reflete como a Administração gerencia os riscos.

Mitigação dos Riscos - Garantias

O Banco utiliza-se de diversos tipos de garantias como forma de mitigar o risco de crédito das operações. Essas garantias são ativos que visam assegurar uma segunda fonte de pagamento do crédito no caso de inadimplência

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

do cliente. Assim sendo, a qualidade e a quantidade das garantias fornecidas constituem aspecto determinante na definição do nível de risco de cada operação.

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação.

O quadro a seguir enumera o saldo contábil das operações de crédito com garantias vinculadas e o correspondente valor justo das garantias:

Descrição	Carteira	30/09/2022			
		Suficiente		Insuficiente	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Pessoa física	Crédito	208.602	398.479	55	56
	Veículos	130	1.199	3	-
	Crédito imobiliário	44.397	38.688	-	-
Subtotal		253.129	429.366	58	56
Pessoa jurídica		393.847	739.422	124.077	163.719
Total geral		646.976	1.168.788	124.135	163.745

Descrição	Carteira	31/12/2021			
		Suficiente		Insuficiente	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Pessoa física	Crédito	223.012	397.741	1.037	14.551
	Veículos	610	5.411	-	-
	Crédito imobiliário	44.752	38.742	-	-
Subtotal		268.374	441.894	1.037	14.551
Pessoa jurídica		732.053	1.197.172	38.977	23.051
Total geral		1.000.427	1.639.066	40.014	37.602

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação e devidamente formalizada e contabilizada.

Mensuração do risco de crédito

A mensuração do risco de crédito utilizado para análise de *impairment* é realizada trimestralmente, a partir da identificação de evidência objetiva de perda na carteira de empréstimos e adiantamentos, considerando a experiência histórica de perda por redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Os eventos de perda podem ser específicos, isto é, referentes apenas a um cliente, tais como atraso nos pagamentos, renegociação, evento falimentar, ou podem ser coletivos, afetando um grupo maior de ativos, em função, por exemplo, de variações em taxas de juros ou de câmbio ou diminuição no nível de atividade de um ou mais setores econômicos.

Para fins de avaliação coletiva de *impairment*, os ativos financeiros são agrupados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, que são indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. Os fatores relevantes usados para este processo de classificação são produto, garantia e valor do contrato.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

Com base na experiência de perdas históricas dos ativos com características de risco de crédito semelhantes são estabelecidos dentro de cada grupo, os gatilhos para materialização da perda incorrida e estimados os percentuais de perda. Percentuais estes que aplicados ao saldo devedor permite apurar as estimativas dos valores a serem provisionados.

Para os clientes que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda é realizada individualmente, considerando entre outros aspectos a monetização das garantias constituídas atreladas às operações.

A experiência de perdas históricas é ajustada com base nos dados observáveis atualizados, a fim de refletir os efeitos de condições atuais que não afetaram o período no qual se baseia a experiência de perdas históricas e para remover os efeitos de condições no período histórico não condizente às condições correntes.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: "mapa de descasamento dos fluxos" e "movimentação diária de produtos". O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*.

Além disso, o Banco adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Banco realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Banco possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

Instrumentos Mitigadores

O Banco utiliza o instrumento *hedge* para proteger as operações financeiras, ao qual está exposto, do risco de grandes variações de preço. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista. Nesse contexto, a Instituição faz uso do instrumento *hedge* com o intuito de proteger uma determinada exposição de variações bruscas de preços, não assumindo nenhuma posição com o intuito de se beneficiar das oscilações de preços.

A Gerência de Gestão de Riscos e Controles monitora o nível de exposição ao risco de mercado por indexador, que é informado ao Comitê de Caixa. Caso alguma exposição não esteja adequada ao nível aceitável de tolerância ao risco, poderá o Comitê de Caixa propor um *hedge*, que deverá ser submetido e aprovado pelo Comitê de Ativos e Passivos (CAP).

c) Gerenciamento do risco de mercado

Por risco de mercado, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o *IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book)* como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*).

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao *IRRBB*, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (*IRRBB*) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

De modo complementar, são realizados testes de stress de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Banco utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Com base no IFRS 13, os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo devem ser mensurados utilizando a hierarquia de valor justo conforme nota 2.3.d.

- Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio do resultado e de outros resultados abrangentes:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os Títulos Públicos do Governo (LFT).

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, o Banco utiliza modelos internos para estimar o valor de mercado. Esses modelos baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente, por Cotas de Fundos de Investimentos, Fundos em Participações e Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação da B3.

Nível 3: Para determinados títulos, o Banco dispõe de metodologia de precificação interna que utiliza fatores de provisão atribuídos conforme política de crédito, revisados trimestralmente, e são compostos, principalmente, por Debêntures, CRI e CRA e FIDC.

- Derivativos:

Nível 2: Para mensuração dos derivativos, o Banco estima o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	814.017	814.017
Títulos e Valores Mobiliários	702.098	702.098
Cotas de Participação	10.468	10.468
Letras Financeiras do Tesouro	691.630	691.630
Depósitos compulsórios no Banco Central	96.834	96.834
Relações interfinanceiras	15.056	15.056
Relações interdependências	29	29
Nível 2	11.107.987	11.396.673
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.052.573	1.052.573
Títulos e créditos a receber	49.118	49.118
Negociação e Intermediação de Valores	882	882
Títulos e Valores Mobiliários	18.049	18.049
Cotas de Fundos de Investimento	395	395
Cotas de Fundos em Participações	5.496	5.496
Cotas de Fundos de Particip. de Negociação e Membro de Compensação	12.158	12.158
Operações de Crédito e Outros Créditos	9.987.365	10.276.051
Nível 3	182.908	182.908
Títulos e Valores Mobiliários	182.908	182.908
Certificado Recebíveis do Agronegócio	105.450	105.450
Certificado Recebíveis Imobiliários	29.201	29.201
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	8.901	8.901
Debêntures	3.088	3.088
Cotas de Fundos mobiliário	35.137	35.137
FIDC	1.131	1.131
Total em 30/09/2022	12.104.912	12.393.598
Total em 31/12/2021	10.193.790	10.566.280
Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	744.162	744.162
Depósitos à vista	541.721	541.721
Depósitos de poupança	202.441	202.441
Nível 2	1.136.060	1.136.060
Captações no Mercado Aberto	59.371	59.371
Depósitos Interfinanceiros	139.047	139.047
Relações Interfinanceiras	111.938	111.938
Relações Interdependências	2.861	2.861
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	822.843	822.843
Nível 3	10.151.072	12.979.721
Depósitos a prazo	6.613.235	9.442.011
Outros Depósitos	2.836.196	2.836.196
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	126.282	126.282
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	575.359	575.232
Total em 30/09/2022	12.031.294	14.859.943
Total em 31/12/2021	10.230.839	10.227.664

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

- Posições de ativos e passivos financeiros e análise de sensibilidade de riscos

Em cumprimento a IFRS 7, parágrafo 40, foi realizada a análise de sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os títulos e valores mobiliários (TVM) classificados nas categorias disponível para venda e negociação, bem como os instrumentos derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Banco, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução e/ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício. Em complemento, o descasamento em moeda estrangeira também é protegido via mercado futuro, como forma de dirimir as altas volatilidades apresentadas nas taxas de câmbio.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os instrumentos financeiros derivativos existentes no Banco, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 13,78 % ao ano.
- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/06/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi de 17,23% ao ano.
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/06/2022 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 20,67% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Operação	Efeito na variação do Valor Justo		Cenários		
	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
<i>Hedge Accounting</i>	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Operações de Crédito (ponta ativa)	1.399	39.417	75.179
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(1.726)	(40.942)	(77.676)
	Efeito Líquido		(327)	(1.525)	(2.497)
		Debêntures	(64)	(772)	(1.544)
TVM	Renda Fixa	CDCA	(89)	(2.225)	(4.451)
		CRI	(193)	(7.300)	(14.601)
		CRA	(933)	(26.362)	(52.724)
Total com correlação			(1.606)	(38.184)	(75.817)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(883)	(21.001)	(41.699)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

⁽¹⁾A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente do dólar nos cenários II e III, demonstrando a eficácia do *hedge* em neutralizar o descasamento em moeda estrangeira. Além disso, destaca-se que, o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Banco possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Banco integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos, a identificação dos riscos, a avaliação dos controles e estratégia de resposta ao risco inerente – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil do Brasil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil do Brasil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil do Brasil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

No Banco, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir a o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil do Brasil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Banco instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes relacionadas ao negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Banco contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também, o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Banco, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como, a relação da Instituição com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$ 84.857 (R\$ 89.048 em dezembro de 2021).
- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 349.253 (R\$ 380.475 em dezembro de 2021).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.mercantildobrasil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras Consolidadas em IFRS em 30 de setembro de 2022

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
Mauricio de Faria Araujo – Vice-Presidente
José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Daniel Henrique Alves da Silva
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETORIA**DIRETOR PRESIDENTE**

Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS

Carolina Marinho do Vale Duarte
Felipe Lopes Boff
Gregório Moreira Franco
Paulino Ramos Rodrigues
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

DIRETORES

Mariana Machado de Araujo de Souza Lima
Ricardo Vieira Santiago

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Euler Luiz de Oliveira Penido
Luciano Luiz Barsi
Marcos Paixão de Araújo
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaysdon Ferreira Cardoso
Lauro Wilson da Silva
Sebastião Salvador Gamarano

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco") e suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 25, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores do Banco Mercantil do Brasil S.A. - "BMB", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do BMB, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2022.

Belo Horizonte/MG, 09 de novembro de 2022.

Diretor Presidente

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Vice-Presidente Executivo

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Vice-Presidentes

Bruno Pinto Simão

Felipe Lopes Boff

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Paulino Ramos Rodrigues

Diretores Executivos

Carolina Marinho do Vale Duarte

Gregório Moreira Franco

Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

Diretores

Anderson Adeilson de Oliveira

Mariana Machado de Araújo de Souza Lima

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 25, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores do Banco Mercantil do Brasil S.A. - "BMB", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, resultante do procedimento de auditoria realizado nas Demonstrações Financeiras do BMB, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2022.

Belo Horizonte/MG, 09 de novembro de 2022.

Diretor Presidente

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Vice-Presidente Executivo

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Vice-Presidentes

Bruno Pinto Simão

Felipe Lopes Boff

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Paulino Ramos Rodrigues

Diretores Executivos

Carolina Marinho do Vale Duarte

Gregório Moreira Franco

Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

Diretores

Anderson Adeilson de Oliveira

Mariana Machado de Araújo de Souza Lima